

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
7 de Maio de 1992
Preço: 120\$00
Nº 959
Director:
Carlos Brito



A Alameda D. Afonso Henriques encheu-se para o comício da CGTP

Um grande 1.º de Maio

Págs. 3, 4, 30 e 31

A Cultura segundo Cavaco



Págs. 5, 6 e 7



Reunião na Quinta da Atalaia na passada segunda-feira

Partidos comunistas reúnem-se em Portugal

Responsáveis das secções internacionais do PCP, do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista de Espanha, do Akel de Chipre, do Partido Comunista Grego e um observador da Refundação Comunista italiana estiveram reunidos na Quinta da Atalaia

Págs. 16 e 17

A propósito dos «rituais» e da «rotina»

Artigo de
Vitor Dias

Pág. 18

Leis eleitorais, memórias curtas e muita hipocrisia

Artigo de Agostinho Lopes

Págs. 20-21



Fumo sobre a História: queimadas anticomunistas

Artigo de
Pedro Ramos de Almeida

Pág. 19

O pôr do Sol, a Oriente

Artigo de
Manoel de Lencastre
em Londres

Pág. 24

Combater os desmandos da direita



O Dia do Trabalhador foi comemorado em oito dezenas de localidades portuguesas

RESUMO

29 Quarta-feira

Mais um aparelho «Corsair», da Força Aérea Portuguesa, o 11.º, despenha-se. No acidente, ocorrido perto da base do Montijo, morre o piloto do avião e um agricultor da região é gravemente ferido. ■ Fuga de gases, provenientes de um depósito de gasolina, na Amadora, afecta a cidade, produzindo numerosos casos de intoxicação. ■ A exclusão de um romance de José Saramago, «O Evangelho Segundo Jesus Cristo», da lista de candidatos, da responsabilidade do Governo, ao prémio literário das Comunidades domina o debate na Assembleia da República. ■ Secretário de Estado das relações com a CE critica a presidência portuguesa por não convocar um Conselho Extraordinário. ■ Comandante das FA's da ex-URSS adianta que a Ucrânia poderá receber 20 por cento da frota do mar Negro. ■ Reúne-se pela primeira vez o novo Governo afeição, enquanto continuam a assinalar-se combates em Cabul entre as diversas facções terroristas.

30 Quinta-feira

Em consequência da absolvição de quatro polícias que em Março de 1990 agrediram um jovem negro, em Los Angeles, estala a violência na cidade. O Presidente Bush apela à calma, após a declaração do estado de emergência. ■ O MPLA acusa a UNITA de actos de selvajaria em Angola e manifesta preocupação pelo «plano de intensificação da instabilidade» que se desenvolve no país. ■ Israel decide apoiar a participação da Comunidade Europeia nas conversações multilaterais para a paz no Médio Oriente.

1 Sexta-feira

O 1.º de Maio é comemorado em todo o país, em mais de setenta grandes iniciativas. Em Lisboa, um grande desfile termina em concentração na Alameda, com um comício em que toma a palavra o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva. ■ A UGT muda-se para Belém, para comemorar o 1.º de Maio. ■ Cavaco Silva elogia a «concertação social», em discurso na abertura do Lisbon Meeting. ■ PSR realiza congresso em Lisboa. ■ Combates e incêndios assolam a capital do Afeganistão, enquanto reúne o Conselho de Ministros sob a presidência interina de Mujdadedi. ■ Helmut Kohl convida oficialmente o líder do SPD para conversações sobre a crise política alemã. ■ O Presidente Bush envia tropas para Los Angeles, no seguimento das violentas manifestações que devastam esta cidade californiana e que já alastram a dez estados da América do Norte.

2 Sábado

Termina em Guimarães a reunião informal dos ministros dos Estrangeiros da Comunidade Europeia. No Porto, representantes dos doze e da EFTA assinam os documentos para a criação do espaço económico europeu. ■ Em Sintra termina o Lisbon Meeting, que reuniu dirigentes liberais de 27 países. ■ Aumentam de intensidade os combates em Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina. É morto um belga do grupo de observadores da CE. ■ O procurador-geral dos

EUA anuncia que um grande júri de Los Angeles começou já a rever o caso do espancamento de Rodney King.

3 Domingo

Chega ao fim o 8.º Congresso do PSR. ■ Com uma intervenção de Cavaco Silva, conclui-se em Tróia o 5.º Congresso Nacional dos TSD. ■ Gulbuddin Hekmatyar volta a ameaçar que atacará novamente Cabul caso as forças de Ahmed Massud não abandonem as suas posições na capital afeição. ■ Num relatório oficial divulgado em Varsóvia, o antigo ministro das Privatizações, Janusz Lewandowski, é acusado de ter feito um «roubo do património nacional» e «delapidação dos bens públicos». ■ O parlamento do Tadjiquistão reconduz, como presidente do Soviete Supremo, Safarali Kendjajev. ■ O exército jugoslavo e os dirigentes da Bósnia chegam a acordo sobre a evacuação do comando da 2.ª Região Militar do centro de Sarajevo. ■ Da última década, 1991 foi o ano de mais elevada mortalidade de jornalistas no exercício da profissão, segundo é revelado na Unesco no Dia Internacional da Liberdade de Imprensa.

4 Segunda-feira

Os trabalhadores da RTP decidem em plenário entrar em greve terça e quarta-feira. ■ Na Quinta da Atalaia inicia-se um encontro, a nível dos respectivos departamentos internacionais, do PCP, AKEL, PCE, PCG e PRC. ■ Combatentes da libertação de Goa escrevem a Mário Soares protestando contra a instalação de um consulado português naquela cidade, que iria encorajar os elementos pró-salazaristas. ■ Miguel Belezza toma posse como governador do Banco de Portugal. ■ Vasco Cal, representante da CGTP-IN e relator do Conselho Económico e Social, revela que aquele órgão apoia globalmente o aumento dos recursos financeiros da Comunidade. ■ Um tribunal militar argelino condena à morte 13 dissidentes integristas. ■ No âmbito das negociações de paz para o Médio Oriente, Deus Pinheiro recebe Farouk Kadoumi, da OLP. ■ Os bombeiros dos principais aeroportos da Alemanha entram em greve, juntando-se a outros sectores da função pública na exigência de melhores salários.

5 Terça-feira

Após a forte adesão às greves dos últimos nove dias na Alemanha, são marcadas negociações entre representantes do governo e do patronato e os sindicatos. ■ No final do encontro de dois dias que tiveram na Quinta da Atalaia, representantes das secções internacionais do AKEL, PCE, PCF, PCG, PCP e PRC dão uma conferência de imprensa conjunta no CT Vitória. ■ Os ministros do Ambiente e do Desenvolvimento dos doze debatem a participação da CE na Conferência Eco/92, no Rio de Janeiro. ■ As forças de Gulbuddin Hekmatyar bombardeiam Cabul. ■ Centenas de deficientes concentram-se junto ao Centro Cultural de Belém, numa acção da APD integrada no dia europeu de protesto contra a discriminação. ■ Os trabalhadores da RTP iniciam uma greve pela actualização do pagamento das horas extraordinárias e a uniformização dos horários de trabalho. ■ Mário Soares intervém em Genebra, na Assembleia Mundial de Saúde.

A

participação numerosa, a determinação, a confiança e a alegria na luta asseguraram um grande sucesso à jornada do 1.º de Maio organizada pela CGTP-IN. Nem as manobras desmobilizadoras do Governo, de toda a direita e da comunicação social sob o seu controlo (como aquela rádio pública que durante a manhã exortava o pessoal a ir para a praia), nem as «atrações fabulosas» anunciadas nos espectáculos da UGT, conseguiram desviar o causal humano que se reuniu nos desfiles e nas concentrações onde verdadeiramente se comemorava o Dia do Trabalhador, como jornada de luta, de festa e de solidariedade internacionalista.

O mau perder da direita aflora claramente nas reportagens manipuladas e nas imagens instrumentalizadas que a televisão e certa imprensa exibiram no próprio dia e no seguinte, tudo para diminuir a visão da participação de massas que caracterizou os actos organizados pela CGTP-IN, nomeadamente, o desfile da Avenida Almirante Reis e o comício da Alameda Afonso Henriques, em Lisboa.

Um matutino, não contente com isto, foi mesmo ao ponto de produzir um editorial para denegrir o 1.º de Maio e desencorajar a sua comemoração, alegando com o «modelo rotineiro» e com «o que nele se disse» que não se afastou dos últimos anos.

O que alerta nestas atitudes e escritos não é a tolice dos argumentos, como já veremos, mas os planos do poder laranja que através deles se revelam.

As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio deste ano foram uma boa resposta aos planos do Governo para pôr em causa as datas da sua comemoração. O Governo já percebeu que não será fácil concretizar os seus propósitos, mas persiste neles e por isso é necessário persistir na luta para contrariá-los.

Só quem anda muito distraído é que ainda não percebeu que não há nada menos rotineiro do que o Dia do Trabalhador, que cada ano se organiza como uma jornada de luta em torno das questões que mais afectam as condições de vida das massas laboriosas.

Não é o carácter rotineiro que motiva a direita contra o 1.º de Maio, mas o seu carácter de luta, de solidariedade proletária e internacionalista. Esteve vivamente presente nas comemorações deste ano a solidariedade internacionalista com a luta dos povos do mundo, especialmente com a luta dos povos de Timor-Leste, da África do Sul e da Palestina, com o povo cubano face à permanente agressão dos Estados Unidos, com os trabalhadores da Rússia que retomam a luta pelos valores do socialismo, com o povo dos Estados Unidos que sofre as duras consequências da recessão económica e de um novo surto de racismo.

Constitui, também, uma forte e saudável afirmação da consciência democrática do país a multiplicidade de atitudes e posições de indignada condenação da censura feita, pelo subsecretário de Estado da Cultura, ao último livro de José Saramago - «O Evangelho Segundo Jesus Cristo» - na lista candidata ao Prémio Europeu de Literatura.

Esta tão positiva afirmação de alerta democrático é ainda reforçada pelos gestos de solidariedade manifestados a José Saramago, autor de uma obra literária unanimemente reconhecida como das mais valiosas e dignificadoras da literatura portuguesa contemporânea, a que o «Avante!» empenhadamente se associa.

A decisão do subsecretário Sousa Lara (agravada com os fundamentos com que tem pretendido justificá-la) representa um acto repugnante de inquisição ideológica e tem além disso uma significação verdadeiramente emblemática da política cultural do

«Esta truculência com que a equipa governamental da cultura se lança ao controlo sectário das alavancas que podem influenciar a vida cultural do país está perfeitamente coberta pelo Primeiro-Ministro e integrada na política redutora das liberdades que o Governo prossegue.»

Governo de Cavaco Silva e das concepções políticas antidemocráticas subjacentes ao poder do PSD.

Este significado é acrescentado pela circunstância de nem o Primeiro Ministro, que tem sido prodígio em declarações nos últimos dias, nem o Secretário de Estado da Cultura, que teve ocasião de observar a enérgica repulsa das bancadas da oposição na Assembleia da República, terem tido até ao momento qualquer palavra ou gesto de demarcação do acto de brutal discriminação política e ideológica que feriu a vida cultural do país. Em vez disso, o Primeiro-Ministro, os demais governantes e o aparelho do PSD comprazem-se em repetidas e crescentes atitudes de intolerância, prepotência e autoritarismo.

Na verdade, se o subsecretário Lara fala como um inquisidor setecentista quando acusa «a obra (de Saramago) atacou princípios que têm a ver com o património religioso», a sua colega subsecretária-adjunta, Maria José Pinto, comporta-se com verdadeira insolência, tratando-se de alguém que tem responsabilidades governativas na área da cultura, quando se refere a alguns criadores culturais dos mais notáveis do país chamando-lhes «pessoas... passadas de época» ou «representantes da cultura subsidiada» e o secretário de Estado, Santana Lopes, rompe todas as regras de postura institucional ao acusar, da tribuna da Assembleia da República, o Presidente da República de estar «associa-

do a manifestações perfeitamente ridículas».

É claro que esta truculência com que a equipa governamental da cultura se lança ao controlo sectário das alavancas que podem influenciar a vida cultural do país está perfeitamente coberta pelo Primeiro-Ministro e integra-se na política redutora das liberdades que o Governo prossegue.

Vê curto quem não percebe que o conteúdo essencial das alterações na Secretaria de Estado da Cultura não está desligado dos planos do Governo para a revisão antidemocrática da legislação eleitoral, dos novos planos de ataque aos direitos dos trabalhadores em que se incluem os apelos à revisão da lei da greve, as medidas para o crescente controlo policial da sociedade incluindo com a utilização do acordo de Schengen.

Por sua vez, esta ofensiva contra a democracia política nas suas diferentes vertentes não está desligada do processo de restauração dos grupos monopolistas e da influência cada vez maior que o poder económico está a exercer sobre o poder político.

É neste caldo de cultura que os valores da democracia e do 25 de Abril são crescentemente postos em causa e que ressurgem os valores do passado fascista, dando força aos que querem julgar o 25 de Abril, como aconteceu no recente julgamento do Marechal Costa Gomes e aos juizes que negam uma pensão por serviços prestados à pátria ao capitão Salgueiro Maia, um dos heróis do 25 de Abril, recentemente falecido, mas que a atribuem a dois destacados inspectores da PIDE, altamente implicados nos crimes da ditadura.

As comemorações do 25 de Abril, a jornada do 1.º de Maio, o clamor de protesto contra o escândalo da censura do livro de José Saramago e a atribuição de pensões por «relevantes serviços» prestados ao país a dois membros da ex-PIDE/DGS testemunham que o campo democrático e popular tem força e energia para travar os desmandos da direita e contrariar os seus planos para se eternizar no poder.

É necessário, no entanto, que se compreenda que forças da reacção fascista e ultramontana subsistem no país, não se converteram à democracia e nem desistiram de retomar o antigo mando e privilégios.

É necessário que se compreenda a indispensabilidade de uma resistência democrática, não como uma mera palavra de ordem, mas como movimentos e movimentações de massas e da opinião pública que visem acautelar os interesses do nosso povo em face da ofensiva da direita e salvaguardar as características essenciais do regime democrático-constitucional em face do processo de restauração monopolista e das suas consequências na vida económica, social, cultural e política do país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 5.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

1.º de Maio da CGTP-IN em Lisboa

A força da multidão

Trunquem imagens e fotografias, arrumem a questão em quartos de página, escrevam as redutibilidades que quiserem inventar, que por isso os factos não se alteram: o 1º de Maio comemorado pela CGTP-IN em Lisboa foi das mais impressionantes manifestações de trabalhadores realizadas na Alameda Afonso Henriques. Dizê-lo assim, aqui e agora, é um simples acto de decência jornalística — e que cada um se olhe ao espelho que merecer. Quanto às comemorações, as centenas de milhares de pessoas que lá estiveram fizeram-no por saberem o que querem e o que não querem. Portanto, ficcionem sobre elas à vontade, que não-de ganhar muito com isso.

O desfile atrasou-se e só às 16.30 começou a chegar à Alameda Afonso Henriques. Foi o cabo dos trabalhos para que a imponente cabeça da manifestação conseguisse arrear as multidões que a esperavam nos passeios e na faixa central, em massa humana contínua que transbordava da Alameda até à Praça do Chile, 300 metros abaixo. Aliás a multidão nos passeios ovacionando os manifestantes foi uma constante ao longo dos quase três quilómetros do percurso, que começava lá ao fundo da Avenida Almirante Reis, no Largo Martim Moniz.

Mas o grande espectáculo estava na Alameda, onde alguém comentava que circular ali era pior que andar no Metro em hora de ponta. Se nos três enormes relevados era possível um deambular escoreito, nas vastas faixas de

rodagem que os separam e nas ruas laterais da Alameda o pandemónio era quase total, com multidões remoinhando em movimentos contraditórios e outras quase engolindo o espaço previsto para a passagem do desfile. Um espectáculo de massas impressionante. Daí a impressão que fazem alguns relatos saídos na imprensa que, pura e simplesmente, «não repararam» neste significativo aspecto do 1º de Maio de Lisboa, ou as fotografias e as imagens que buscaram apenas o pormenor redutor e inconclusivo.

Combativo e jovem

Marcadamente combativo, o desfile abria com um enorme pano transportado pelos dirigentes da central sindical onde se lia, a letras brancas sobre fundo

vermelho, «Menos Impos-tos, Melhores Salários». E as palavras de ordem choviam ininterruptamente, orientadas por megafones e reboando pela avenida, nos coros da multidão: «Não e não às taxas moderadoras», «CGTP Unidade Sindical», «Semana de 40 horas para já e sem demoras», «O tecto salarial só interessa ao capital», «Maio está na rua, a luta continua», «Cavaco prometeu, em saco roto se perdeu», «Queremos trabalho e pão, aumentos de impostos não», foram algumas das consignas mais repetidas.

Uma das particularidades do 1º de Maio da CGTP-IN é a intensa curiosidade que acompanha o enorme desfile por toda a Avenida Almirante Reis até à Alameda Afonso Henriques. As multidões perfilam-se ao longo dos passeios, sobem e descem o trajecto para miradas antecipadas ou especam-se, firmes, num ponto do percurso para assistirem à passagem completa da longa marcha, construindo duas manifestações que se complementam: a que, lentamente, sobe a avenida e a que a enquadra durante todo o trajecto.

Outro pormenor a destacar nas festividades deste ano foi o notável afluxo da juventude, para além da que inte-

grava o desfile com consignas próprias e particularmente animadas: viam-se jovens por todo o lado, normalmente em pequenos grupos mas também desgarrados, passeando e refrescando a multidão com uma presença permanente. As manifestações da PGA não estão a acontecer por acaso, temos aí uma nova geração pronta para as curvas!

Um requisitório contra o Governo

Sendo impossível referir as muitas centenas de representações presentes no desfile, convém destacar que se apresentaram na Alameda as mais variadas presenças, desde sindicatos, federações e uniões sindicais, a Câmaras Municipais, Freguesias e uma miríade de empresas, todas transportando as suas consignas, aqui e ali afirmando as suas lutas específicas. E o humor, como sempre, marcou presença, fazendo grande sucesso dois cabeçudos sobre uma caixa de camioneta, re-



A juventude animou particularmente o desfile

presentando Cavaco Silva e Torres Couto bebendo em conjunto numa garrafa de 9,5%.

Ver passar o desfile era tomar contacto com os problemas mais sérios com que se defronta a sociedade portuguesa. Da Saúde ao Ensino, da agricultura à indústria, do comércio aos serviços, passando por questões concretas como o desemprego e o custo de vida, os impostos e o tecto salarial, despedimentos e trabalho precário, exploração infantil e pacote laboral, acesso às faculdades e pensões de miséria, para só refe-

rirmos algumas, de tudo se viu no desfile do 1º de Maio da Alameda, transformando o acto num severo requisitório à política governamental.

É claro que a festa também esteve presente, e não foi preciso esperar pela actuação dos «Sitiados», que encerraram as celebrações e puseram toda a gente a dançar, para que a alegria se expandisse pelo vasto recinto e o convívio alastrasse pelas numerosas barracas de petiscos que já são uma tradição destas comemorações. Muita alegria, sim. E luta também.



Duas perspectivas da gigantesca multidão que se concentrou frente ao palco montado no topo da Alameda, junto à Fonte Luminosa



Havia como que dois desfiles paralelos — um, no centro da Avenida, outro a complementá-lo nos passeios

As palavras da tarde

Para além das intervenções da Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, e da apresentação de uma Resolução dos trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, que condensaremos a seguir, foi aprovada uma Moção na grande manifestação do 1º de Maio na Alameda contra o racismo e a xenofobia, alertando para «o ascenso das actividades racistas e com o desenvolvimento de organizações que preconizam a violência e o ódio racial por esta Europa fora», assumindo a CGTP-IN «uma posição crítica ao acordo de Schengen que, em nome da livre circulação de pessoas no espaço Schengen, mais não visa que o controlo das comunidades de emigrantes e limitar as suas liberdades» e considerando que «só unidos e solidários conseguiremos obri-

gar o Governo a praticar uma política de maior justiça social e a implementar medidas políticas que assegurem a igualdade de direitos dos trabalhadores emigrantes, não só nos seus postos de trabalho, mas também com vista a assegurar a sua inserção social e a dos respectivos agregados familiares, respeitando a sua identidade cultural, criando condições para acções no campo da educação, do alojamento, da formação profissional, assim como o reconhecimento dos seus direitos cívicos e políticos».

Intervenção de Carvalho da Silva

«A construção europeia está desequilibrada. A dimensão social tem sido menosprezada, enquanto flo-

resce a «Europa dos negócios», afirmou Carvalho da Silva a dado passo, acrescentando:

«Perante este cenário, o movimento sindical europeu, no seu todo, terá de ter uma acção firme e determinada, a partir de cada realidade concreta, em defesa da coesão económica e social.

«Foi esta a exigência que apresentámos, juntamente com a Confederação Europeia de Sindicatos, à presidência portuguesa!

«A CGTP-IN associa-se ao apelo da Confederação Europeia dos Sindicatos, consubstanciado na consigna "Unidos e Solidários, Contra a Exclusão Social e o Racismo", tendo em vista uma Europa unida, justa, solidária, multicultural e plu-



1.º de Maio da CGTP-IN em Lisboa

riénica, onde todos possam viver juntos, desfrutar a liberdade e a democracia, iguais nos seus deveres e direitos.

«Da mesma forma, a CGTP-IN exige a legalização da situação dos imigrantes em Portugal, designadamente os oriundos dos países de expressão portuguesa e a adopção de medidas para a sua inserção no respeito pela sua identidade cultural.

«A CGTP-IN exorta os trabalhadores imigrantes a integrarem-se nos seus sindicatos, nos quais encontrarão a fraternidade militante para, junto com os trabalhadores portugueses, defenderem interesses profissionais comuns».

E afirmou mais adiante o dirigente da CGTP-IN:

«A indústria e a agricultura portuguesas, apesar das centenas de milhões de contos, a fundo perdido, provindos da Comunidade Europeia, não se estão a modernizar ao ritmo desejado.

«A Banca é uma vez mais e apenas uma instituição de concentração do capital.

«É o sector de serviços que está a dinamizar o crescimento económico, face ao afundamento do sector produtivo real.

«É isto que preocupa a CGTP-IN.

«É este o quadro que está a gerar encerramentos totais ou parciais de empresas, falências, preocupantes ameaças de desemprego a milhares e milhares de trabalhadores, salários em atraso.

«É esta política que está a conduzir à desertificação de diversas regiões do interior do País, a aumentar a migração para os centros urbanos do litoral e a emigração para outros países.

«Tudo isto é acompanhado por medidas governamentais de centralização de determinados serviços públicos, como é o caso da Segurança Social, Saúde, Telecomunicações e Serviços Postais,

que colocam as populações do interior ainda mais desprotegidas e isoladas.

«As afirmações do Primeiro-Ministro de que já não estamos na cauda da Europa Comunitária e, mais recentemente, a afirmação de que estamos a apanhar o pelotão da frente, não passam, infelizmente, de uma retórica ficcionista, desmentida pela realidade que vivemos.»

A questão do pacote laboral e do acordo assinado pela UGT não deixou de ser abordada pelo dirigente da CGTP-IN:

«A UGT, ao assinar o acordo, prejudicou objectivamente os trabalhadores, ajudou Cavaco Silva e o patronato a legitimar socialmente a contenção dos salários, a discriminação dos trabalhadores da Administração Pública, os aumentos insuficientes do salário mínimo e das prestações familiares da Segurança Social.

«Mas os trabalhadores não

se deixam enganar. A prova são as inúmeras lutas desenvolvidas.

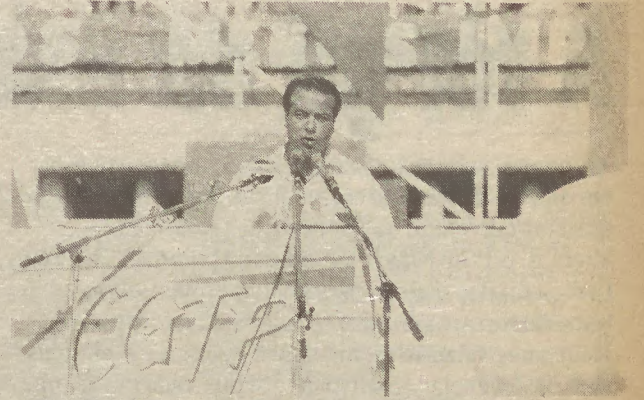
«Os trabalhadores unem-se na luta contra os objectivos do acordo e, muito justamente, criticam duramente a UGT pelo seu comportamento.

«Esta luta, feita com enormes sacrifícios vai, entretanto, dando os seus frutos».

E concluiu o orador, mais adiante:

«A postura simultaneamente reivindicativa e proponente que a CGTP-IN tem assumido face aos problemas nacionais, tem-lhe granjeado um crescente apoio das massas trabalhadoras, que vêem as suas mais sentidas aspirações expressas nas reivindicações defendidas pela CGTP-IN.

«Assim, assumimos com empenho a responsabilidade acrescida que daí resulta e procuraremos reforçar a sua capacidade de organização e de acção».



Carvalho da Silva no uso da palavra



Jovens, havia muitos... e também os muito jovens!



Pormenor do palco do comício



A juventude lá estava, em grupos ou desgarrada, refrescando tudo o que era sítio

A festa no País

As comemorações do 1º de Maio foram activamente festejadas em todo o País. Destaquemos as principais

Porto

Na Praça Humberto Delgado um desfile e a actuação da Brigada Vítor Jara foram precedidos de um comício em que intervieram diversos dirigentes da CGTP-IN, União dos Sindicatos do Porto e Interjovem.

Emídio Martins, da CGTP-IN, acusou a UGT de «cumplicidade activa e submissão aos objectivos do Governo e do patronato, pela sua postura face ao acordo de rendimentos para 1992». E acrescentou: «Com este acordo pretende-se impor a contenção salarial, aumentar a instabilidade e a insegurança no emprego e agravar as dificuldades sociais».

O Governo foi o principal alvo das críticas do dirigente da CGTP-IN, que o responsabilizou pelo não cumprimento de promessas eleitorais relativas à redução do horário de trabalho e dos impostos e ao aumento dos salários.

Setúbal

Cerca de 3000 pessoas participaram nas comemorações do 1º de Maio em Setúbal, que decorreram em desfile entre a zona superior do Parque do Bonfim, junto ao estádio do Vitória, e a Avenida Luisa Todí, onde se verificou a concentração.

Aqui, Manuel Pisco, em

nome da União dos Sindicatos de Setúbal, fez a intervenção de fundo, caracterizando a situação social e política do Distrito e os efeitos da política do Governo. Esta recebeu a condenação unânime dos presentes, sob a forma de resolução proposta aos manifestantes.

Outro documento apresentado foi o de uma moção, igualmente aprovada por unanimidade e aclamação, de solidariedade com a luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação e independência.

Aliás foi este o tema escolhido pela JCP para a decoração de um carro alegórico - um contributo mais para a diversificação de elementos, com destaque para as faixas de presença que deram à jor-

nada de luta um ainda maior colorido.

Coimbra

As comemorações do 1º de Maio organizadas pela União dos Sindicatos de Coimbra iniciaram-se ao princípio da manhã e tiveram o seu ponto alto no desfile pelas ruas da cidade, que antecedeu o comício.

No comício usou a palavra o dirigente da CGTP-IN, Américo Nunes, que acusou a presidência portuguesa à frente das Comunidades Europeias de «pouco ou nada ter feito no domínio social. Os trabalhadores portugueses continuam a ver adiada a possibilidade de desfrutarem das melhorias sociais».

Após criticar a UGT pelo acordo social assinado com o

Governo e o patronato, Américo Nunes apelou à revogação das taxas moderadoras pela prestação dos cuidados de saúde e manifestou o desejo «de uma paz duradoura em Angola e Moçambique».

Faro

Críticas à política social e laboral do Governo, foram a tônica dominante do comício-festa comemorativo do 1º de Maio, em Faro, que teve lugar no jardim da Alameda e foi antecedido por um desfile que percorreu as ruas da cidade.

O coordenador da União dos Sindicatos do Algarve (USAL), Fernando Amaro, principal orador do comício, chamou a atenção para o facto das indesmentíveis e graves dificuldades que se estão a encontrar na execução do programa da Comissão para a concretização da Carta Social.

Depois de recordar algumas promessas eleitorais do Governo, o responsável pela USAL acusou o Executivo de, contrariamente ao que prometeu, «estar a dificultar cada vez mais a vida dos trabalhadores». E acrescentou: «O que o Governo fez foi aumentar o preço dos medicamentos por via do IVA e reintroduzir as taxas moderadoras, o que faz que hoje em

dia ter acesso às consultas médicas seja um desafio à capacidade de resistência dos doentes e uma incapacidade financeira real para a maioria dos cidadãos.

Évora

As intervenções proferidas em Évora durante as comemorações do 1º de Maio, que decorreram no Jardim Público, tiveram como tônica fortes críticas à política do Governo em relação ao Alentejo.

Para o dirigente da União dos Sindicatos do Distrito de Évora (USDE/CGTP), José Figueira, «o Alentejo continua a ser vítima das medidas discriminatórias do Governo. O PSD e o Governo não estão interessados no desenvolvimento do Alentejo», disse José Figueira, que salientou o trabalho desenvolvido pelas autarquias da região.

Ao tecer fortes críticas à política governamental, o dirigente da USDE/CGTP referiu que o Alentejo é a região do País com a mais elevada taxa de desemprego.

Aveiro

As comemorações do 1º de Maio em Aveiro, numa iniciativa da União de Sindicatos do Distrito, reuniu no largo do Rossio quase 5000 trabalhadores das zonas de S.

João da Madeira, Feira, Ovar, Espinho e Águeda.

Manuel Mendes, que falou em nome do Conselho Nacional da CGTP, salientou o carácter internacionalista do 1º de Maio. «Apesar dos aspectos positivos das transformações que o mundo conheceu, 3/4 da humanidade vive em condições de miséria», afirmou.

Abordando o problema da unidade europeia, Manuel Mendes defendeu a concretização do «Pacote Delors II», pois «só com um maior esforço financeiro se pode caminhar no sentido de reforçar a coesão social», disse, após o que teceu fortes críticas à actuação do Governo na política nacional.

Açores

O 1º de Maio foi assinalado em Ponta Delgada com provas desportivas promovidas pelas estruturas sindicais da Região. A União dos Sindicatos de S. Miguel e Santa Maria (USSMSM) realizou também uma festa-comício com espectáculo ao ar livre, em que participaram grupos folclóricos e de música ligeira.

O ciclismo e o atletismo com uma volta à cidade fizeram, igualmente, parte do programa comemorativo da USSMSM.



Desfile em Setúbal

Isenção e pluralismo arredados da RTP

A garantia de isenção e pluralismo nos serviços públicos de televisão e de rádio não está assegurada e, mais do que isso, existe sem margem para dúvidas um claro enfeudamento da RTP aos interesses do Governo e do PSD. Esta foi, em síntese, embora tal não constitua propriamente uma novidade, a principal conclusão a reter do debate sobre um referendo proposto pelo PS relativo ao modelo de gestão de televisão pública que garanta a sua independência face ao Poder político.

Uma conclusão largamente fundamentada na profusão de exemplos trazidos a lume ao longo dos trabalhos quanto a uma prática da RTP orientada, segundo as palavras de Octávio Teixeira,

para «proteger a política governamental da crítica e do desmascaramento com largo impacte público» e do «seu firme e disciplinado empenho em impedir confrontos de opiniões cujo desfecho possa ser desfavorável para o Governo e o PSD» (ver intervenção de João Amaral).

Quanto ao referendo proposto pela bancada socialista, por razões opostas, não teve acolhimento junto das restantes bancadas (à excepção da UDP, que votou favoravelmente com o PS). No caso do PSD e CDS (votos contra), a sua posição derivou da consideração que a matéria não justifica a utilização deste instituto constitucional, enquanto o

PCP fundamentou a sua abstenção no facto de a iniciativa socialista - a primeira experiência de referendo nacional - não ter sido acompanhada de uma «criteriosa e imprescindível consideração», designadamente ao nível da «ponderação do tema e da natureza da questão a colocar ao eleitorado».

Para a bancada comunista, de resto, se a matéria em debate não suscitava questões quanto ao sentido da sua oportunidade e da sua importância, já o mesmo não se pode dizer relativamente aos aspectos técnico-jurídicos da proposta de referendo, inserida na perspectiva do PCP «na competição em curso entre PS e PSD na criação dos chamados «factos políticos»».

Uma televisão enfeudada

(...)
Desde que aqui apreiciámos, na legislatura anterior, a mensagem do Presidente da República, ou desde que aqui discutimos, já nesta Legislatura, a proposta e os projectos de estatutos da RTP, sucessivos factos mais não fizeram que confirmar a governamentalização da RTP, quando não mesmo mostrar que se vai agravando.

Vale um exemplo? O caso da Primeira Página. É no 1.º canal o programa temático do departamento de informação com maior audiência, ligado às questões da política. Que se esperava? Que se desejava? Que se tornava necessário? Em primeiro lugar, que a Primeira Página fosse mesmo a Primeira Página das preocupações dos portugueses. Em segundo lugar, que ela permitisse o livre confronto de opiniões, por forma a ficarem claras não só a posição do Governo mas as alternativas que as oposições formulam.

Esta é uma questão essencial. Ao silenciar, ou deturpar a caricatura como tantas vezes faz, as posições críticas das oposições e as alternativas à política governamental, a RTP estreita o campo das opções dos espectadores. A RTP serve o Governo e as políticas governamentais ao omitir ou deturpar a existência, fundamentos e características de alternativas à política governamental. A liberdade de escolha dos por-

tugueses é atingida. À custa da liberdade dos cidadãos, o Governo é apoiado e protegido.

Esta questão torna-se particularmente aguda num momento político como o que vivemos. O Governo foi para as eleições com uma campanha de promessas incontáveis e infundáveis. Usou os dinheiros públicos sem nenhum pudor em operações de promoção eleitoral.

Acabadas as eleições, obtida a maioria, vem a factura. Factura aliás tão anunciada que uma das primeiras coisas que foi dita pelo Prof. Cavaco Silva depois das eleições, quando traçou as linhas estratégicas de actuação do PSD, foi que não ia comprometer uma futura vitória nas Legislativas de 95 com as eleições autárquicas. Sinal claro de que, para já, está assumido o tempo das políticas restritivas e antipopulares.

A função estratégica da RTP é então nesta situação a de ocultar a existência de críticas e alternativas às políticas governamentais, é a de tanto quanto possível fazer diluir e esquecer essas políticas e as suas consequências.

Voltemos à Primeira Página e aos saborosos exemplos que ela fornece. Vejamos:

Aumenta o IVA em Portugal sobre uma série de produtos, incluindo sobre alimentos. Que tal uma Primeira Página sobre a fome no Mun-

do? Para mostrar que há quem viva pior?

Os estudantes protestam contra a PGA e as propinas. Que tal um trabalho do «António Esteves Martins, em Bruxelas, boa noite!», sobre o futuro da CEE, com o sociólogo António Barreto, o sr. Saarsfield Cabral e o euro-deputado Pimenta?

Os Magistrados do Ministério Público protestam contra a Lei Orgânica. Talvez uma entrevista com Lucas Pires e José Luís Judas sobre um tema tão apaixonante como a democracia, a esquerda, a direita, esquerda, direita, etc., etc.

Os agricultores protestam por causa da política agrícola da Comunidade. Porque não então uma Primeira Página sobre a situação interna do PS, com truculência que baste?

As autarquias afirmam-se esbulhadas no Orçamento em mais de 50 milhões de contos. Fazem uma reunião histórica em Lisboa, que confirma o inédito protesto de um poder de Estado contra outros poderes de Estado, que não cumprem a Lei. E a Primeira Página? Que tal a guerra do Golfo passado um ano, seguido de um debate, ou melhor, de um dueto com os deputados Jaime Gama e Ângelo Correia?

São impostas taxas moderadoras nos serviços públicos de saúde. Que tal uma Primeira Página sobre a Ucrânia, ou o fim da Europa? E esta?

O acordo económico e social foi subscrito em condições consideradas inaceitáveis e lesivas dos interesses dos trabalhadores. Há divergências. Como se reflectem na Primeira Página? Por exemplo, com uma conversa com a sr.ª Embaixadora sempre presente Collete Avital e o normalmente ausente representante da OLP?

Os funcionários públicos recebem os escandalosos 8% de aumento e fala-se em cem mil despedimentos. E a Primeira Página? Que tal a situação na Comunidade dos Estados Independentes?

(...)
(extractos da intervenção do deputado João Amaral no debate do dia 28 de Abril de 1992)

Pensão a ex-pides choca e ofende

Ficou sem resposta, faz hoje oito dias, na habitual sessão de perguntas ao Governo, a questão formulada pela bancada comunista ao Executivo sobre as razões que levaram este, em vésperas do 18.º aniversário do 25 de Abril, a atribuir pensões a dois inspectores da ex-PIDE-DGS por «serviços excepcionais e relevantes prestados ao País».

E ficou sem resposta, sem

Hoje em debate

SOS à floresta portuguesa

A política florestal e em particular o problema das áreas percorridas por incêndios vai estar hoje em foco no Parlamento, ocupando na sua totalidade a ordem do dia da agenda da sessão plenária. Com o debate a incidir em quatro diplomas (três da iniciativa do PCP e um do PS), prevê-se que importantes questões venham a dominar a atenção dos deputados, designadamente as que se prendem com a defesa da nossa floresta, alvo como se sabe de múltiplos fogos que nos últimos têm deixado um rasto de destruição e ruína.

Só no ano passado - o pior ano em matéria de fogos florestais -, recorde-se, arderam 161 815 hectares em mais de 22 mil incêndios, número assustador que por si só dá uma ideia da dimensão deste flagelo, responsável pelo desaparecimento de muitas áreas florestais, pela destruição de habitações e aldeias, por perdas de vidas humanas, pelo rompimento do equilíbrio de alguns ecossistemas, e pelo acentuar de fenómenos como a erosão e desertificação de vastas áreas queimadas.

Mas a verdadeira amplitude da tragédia pode ainda ser aferida pelo número de fogos ocorridos desde 1980, cujo número ultrapassa os 100 mil ou ainda pela área percorrida pela força destruidora do fogo, qualquer coisa como mais de um milhão de hectares.

São sem dúvida dados impressionantes que colocam na ordem do dia a necessidade premente de um plano com medidas de emergência, a par de medidas de fundo, que permitam inverter o curso actual dos acontecimentos neste domínio.

É que em causa estão, para além dos aspectos já referidos, sobretudo ao nível ambiental e social, muitos outros de igual importância, designadamente na esfera económica. Basta referir que a floresta portuguesa constitui uma fonte de subsistência para milhares de famílias, contribuindo só por si com cerca de 15 por cento do total de exportações do País, sem falar do facto de os recursos florestais suportarem uma fileira industrial com uma produção bruta estimada em 416 milhões de contos (dados de 1989) e 10 mil postos de trabalho.

Neste quadro devem pois ser inseridas as iniciativas legislativas hoje em debate na Assembleia da República. No caso das subscritas pelo PCP têm em vista a adopção de dois programas, um, de emergência, para a defesa da floresta portuguesa, o outro, destinado à rearborização das áreas percorridas por incêndios. Um terceiro diploma, da iniciativa dos parlamentares comunistas, sob a forma de projecto de resolução, preconiza a realização de um seminário, promovido pelo Parlamento, sobre fogos florestais e defesa do ordenamento da floresta e do espaço rural.

que outras explicações fossem dadas, e quando inclusive havia um compromisso de que a questão seria objecto de tratamento, pela simples razão de que o Governo resolveu pura e simplesmente não a incluir no lote de assuntos por si criteriosamente escolhido para este dia.

Por apurar ficaram assim as exactas razões que levaram o Primeiro-Ministro e o ministro das Finanças, em despa-

cho conjunto, a conceder tal pensão a dois indivíduos em cuja folha de serviços, do que é público, se inscreve uma ligação directa ao Campo da Morte do Tarrafal e ao assassinato de populares junto à António Maria Cardoso, onde estava sediada aquela sinistra estrutura policial, na tarde do dia 25 de Abril de 1974.

Este acto do Governo de Cavaco Silva e a ausência de qualquer explicação da sua parte, torna-se ainda mais inadmissível e chocante quando se sabe que foi recusada a concessão de idêntica pensão ao recentemente falecido tenente-coronel Salgueiro Maia, capitão de Abril, facto que legitimamente suscita a questão, como observou Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar Comunista, de se estar «perante um acto de reabilitação da polícia política fascista e de punição daqueles que, pela sua acção corajosa e patriótica, permitiram ao povo português viver em liberdade».

Em defesa do Tapete de Arraiolos

O Grupo Parlamentar do PCP entregou há dias na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei para a defesa e valorização do Tapete de Arraiolos, retomando assim uma iniciativa de idêntico teor já apresentada na VI Legislatura destinada a agrupar a sua classificação em quatro tipos de qualidade.

A definição de cada grupo de qualidade baseia-se no género de bordado usado e na composição do tecido sobre o qual é feito, sendo da qualidade extra os exemplares trabalhados sobre linho ou sobre tecido com qualidades semelhantes, com emprego de lã no bordado, executados com o bordado do Séc. XVII, em que os contornos são feitos a ponto pé-de-flor e o res-

tante bordado feito a ponto de Arraiolos I e 2.

Para a defesa, promoção, apoio e valorização desta importante expressão do trabalho artesanal, o Projecto de Lei propõe a criação de um Instituto para a Defesa e Valorização do Tapete de Arraiolos, com sede na vila do mesmo nome e constituído por representantes da Secre-

taria de Estado da Cultura, da Câmara Municipal de Arraiolos, da Comissão Regional de Turismo de Évora, das Associações Patronais, Cooperativas e Sindicais e por técnicos de reconhecida competência.

Com a apresentação deste Projecto de Lei, o Grupo Parlamentar do PCP cria o quadro que permitirá defender e

valorizar o Tapete de Arraiolos, uma das expressões mais genuínas do artesanato regional e nacional cujos exemplares mais antigos remontam ao Século XVII e que constitui, hoje, uma das principais actividades económicas do concelho de Arraiolos, ocupando cerca de 2000 bordadoras, mas que se tem expandido um pouco por todo o País.

Governo e política cultural

Dirigismo e desresponsabilização

Não se saiu bem o Governo da encenação que montou, na última semana, no Parlamento, destinada a recompor a abalada imagem da sua Secretaria de Estado da Cultura, alvo ultimamente de uma cerrada contestação, proveniente dos mais variados quadrantes da criação artística e dos agentes culturais.

E foram vários os factores que concorreram para que este teste à política cultural, objecto central do debate, agendado por iniciativa do próprio Governo, redundasse para este numa operação votada ao fracasso.

Desde logo, porque, se já existia a convicção, partilhada por toda oposição, de que a cultura era encarada por este Governo como um mero objecto de consumo, de promoção e de propaganda da imagem do Poder, passou também a saber-se que o cunho dirigista e partidário da SEC vai mesmo ao ponto de executar actos censórios e antidemocráticos como foi o que levou à exclusão do nome de José Saramago da lista de candidatos ao Prémio Literário Europeu.

Este acto de «censura inquisitorial», como foi classificado, introduzido no debate através dos pedidos de esclarecimentos efectuados após a intervenção de Santana Lopes - um discurso todo ele virado para o auto-elogio, com tiradas do tipo «nunca se fez tanto aquilo que era preciso fazer e fazer-se bem feito» - acabou por levar a Câmara ao rubro, com troca de partes entre as bancadas da maioria e da oposição que instalaram por momentos o caos nos trabalhos. E tudo, está bem de ver, porque o subsecretário, Sousa Lara, revelando os sábios critérios que presidiram à decisão, entendeu explicar como suas razões para a não escolha da obra proposta, «O Evangelho Segundo Jesus Cristo», o facto de esta ser «profundamente polémica», uma vez que «ataca princípios que têm a ver com o património religioso dos cristãos e, portanto, longe de unir os portugueses, desuniam-nos naquilo que é seu património espiritual».

«É o escândalo da inquisição, voltou a inquisição», disse em tom veemente, da

sua bancada, o deputado comunista Lino de Carvalho, enquanto o líder parlamentar socialista Jaime Gama, usando da palavra ao abrigo da figura regimental de «defesa da consideração» considerava «completamente inaceitáveis» os argumentos aduzidos por Sousa Lara para rejeitar a obra de José Saramago, recordando que «o mesmo foi feito no Irão pelo Ayatollah Khomeini» relativamente ao livro «Os Versículos Satânicos» do escritor Salman Rushdie.

«Desculpa Saramago. Mas não os desculpes. Foi-se a Inquisição. Querem agora importar o fundamentalismo. Nos impostos como na cultura», sublinhou por sua vez Octávio Teixeira, não sem antes ter manifestado a sua solidariedade ao autor do «Memorial do Convento» e a sua repulsa pelo acto «objectivamente censório» de que foi vítima por esta acção da SEC.

Mas se esta foi sem dúvida a questão mais polémica do debate, centrando-o num terreno desfavorável para o Executivo, sem que este con-

certeza o esperasse, outras houve chamadas à colação pelos partidos da oposição, e designadamente pelo PCP, que puseram a nu a forma como o Governo - e esta foi uma das críticas mais severas que lhe foi dirigida - privilegia a lei do lucro das indústrias de produção cultural, desresponsabilizando simultaneamente o Estado no desenvolvimento e democratização da cultura.

Uma questão tratada de forma pormenorizada por António Abreu (ver intervenção na página seguinte) e retomada por Octávio Teixeira, no seu discurso final, quando afirma a dado passo que o «Estado não pode demitir-se de ser um instrumento fundamental da democracia cultural» e «deve promover as condições de criação e de fruição, deve proteger a liberdade, a diferença e a diversidade culturais».

Detendo-se nesta questão, o líder parlamentar comunista adiantou ainda que «o que o Estado não pode nem deve fazer é substituir-se e tutelar burocraticamente e de forma dirigista a criatividade indivi-

dual e colectiva», precisamente a orientação inversa que o Governo PSD tem imprimido à área da cultura.

Exemplos? Devolvamos a palavra a Octávio Teixeira:

«São os actos de empobrecimento e de descapitalização das estruturas da cultura, a sua partidarização e clientelização. É a acção política contra os escritores e os artistas portugueses, contra os agentes culturais, contra a cultura nacional. É a opção por uma política acentuadamente dirigista, de crescente

restrição dos direitos dos criadores e dos agentes culturais, de marginalização das associações profissionais na definição de políticas e decisões concretas. É, afinal, uma política e uma acção partidarizadas em que, como diz David Mourão-Ferreira «todo o aparelho partidário do PSD está, através da SEC, a tentar canalizar a cultura para o terreno dos seus próprios interesses, tudo o que se faz nesse campo é em nome e em glória do Governo».



Biblioteca Pública de Évora

Que política de «leitura pública» tem a SEC? Esta uma das muitas questões que o deputado Lino de Carvalho, em requerimento apresentado na Assembleia da República, apresenta sobre a transferência da Biblioteca Pública de Évora para a Universidade de Évora. «Estava a Biblioteca Pública de Évora posta em sossego desde que há 200 anos foi instuída por Frei Manuel do Cenáculo, quando S.Exa, o senhor secretário de Estado da Cultura, desceu de sopetão à cidade Património Mundial e, pela calada da surpresa, protocolo assinou visando a sua transferência», escreveu o deputado, indagando depois da justificação de semelhante decisão que revestiu uma «forma tão célere e conspirativa».

Fundada a partir de 50 mil volumes doados por Frei Manuel do Cenáculo e contando hoje com meio milhão de manuscritos e outras valiosas colecções, esta biblioteca foi requerida pela Universidade de Évora. Para avaliar das implicações de tal transferência, a Câmara Municipal havia criado um grupo de trabalho. No entanto, o secretário de Estado passou por cima de tudo isso. E transfere para outrem «um património de altíssimo valor, sem saber se esse outrem vai ter espaço e dinheiro»...



Lei por cumprir na Eurovir

No seguimento de uma recente visita que efectuou ao distrito de Vila Real, o deputado comunista Vítor Ranita apresentou há dias um requerimento ao Governo, através do ministro do Emprego e Segurança Social, solicitando esclarecimentos sobre a situação social na empresa Eurovir.

Trata-se de uma empresa de vestuário instalada na zona industrial de Vila Real que, segundo informações recolhidas no local, beneficiou de diversos apoios e isenções fiscais destinadas à montagem da fábrica, a acções de formação e à criação de primeiro emprego.

Acontece, porém, que a administração da empresa, apesar dos apoios recebidos, parece apostar no confronto com os trabalhadores, respondendo de forma arrogante e prepotente a quem reclama o salário devido ou pretende ver respeitadas as tabelas salariais estabelecidas no contrato colectivo, chegando mesmo a convidar os trabalhadores a tomarem a iniciativa de se despedirem da empresa.



Minas de Jales

De Vila Real nos chega um outro problema, este relacionado com o futuro das minas de Jales, objecto também de um requerimento dirigido ao Governo, no qual se indaga das medidas que este pensa adoptar no sentido de apoiar o desenvolvimento e a modernização daquela exploração mineira de ouro.

A questão foi suscitada pelo facto de a administração, alegando uma produção insuficiente, não estar a cumprir cabal e atempadamente os compromissos perante a Segurança Social, a EDP, a companhia seguradora e os seus trabalhadores, grande parte dos quais está a receber um salário idêntico ao mínimo nacional.

A situação nesta mina de ouro - a única em actividade no País - é tanto mais estranha quanto é certo que em anos recentes verificou-se um aumento substancial da produtividade, havendo perspectivas de duplicar a produção nos próximos dois anos, caso seja executado um programa de renovação de parte do equipamento. Acresce ainda, de acordo com o requerimento suscitado por Vítor Ranita, que em Julho de 1991 terá sido estabelecido um protocolo com a Direcção Geral de Energia e Minas visando a prospecção, ainda não iniciada, de novos filões.

Com novo «pacote» legislativo

PCP dá resposta a problemas juvenis

Prosseguindo a intensa actividade legislativa que vem caracterizando a sua actualização desde o início dos trabalhos da presente Legislatura - acção que o coloca à grande distância neste domínio das restantes formações com assento no Parlamento - o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República, na semana finda, um novo «pacote» de diplomas, privilegiando desta feita a área da Juventude.

Ao todo são cinco projectos de lei, versando questões tão importantes para os jovens como sejam o livre exercício do direito de associação, o direito de participação das suas organizações na elaboração de legislação referente à política de juventude, o Estatuto do Trabalhador-Estudante, a proibição das discriminações salariais em função da idade ou o subsídio de inserção na vida activa.

No caso do diploma relativo ao direito de associação, correspondendo a uma antiga aspiração do associativismo juvenil, e face à lacuna existente no nosso ordenamento jurídico em matéria de associação de menores, trata-se de permitir que os jovens com menos de 18 anos e com idade não inferior a 14 possam associar-se para defesa e promoção dos seus direitos e interesses, sem necessidade de



qualquer autorização ou tutela.

Contemplar mecanismos de participação dos jovens e suas organizações na legislação em que sejam parte directamente interessada, tal é, por sua vez, o grande objectivo de um outro diploma redigido pelos deputados comunistas, no qual prevê designadamente o princípio da consulta pública a todos aqueles que fundamentem um interesse legítimo na legislação em causa.

Ao assegurar o cumprimento do Estatuto do Trabalhador-Estudante, alargando simultaneamente o âmbito da sua aplicação - grandes objectivos do terceiro projecto de lei incluído neste «pacote» - os parlamentares do PCP procuram não apenas clarificar e simplificar o processo de prova da situação dos jo-

vens nestas condições, como permitir que todos aqueles que estejam em situação de desemprego involuntário ou a cumprir o serviço militar possam beneficiar da aplicação do «Estatuto».

Dentro do espírito de procurar minorar as dificuldades que resultam da necessidade de compatibilizar o trabalho e o estudo, trata-se ainda de remover os obstáculos existentes à aplicação integral do Estatuto do Trabalhador-Estudante, accionando para o efeito a instalação do organismo encarregado das questões específicas deste sector estudantil, previsto na lei, mas nunca de facto criado até ao momento.

Ao proibir as discriminações salariais aos jovens, assegurando-lhes remuneração igual à dos demais trabalhadores, o diploma relativo a

esta matéria tem em vista, por seu turno, pôr termo aos preceitos da legislação actual que permitem a redução de 25 por cento do salário mínimo aos trabalhadores com menos de 18 anos e a redução de 20 por cento aos aprendizes, fazendo assim vigorar a norma constitucional que estabeleça o princípio de que a «trabalho igual deve corresponder salário igual».

O projecto de lei que reformula o subsídio de inserção de jovens na vida activa, por último, procura dar resposta à inadequação do regime concreto que estipula no âmbito do regime não contributivo da Segurança Social essa prestação pecuniária, propondo nomeadamente o alargamento do âmbito pessoal de atribuição do subsídio e das condições de concessão.

António Abreu

«O PSD tem uma concepção de cultura ornamental e de formação da imagem do Poder»

O Governo não veio aqui de livre vontade discutir a sua política cultural em relação à qual não tem tido vontade de dialogar. As circunstâncias a isso o obrigaram: é a rejeição pelos meios de cultura da sua política cultural, são reservas expressas por outros órgãos de soberania, é o inquérito parlamentar que o PCP propôs. Pretendeu o Governo com este debate possibilitar ao secretário de Estado uma prestação que lhe recomponha a imagem.

Se esse foi o objectivo do Governo ao vir aqui, começou por cometer uma primeira falta.

Acto censório

Esperávamos que no início deste debate, por iniciativa do Senhor secretário de Estado, se fizesse do acto de censura que um seu subsecretário acaba de fazer ao cortar da lista dos concorrentes ao Prémio Literário Europeu o escritor José Saramago. Trata-se de um acto político que deve ser assumido pela SEC. Não o fez e isso agrava o escândalo, que já passou fronteiras, e que se nos apresenta como um caso paradigmático de dirigismo — neste caso censório e que está a atingir outros criadores — que se prolonga noutros actos que configuram o condicionamento ao livre governo das associações culturais.

Debater a política cultural do Governo implica verificar, no conjunto dos factos, uns negativos outros positivos, quais os objectivos políticos nem sempre expressos no Programa do Governo: desresponsabilizar o Estado do desenvolvimento cultural; e acentuar o dirigismo frequentemente disfarçado na demagogia populista da descentralização; reduzir a cultura a indústrias de produtos culturais que sirvam um mercado de regras ditadas por grupos económicos; liquidar estruturas científicas montadas durante anos com o trabalho dedicado de profissionais qualificados que neles acumularam *know-how* e competência; assegurar numa área do aparelho do Estado que o PSD não considera suficientemente laranja o seu completo domínio; mobilizar recursos financeiros e bens culturais para obras de fachada, optando pela cultura-espectáculo susceptível de render dividendos políticos a mais curto prazo; praticar, enfim, uma concepção de cultura ornamental e de formação da imagem do poder.

Debater a política cultural implica debater também a educação e o ensino, através dos quais o PSD tem comprometido a formação integral que possibilitaria a elevação dos níveis de produção mas também de apetência e fruição culturais. Educação, ciência e cultura constituem vectores estratégicos fundamentais para o desenvolvimento do país mas o

PSD tem nestes 13 anos atrasado o sistema educativo e aprofundado o fosso que nos separa de outros países da CEE.

Música, acriação de orquestras sinfónicas em Lisboa e Porto, a reestruturação do ensino, orquestras regionais ligadas a conservatórios e outras insti-

tuções musicais af existentes, a reposição no S. Carlos da Companhia de Ópera com todos os seus corpos. Nas artes plásticas, a concessão de bolsas de longa duração, a retoma das bolsas para o estrangeiro, o cumprimento da lei do 1%, a participação em *ateliers*. Propomos ainda a cooperação entre Ministérios para o incentivo ao *design* português e apoio à produção industrial de projectos de *design*. Na área do Património, propomos um instituto reorganizado sem perda de funções correspondentes a uma concepção moderna de património cultural reapetrechado, com reforço de verbas e técnicos, a urgente conclusão de um inventário do pa-

trímónio móvel, com o reforço dos meios já no terreno e o completar do âmbito do trabalho iniciado, a regulamentação da Lei Quadro, o reforço da formação de técnicos de conservação e restauro. Entendemos que se deve alargar o acesso à Torre do Tombo, ser publicada a Lei de Bases dos Arquivos e recriar um instituto que defina a política arquivística, de acordo com a lei, para esta área. Propomos a aprovação da Lei Quadro e Estatuto do Artesão. Na política do Livro e Leitura, defendemos o apoio à edição de obras de novos autores, o preço fixo de capa, a bonificação de custos de papel, correios e transportes, a fiscalização das tiragens e defesa dos direitos de autor, o incremento da cooperação com autarquias em relação a bibliotecas públicas atractivas para o incentivo à leitura, a construção de novas bibliotecas escolares e feiras do livro. Para o Cinema, defendemos um enquadramento institucional que respeite a convergência de opiniões debatidas com profissionais, a actualização de legislação, normas e regras para a produção estrangeira em Portugal, a transparência de funcionamento e actos do IPC, a revisão da política de financiamento e subsídios e medidas que salvaguardem a comercialização, distribuição e exibição de filmes nacionais. Para a projecção universal da nossa cultura, propomos uma

política coordenada que respeite a riqueza e diversidade da criação, sem tesouras estéticas e políticas do Estado, o alargamento da cooperação com mais acções diplomáticas de emigrantes e a criação de Institutos da Cultura Portuguesa.

O Estado não pode substituir-se nem tutelar de forma dirigista a criatividade individual e colectiva, mas também não pode demitir-se de ser um instrumento fundamental de democracia cultural.

Trabalho e liberdade criativa

Na interpelação de Junho do ano passado, o PCP marcou as discordâncias com esta política cultural, contrapondo outra política, outros objectivos, outras concepções — as que defendemos e praticamos e que só são susceptíveis de aqui serem referenciadas sumariamente.

Na nossa opinião, o Estado não pode substituir-se nem tutelar de forma dirigista a criatividade individual e colectiva, mas também não pode demitir-se de ser um instrumento fundamental de democracia cultural. O PCP defende uma

O Governo opta por uma política de «espaços», onde na prática imporá a circulação de produções definidas pelas tesouras políticas e estéticas do Governo, inviabilizando o apoio à criatividade.

política de cultura que salvguarde o património e a identidade cultural de Portugal, que favoreça o trabalho e a liberdade criativa, o pluralismo e o confronto de diferentes correntes estéticas, que fomenta o desenvolvimento cultural do nosso povo e que estenda a possibilidade de fruição de bens culturais a todas as regiões. O PCP defende uma política de apoio a todas as artes e aos novos campos de expressão e experimentação artística, salvaguardando os interesses dos artistas e garantindo-lhes condições profissionais e de vida dignas. O PCP defende uma outra reestruturação da SEC e a sua transformação em Ministério, a ampliação da dotação do OE para a Cultura. O PCP defende a valorização dos criadores individuais e a difusão do papel da descentralização com a necessidade de articulação entre o poder central, o poder local e as associações culturais.

As propostas do PCP

Para o Teatro propomos a reestruturação do sector público, a criação de sectores de produção fora de Lisboa, a melhoria na formação, a recuperação e equipamento de espaços, o apoio ao teatro de amadores, a Lei de Bases da Actividade Teatral e o Estatuto do Artista de Teatro. Para a

tuições musicais af existentes, a reposição no S. Carlos da Companhia de Ópera com todos os seus corpos. Nas artes plásticas, a concessão de bolsas de longa duração, a retoma das bolsas para o estrangeiro, o cumprimento da lei do 1%, a participação em *ateliers*. Propomos ainda a cooperação entre Ministérios para o incentivo ao *design* português e apoio à produção industrial de projectos de *design*. Na área do Património, propomos um instituto reorganizado sem perda de funções correspondentes a uma concepção moderna de património cultural reapetrechado, com reforço de verbas e técnicos, a urgente conclusão de um inventário do pa-

Política de destruição

O Governo tem optado por uma política de destruição. No património a SEC produziu em 3 anos a maior perturbação: três leis orgânicas e cinco vice-presidentes do IPPC, sem experiência nesta área, o que, com a falta de verbas, de estímulos e de admissões atrasou processos, permitindo situações como a de Braga; a criação de um organismo paralelo que nada fez; o não cumprimento de compromissos assumidos com trabalhadores dos museus e palácios dificulta a reformulação do funcionamento destes e uma maior fruição pública. Na Música, concluiu-se a extinção das orquestras sinfónicas, da companhia de ópera, alimentou-se uma Regie-Sinfonia que faliu, apoiou-se «patos bravos», mantém-se marginalizados os compositores portugueses e não há garantia que as futuras orquestras regionais tenham uma relação estreita e uma interacção com os conservatórios e outras instituições de música existentes. Nos Arquivos, deixou-se cair a concepção de rede nacional e a publicação de uma lei de bases, abrindo-se caminho à arbitrariedade na definição da política arquivística, comprometendo o trabalho de anos que daria resposta aos desafios inadiáveis da arquivística moderna e do interesse nacional.

Bolsas e subsídios de mérito

O PCP defende uma política de cultura que salvguarde o património e a identidade cultural de Portugal, que favoreça o trabalho e a liberdade criativa, o pluralismo e o confronto de diferentes correntes estéticas, que fomenta o desenvolvimento cultural do nosso povo e que estenda a possibilidade de fruição de bens culturais a todas as regiões.

foram sendo cortados. Na política do livro a grande inovação de Santana Lopes são os 5% do IVA, inovação tão inútil e tão elucidativa de um miserabilismo que não atinge os gabinetes dos mais altos responsáveis. Tantas queixas, vindas de tantos lados, quase justificavam já a existência de um Provedor da Cultura...

A reestruturação da SEC era reivindicada há muito. O Governo deu-nos ontem aqui conta da sua versão, feita inicialmente sem consultas, e que se arrastou semanas no meio de uma grande conflituosidade, depois de no seu lançamento não ter faltado para a justificar

O PSD tem vindo a consolidar factores estruturantes de desigualdades, injustiças e discriminações, mantendo no País um modelo periférico de desenvolvimento, acentuando na nossa vida cultural as suas debilidades endémicas.

elevação da formação dos funcionários da SEC, não dá atenção a novas áreas culturais, não contribuiu para uma descentralização que seja democrática, cientificamente suportada e com capacidade de resposta à criação cultural local. Receamos que seja posta em causa, a prazo, a rede de leitura pública tal como vinha sendo desenvolvida. Receamos que sejam afectadas as funções que estavam associadas à antiga Biblioteca Nacional. O PCP tem estes receios que são os receios de quem ali trabalha, que não vislumbram justificação para a nova estrutura apenas por motivos de economia de gastos. A extinção do Instituto Português de Arquivos e a transferência das suas funções, sem os anteriores especialistas tratando dispersos, e sem uma Lei de Arquivos, ao deixar ao arbítrio de Borges de Macedo — que despreza a necessidade de conservar documentação histórica — é uma machadada fatal na Arquivística Nacional. Sousa Lara, em prejuízo do mais importante, vai optar por uma base de dados a partir de registos paroquiais. É evidente que não nos passa pela cabeça ligar essa opção ao facto de ele próprio ter uma empresa de genealogia.

mada de decisões? A extinção da DGAC acarreta a suspensão do apoio a centenas de associações, anteriormente decidido com base em propostas de equipas técnicas elaboradas a partir dos pedidos recebidos. Agora o Governo opta por uma política de «espaços», onde na prática imporá a circulação de produções definidas pelas tesouras políticas e estéticas do Governo, inviabilizando o apoio à criatividade. O saneamento previsto de centenas de trabalhadores quando se argumenta que o aparelho de Estado não tem capacidade de resposta, é o reconhecimento da incapacidade de quem dirigiu — o PSD — que incluiu a incapacidade de racionalizar e otimizar os meios humanos para a elevação da capacidade de resposta.

Não são risonhas as perspectivas para os portugueses, para o mundo em que vivemos. O PSD tem vindo a consolidar factores estruturantes de desigualdades, injustiças e discriminações, mantendo no País um modelo periférico de desenvolvimento, acentuando na nossa vida cultural as suas debilidades endémicas. Uma crise de envergadura bate à porta das principais metrópoles do capitalismo, elevando a conflituosidade e o ranger das botas, o Terceiro Mundo mal sobrevive, a extrema direita progride com os fundamentalismos, os racismos e os nacionalismos — quantas vezes estimulados na recomposição de zonas de influência.

Face aos desafios do que poderá ser uma crise da civilização, é natural que os intelectuais e os meios da cultura não se satisficam com a Disneylândia e as cortes clientelares do Governo.

O PCP saúda, por isso, todos os intelectuais, instituições e outros agentes culturais que desafiam o insulto e o trauliteirismo, propondo que a democracia cultural sejam um componente do regime democrático e uma orientação estratégica do desenvolvimento e que entendem e praticam a Cultura como factor de reflexão e transformação da vida, e procuram a generalização de formas de vida mais livres, mais justas e mais fraternas. Bem hajam.

(Subtítulos da responsabilidade da Redacção)

TRABALHADORES

Emprego na Função Pública em Encontro Nacional

Projecto do Governo é inaceitável. A Administração não tem funcionários a mais, sublinham os sindicatos. Greve no Tribunal de Contas. Movimentações e lutas noutros sectores.

A gestão dos recursos humanos e a política de emprego na Administração Pública serão debatidas em Encontro Nacional a efectuar em Lisboa em 22 do corrente por iniciativa sindical.

Segundo anúncio feito em Coimbra (30 de Abril), além desse debate, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) promoverá em 12 de Junho uma jornada de protesto e luta contra as recentes iniciativas do Governo no sentido de legislar as recentes iniciativas do Governo no sentido de legislar sobre pessoal, níveis salariais, quadro de excedentes e despedimentos na Administração Pública. O projecto do Governo é rejeitado «frontalmente» pelos sindicatos que vêem nele uma tentativa para «aperfeiçoar» a criação de excedentes e «o despedimento de trabalhadores com vínculo precário» — perspectiva inaceitável do ponto de vista sindical. No Tribunal de Contas, a questão das carreiras levava entretanto (29.4) os trabalhadores à greve. Nas escolas, os não docentes decidiam deslocar-se hoje à Assembleia da



O «dueto» Cavaco-Torres Couto no desfile do 1.º de Maio

República; reclamam diálogo da parte do Ministério da Educação. Na enfermagem, prosseguiram as paralisações.

Terça-feira da semana passada, os enfermeiros contratados a prazo e em regime de prestação de serviços paravam no Hospital de São João no Porto. No primeiro dos três dias de greve anunciada, a adesão rondou os 95 por

cento, disse à Lusa fonte do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Pessoal na mesma situação laboral no Hospital Distrital de Viana do Castelo admitia por seu turno recorrer à paralisação, se a administração não aceitasse as suas reivindicações. Por seu turno, a Federação Nacional dos Médicos criticava em 28 de Abril o novo regulamento do internato comple-

mentar, porque o respectivo diploma já aprovado em Conselho de Ministros revela uma «política de saúde acéfala» e «prejudica o exercício profissional dos clínicos».

Nada justifica a redução dos efectivos

Quanto à Administração

Saúde pública sem técnicos durante um mês

Há mais de seis anos que técnicos sanitários esperam pela reestruturação da carreira. Apesar de existir um acordo entre os sindicatos e o Ministério da Saúde, o Governo não publica o respectivo diploma. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores acusa o Executivo de «falta de vontade política» e recorda que no ano passado e «após mais de 4 meses de greve», o STFPSA foi recebido três dias antes das eleições de 6 de Outubro pelo então secretário de Estado da Administração da Saúde, aparentemente a tranquilizar os interessados, dizendo-lhe que «o processo estava quase desbloqueado com a Secretaria de Estado do Orçamento». Até hoje... As paralisações agora anunciadas abrangem todo o mês de Maio. Estão previstas, além da «greve total às horas extraordinárias», paralisações diárias parciais entre 4 e 29 do corrente.

Pública em geral, os dirigentes da FNSFP sublinham que «nada justifica a redução dos efectivos, quando é por todos reconhecido que Portugal tem uma das mais baixas percentagens — e também dos mais mal pagos — entre os funcionários públicos da Europa». Defendem os sindicatos que a gestão dos recursos humanos «deve subordinar-se à preocupação de garantir a rendibilização dos trabalhadores e não, como o Governo pretende, à sua colocação na inactividade, recebendo apenas parte do vencimento».

Carlos Mamede, coordenador da FNSFP, disse à Lusa que os excedentes «geram

instabilidade nos locais de trabalho e pioram os serviços prestados à população».

A defesa da negociação colectiva é também motivo de atenção constante da FNSFP, que lançará este mês uma campanha para a defesa desse direito, como se sabe ameaçado e mesmo iludido por diversos governos, com realce notório para o actual.

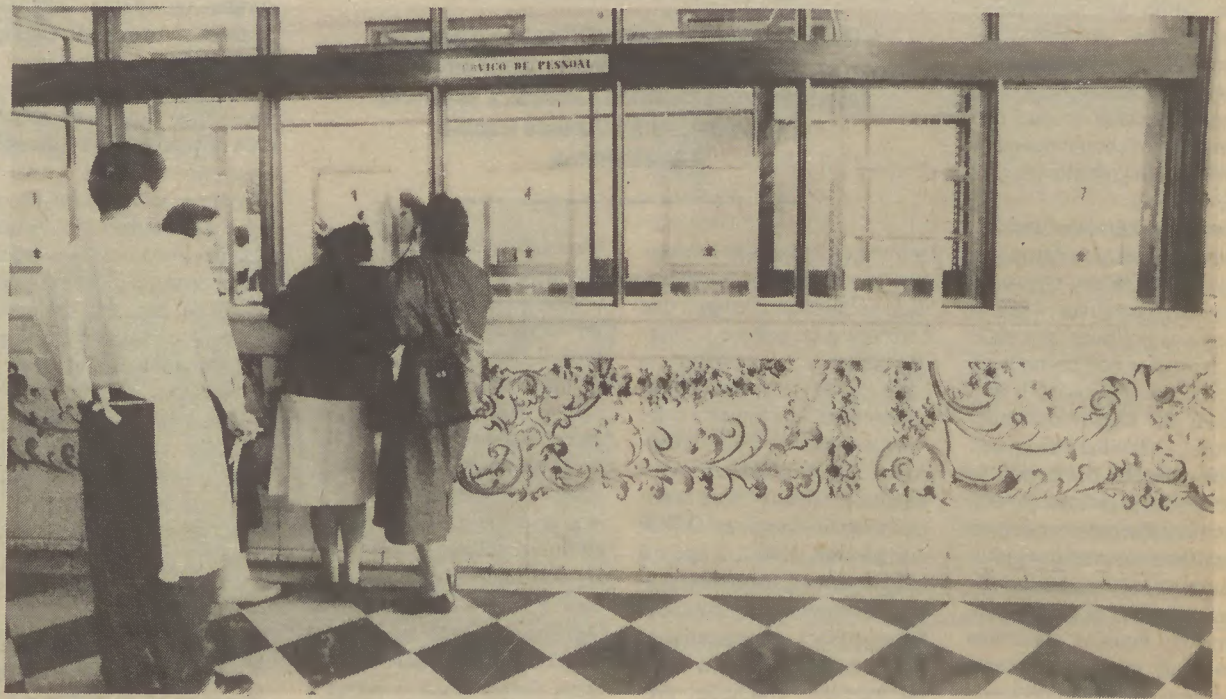
Frisou ainda Carlos Mamede: «Com o pretexto de que o Ministério das Finanças não tem dinheiro, o Governo tem bloqueado, de forma sistémica, as negociações nos vários sectores da Função Pública» — causa evidente de grande conflitualidade.

Amanhã é Dia da Segurança Social

Comemora-se amanhã, sexta-feira, o Dia da Segurança Social. A partir das 10 e 30, reúnem-se no Hotel Roma em Lisboa os dirigentes sindicais ligados ao sector. Segundo a direcção da FNSFP (federação sindical), será analisada «a situação reivindicativa» da área e vai emitir-se parecer sobre «a situação da Segurança Social» no nosso país. Para as 15 e 30 do mesmo dia está anunciada uma conferência de imprensa na Praça de Londres (Lisboa), em frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social.



O atendimento só acidentalmente é assim no Centro Nacional de Pensões (foto de arquivo)



O Governo recuou

Descongelados empregos na enfermagem

Após greve e outras formas de luta, foi publicado em 30 de Abril um despacho no «Diário da República» que descongela, excepcionalmente para este ano, segundo a Lusa, mil admissões de enfermeiros nos serviços e estabelecimentos dependentes do Ministério da Saúde. O despacho é assinado pelo primeiro-ministro e pelo

ministro das Finanças. A medida justifica-se, segundo o diploma legal, pelas «elevadas carências em enfermeiros com que o País se defronta». Há esses e muitos outros profissionais recentemente diplomados pelas escolas superiores de enfermagem em Portugal.

Ruído tem multa

Entre vinte e quinhentos contos situa-se a partir de agora o valor das multas a aplicar por infracções relacionadas com ruídos de níveis elevados nos locais de trabalho. Um decreto-lei publicado em 28 de Abril sobre o assunto entra em vigor também para a função pública. Além deste, um ou-

tro decreto inserto no «Diário da República» do mesmo dia regulamenta, segundo critérios do Ministério de Emprego e Segurança Social, os conceitos que devem prevalecer nesta matéria, como sejam os níveis de pressão sonora, as medidas gerais de prevenção, a avaliação das exposições diárias ao ruído, a

ultrapassagem do nível de acção e dos valores-limite, vigilância médica e audiométrica da função auditiva dos trabalhadores expostos. Segundo a Lusa, os diplomas agora publicados aconselham o uso de protectores de ouvidos e referem as suas normas. Os fornecedores de equipamentos de trabalho

devem proporcionar informação suficiente sobre o ruído que emitem.

As multas serão de competência da Inspeção-Geral do Trabalho e das autoridades da Saúde. Metade dos respectivos montantes reverte para o fundo de Garantia e Actualização de Pensões. A outra pertence à entidade autuante.

TRABALHADORES

Governo e gestores nada resolvem

Falta Metro e sobra silêncio nas necessidades da população

As portas do Metropolitano de Lisboa continuaram encerradas durante quatro horas por dia esta semana. Para ontem, quarta-feira, estava anunciada uma greve de 24 horas consecutivas. As

paralisações entre as 6 e 30 e as 10 e 30 prolongam-se desde 18 de Fevereiro, no mais longo conflito deste género verificado em Portugal. A sua duração prolongada e a adesão praticamente

total têm implicações em todo o tráfego da área metropolitana. As várias reacções, designadamente por parte de uma comissão de utentes, têm deparado com o silêncio do Governo e dos gestores. Da

parte dos sindicatos e dos trabalhadores em plenário verifica-se desde início a conjugação de esforços para atacar as raízes do conflito. Mas não existiam ainda no início desta semana indícios seguros de que os gestores e o Governo estivessem dispostos a repor o equilíbrio salarial relativo a 1991 e a desistir dos baixos salários este ano.

Num plenário em 4 do corrente, com a participação de dirigentes da CGTP - Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Amável Alves - foi reafirmado que «o CG (conselho de gerência) e o governo continuam apostados no conflito, nada adiantando para o seu desbloqueamento».

O CG e o governo são acusados de impor, «por acto de gestão, salários baixos» e de «violarem as regras da negociação».

Embora o comunicado da Festru (Federação sindical do sector) não se refira ao assunto, a CGTP-IN anunciava em 30 do mês passado que participaria no plenário de 4 do corrente no Metropolitano de Lisboa (instalações de Sete Rios) para assim «manifestar a sua solidariedade» ao pes-

Governo e gestores gastam quase 7 mil contos por dia em alternativos que «não alternam» a questão



soal, mais exactamente, às «vítimas da atitude prepotente e da falta de diálogo da administração da empresa, bem como da total ausência de vontade política para desbloquear o conflito por parte da tutela governamental», conforme se lia na nota à Imprensa, emitida em 30 de Abril pelo DIF da CGTP-IN.

Os dirigentes, tanto da central como da Festru, continuam a considerar «inimputável» aos trabalhadores e aos sindicalistas do Metro a situação de conflito que se arrasta em solução na empresa. Mas reconhecem, desde o início das paralisações, e repetidamente o têm afirmado em público, que a situação - como mais uma vez sublinha a CGTP - «se reflecte muito negativamente no quotidiano

dos lisboetas e de todos quantos se têm de movimentar em Lisboa».

Até ao encerramento desta edição, não havia notícia de o conflito ter entrado na via da solução. No entanto, o plenário de segunda-feira passada em Sete Rios mandava uma delegação para expor mais uma vez junto do CG do Metro «as posições dos trabalhadores». O plenário «reafirmou a continuação das greves». O Ministério dos Transportes continuava a recusar-se nesse dia a receber as organizações sindicais. O Ministério do Emprego encerrava, entretanto, o «processo de conciliação, não assumindo as responsabilidades que lhe cabem», destacou o plenário, citado pela Festru.

Distrito de Évora

Taxa de desemprego atinge 13 por cento

Treze por cento da população activa está desempregada no distrito de Évora. A União dos Sindicatos (USDE) afirma que a situação já por si muito difícil é agravada no plano social por uma ofensiva do patronato contra «os direitos laborais e sindicais dos trabalhadores». Em conferência de imprensa em 27 de Abril, José Figueira, dirigente da USDE/CGTP, disse que essa ofensiva tende a desenvolver-se. Assiste-se à proibição de plenários em locais de trabalho e à perse-

guição de activistas sindicais. Responsáveis eleitos são transferidos devido à sua actividade. Retira-se o prémio de produtividade aos que aderem às greves. Verificam-se situações destas em várias empresas da região.

Segundo o mesmo dirigente sindical, numa empresa de mármore de Estremoz, por exemplo, «dois meses de salários em atraso levaram os trabalhadores a uma greve de 24 horas, cuja adesão quase atingiu os 100 por cento». Numa outra ocorre,

segundo a Lusa, uma situação de «discriminação salarial dos activistas sindicais».

Os dados sobre o desemprego, que levaram ao apuramento daquela taxa de 13 por cento, referem-se ao mês de Fevereiro deste ano.

Num texto distribuído pela USDE em 27 de Abril são citadas como exemplos dos problemas existentes as seguintes empresas: Siemens, Melka, Epac, EDP, Vimagra, Refricel, Solubema e Mar-môz.



Uma das empresas que votou em unidade (foto: Lisboa, 16.3.91)

Saber escolher

Em 10 empresas onde se realizaram eleições para Comissões de Trabalhadores (CTs) em 1992, as listas unitárias obtiveram êxitos indelévelmente frente às restantes candidaturas, designadamente da UGT e de outras correntes sindicais. Comparando com as eleições imediatamente anteriores, apuraram-se os seguintes resultados no BBI (Banco Borges & Irmão); Caixa Geral de Depósitos; Companhia de Seguros Tranquilidade, Carris, CP, TAP; INCM (Imprensa Nacional-Casa da Moeda), Cometna, Fima e Fapajal.

Embora com menos 278 votos, no conjunto das 10 empresas, as formações unitárias obtiveram mais 14 mandatos do que nas eleições anteriores. As listas UGT (PS+PSD, exceptuando a Tranquilidade, por figurar noutras listas referidas adiante) as diferenças foram de menos 3663 votos e menos dois mandatos.

As outras listas obtiveram menos 1315 votos e menos 13 mandatos, incluindo a votação na Companhia de Seguros Tranquilidade.

O número de trabalhadores em condições de votar atingiu 53 060 — uma diferença para menos de 2287, sendo esse total nas eleições anteriores de 55 347. O número de votantes foi de 22 443 em 1992 e de 27 677 nas anteriores: uma diferença para menos de 5234 boletins.

Em número de votos, as listas unitárias alcançaram (continuamos a considerar o conjunto das dez CTs), este ano, 15 124 sufrágios (anteriores: 15 402); as listas UGT 5470 (anteriores: 9133); e outras listas: zero votos este ano, quando nas anteriores tinham obtido 1315.

Numa apreciação das votações nas listas unitárias conclui-se, no mesmo conjunto das 10 empresas, que aumentaram o número de votos no BBI (mais 118); na Caixa Geral de Depósitos (mais 385); na Carris (mais um); na TAP (mais 18); na Fima (mais três).

Quanto ao número de mandatos unitários: no BBI (mais um); na Caixa Geral de Depósitos (mais um); na Carris (mais dois); e na CP (mais três). Na Tranquilidade, reforçaram-se as posições unitárias. Houve mais votos e mais mandatos por eleitor.

Os sufrágios nas listas unitárias diminuíram relativamente às eleições anteriores na CP (menos 958); na Imprensa Nacional-Casa da Moeda (menos 262); na Cometna (menos 166); na Fapajal (menos 53). Diminuíram o número de mandatos apenas na INCM (menos quatro do que nas eleições anteriores).

As listas unitárias obtiveram também êxitos consideráveis nas votações para os corpos gerentes de organizações sindicais. (Ver «Últimas» nesta edição.)

Tribunal anula despedimento

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) revelava segunda-feira que o 1.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Lisboa mandou reintegrar, nos quadros de pessoal da firma Braz & Braz, Maria Alice Martins da Graça, membro da Comissão de Trabalhadores à data do seu despedimento. Segundo o CESL, a sentença do Tribunal ordena também que «a administração da B&B proceda ao pagamento de retribuições vencidas». Os pagamentos terão que ser acrescidos dos «juros à taxa legal». O total a pagar à trabalhadora é «muito superior a 1100 contos». A firma foi ainda condenada a pagar as custas do processo.

A impugnação da empresa não resultou.

Suspensa greve no Ensino

A greve que coincidiria amanhã com a prova geral de acesso (PGA — 3ª chamada) foi suspensa pela Fenprof. A Federação Nacional dos Professores, dirigindo-se aos jornalistas, segunda-feira passada, considerou que as últimas reuniões negociais com o Ministério da Educação e a consulta aos sindicatos levaram a concluir que «foram parcialmente atingidos os objectivos que se propunha». Segundo a Lusa, a declaração de António Teodoro, secretário-geral da Fenprof, refere-se a algumas matérias sobre o acesso ao oitavo escalão e ao desbloqueamento imediato dos escalões da carreira docente. A Federação tem novas reuniões marcadas no ME para 7, 11 e 18 deste mês.

JCP marca congresso para 1.º semestre de 93

A JCP realiza no fim-de-semana um encontro internacional sobre «os direitos dos jovens trabalhadores e a carta social europeia»

O 4º Congresso da JCP realiza-se durante o primeiro semestre de 1993, segundo uma decisão tomada pela Direcção Nacional da JCP, reunida no passado fim-de-semana.

A reunião avaliou a actividade recente da organização e traçou linhas de acção e de intervenção para os próximos meses. Relativamente ao congresso, a JCP realça a sua importância na definição de orientações de trabalho e «pelas possibilidades reais de desenvolvimento e reforço da organização que abre, no sentido de aumentar a capacidade de intervenção na defe-

sa dos interesses juvenis e na luta pela concretização das suas aspirações, deve merecer desde já uma atenção especial por parte de toda a organização e militantes na sua preparação».

Entretanto, a JCP anunciou várias iniciativas, em que se destaca a realização da campanha sobre os direitos dos jovens trabalhadores, a decorrer até ao dia 15 de Junho, que tem como objectivos não só promover uma maior informação, como também recolher dados sobre a situação social e laboral desta camada da população, através de inquéritos, e divulgar as pro-

postas e reivindicações dos comunistas nesta área.

Já no próximo fim-de-semana, 9 e 10 de Maio, a JCP realiza, no âmbito da Coordenação da Juventude Democrática (estrutura de coordenação das juventudes comunistas e progressistas da comunidade europeia), um Encontro internacional sobre «os direitos dos jovens trabalhadores e a carta social europeia», que decorrerá no Centro Europeu Jean Monnet. No encontro, em que participarão diversas organizações nacionais e internacionais de juventude, pretende-se fazer «uma reflexão sobre a situação dos jovens trabalhadores na CE, ao nível da formação profissional, dos seus direitos, da precariedade do emprego e sobre o conteúdo e aplicação da Carta Social Europeia».

Este ano, a cidade da Juventude na Festa do «Avante!», a realizar nos dias 4, 5 e 6 de Setembro, terá como tema forte o «lançamento de uma dinâmica de preparatória do 4º congresso, ligando de uma forma indissociável a luta juvenil em 92, as reivindicações e aspirações do movimento juvenil e da juventude e as propostas da JCP». Será criado um espaço de amizade e de solidariedade internacionalista e reeditado o concurso «Tomar a Iniciativa», desta vez sobre artes plásticas.

No balanço da actividade desenvolvida, a DN da JCP salienta o 4º Encontro Nacional do Secundário e a 6ª Conferência do Superior, recentemente realizados, chamando a atenção ainda para os cinco projectos de lei apresentados na AR pelos jovens do grupo parlamentar do PCP, sobre temáticas de interesse juvenil: garantia do direito de associação aos jovens menores de 18 anos; consagração do direito de participação das organizações juvenis na elaboração de legislação que respeite à

política de juventude; o alargamento do âmbito de aplicação e garantia do estatuto do trabalhador estudante e a reformulação do subsídio de inserção de jovens na vida activa.

Os jovens reunidos realçaram também o significado das muitas adesões à JCP, cerca de 250, registadas desde Janeiro último, e deixaram clara a sua preocupação face aos acontecimentos violentos verificados nos EUA, considerando que «são o resultado da grande democracia americana, caracterizada por profundas desigualdades sociais, onde prevalecem fenómenos como o racismo, a xenofobia e a falta de participação dos cidadãos na vida social, política e cultural».



Direitos dos jovens são tema de campanha

Os direitos dos jovens são o tema de uma campanha lançada pela JCP, que teve início dia 1 de Maio e decorrerá até 15 de Junho, anunciou a organização durante uma conferência de imprensa, em que participaram Jorge Amador, Miguel Santinho e Fernando Patrício, que apresentaram os objectivos e as motivações desta acção.

O texto distribuído afirma que a «realidade portuguesa no acesso ao mercado de trabalho é por regra caracterizada por um contrato precário, a prazo, à peça ou à hora, temporário ou a *recibo verde*. Ter um emprego estável e seguro na actual situação, é coisa que poucos jovens podem afirmar possuir». Contudo, tal não invalida, continua o documento, que «os jovens trabalhadores tenham expectativas de melhorar a sua situação e que lutem por um futuro mais optimista».

A instabilidade do emprego, segundo os jovens comunistas, foi recentemente agravada com o «alargamento recente do período experimental e a possibilidade legal de contratação a termo dos jovens à procura do primeiro emprego».

Por outro lado, salientou-se no encontro com os jornalistas, «a situação no mercado de trabalho é marcada ainda por uma política deste Governo de baixos salários que alarga progressivamente o fosso dos salários em vigor no nosso país e dos restantes países da CE. Os jovens são particularmente atingidos pelos acidentes de trabalho, muitos dos quais mortais».

Para a juventude comunista, a precariedade de emprego condiciona a valorização e progressão profissional e aproveitada abusivamente pelo patronato para não cum-

prir os direitos dos jovens trabalhadores, limitando assim o desenvolvimento de acções reivindicativas, e a possibilidade de intervenção das estruturas sindicais na denúncia de situações concretas».

A JCP afirma que a «formação profissional não é garantida à maioria dos jovens» acrescentando que são excluídos automaticamente aqueles que não possuem o 9º ano de escolaridade.

Neste quadro, é avançado um conjunto de propostas para garantir a estabilidade no emprego e a efectivação dos direitos legais; aumentar o salário mínimo para 50 mil escudos; garantir o princípio de trabalho igual, salário igual; reduzir o horário semanal de trabalho para 42 horas e desenvolver uma política eficaz de formação que assegure saídas profissionais para os jovens formandos.

Os objectivos da campanha, que decorre sob o lema «Temos direitos: direito não defendido é direito perdido», visam «dar a conhecer aos jovens os seus direitos; procurar conhecer melhor a realidade juvenil nas empresas e nos locais de trabalho; promover acções junto das empresas; efectuar um inquérito sobre o cumprimento dos direitos nas empresas, salários, horários, férias, subsídio de férias e de Natal, aplicação do estatuto de trabalhador-estudante e do direito à sindicalização».

Durante a campanha serão divulgados vários materiais, nomeadamente um cartaz, um inquérito, um autocolante e um documento com os direitos e as propostas da JCP «para uma efectiva política de emprego juvenil».

PGA não resolve acesso

A Direcção Nacional da JCP considera que «a marcação da PGA para o próximo dia 8 de Maio, em vez de contribuir para a resolução do problema do acesso ao ensino superior este ano, pretende antes de mais criar falsas expectativas e ludibriar os 123 mil estudantes». Os jovens comunistas entendem que «esta medida revela a falta de vontade política por parte do Governo para solucionar o problema». A este propósito, a JCP recordou o projecto de lei apresentado pelos comunistas na AR que visa abolir a prova geral de acesso e criar um novo regime de ingresso no ensino superior, cuja discussão foi impedida pela bancada do PSD.

A intenção do Governo de aumentar escandalosamente as propinas do ensino superior público é classificada pela JCP como um contributo para «aumentar a justiça social e aprofundar as desigualdades já existentes» e elitizar ainda mais este grau de ensino. A DN da JCP alerta para as recentes manobras do ministro da Educação, que procura «através de encontros com estruturas associativas transmitir a ideia que os estudantes são auscultados e que participam de forma efectiva em qualquer medida neste domínio, quando na prática tem ignorado e minimizado a forte contestação juvenil».

A JCP afirma que «só a intensificação da luta estudantil poderá impedir o avanço desta medida governamental e apela aos estudantes do superior que participem nas acções marcadas para 14 de Maio em Lisboa e no Porto».

CAMARADAS FALECIDOS

LUÍS ALMEIDA

Faleceu, no passado dia 2, com 60 anos de idade, Luís Alberto de Almeida, violetista, membro do secretariado da célula de Música da ORL do PCP, onde militava desde 1974. Integrou a orquestra da ex-Emissora Nacional e mais tarde a orquestra Gulbenkian.

Como professor de música leccionou na Academia de Amadores de Música, na Fundação Musical dos Amigos da Criança, no Conservatório Regional de Setúbal e do Conservatório Regional de Loures. O seu funeral realizou-se ontem para o Alto de S. João, onde foi cremado, estando presentes muitos camaradas e amigos. António Abreu evocou a sua vida de músico e militante do Partido.

FRANCISCO GASPAR

Faleceu recentemente, com 72 anos, Francisco Henriques Gaspar, mais conhecido por Chico da Lina, residente em Samora Correia, no concelho de Vila Franca de Xira. Foi resistente antifascista e desenvolveu a sua actividade política junto dos operários agrícolas da região.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifestou sentidas condolências.

DORL e JCP/Lisboa preparam encontro

A DORL do PCP e a JCP do distrito de Lisboa estão a preparar a realização de um debate alargado entre comunistas com intervenção junto da juventude. A iniciativa, que já tem data e local, a saber, dia 6 de Junho na Voz do Operário, procura entre outras questões reflectir sobre «a situação, perspectivas e aspirações da juventude; debater a democracia e o socialismo; apontar linhas e formas de intervenção e acção junto dos jovens».

Na opinião dos promotores, o encontro não visa «debater quaisquer problemas de natureza organizativa, mas tão-só abordar questões relativas à intervenção do Partido e da JCP junto da juventude».

O leque de participantes deverá abranger desde membros dos organismos da JCP e do

PCP, jovens comunistas do movimento estudantil, do movimento sindical, autarcas com pelouros da juventude e desporto, professores, etc.

Durante o período preparatório, prevê-se elaborar e fornecer documentação sobre as temáticas a abordar, que incluirá estudos realizados em vários concelhos do distrito, informações sobre experiências de trabalho, balanços de iniciativas e acções importantes.

A organização pede, com este objectivo, que sejam enviados à comissão para as questões da juventude da DORL todos os dados com interesse e apela desde já aos vários organismos do Partido e da JCP que discutam a sua participação na iniciativa, estabeleçam contactos, centralizem as fichas de inscrição e façam chegar as suas opiniões e sugestões.

Show de Santana Lopes não convence portuenses

A propósito da recente visita do secretário de Estado da Cultura ao Porto, a DORP do PCP emitiu uma nota em que considera que Santana Lopes, «defrontado com um movimento de intelectuais, unidos na Frente Nacional para a Defesa da Cultura, críticas públicas às medidas de reestruturação impostas pela SEC, optou por um gesto de sensateza».

Para os comunistas «a compra do Teatro S. José é uma medida há muitos anos insistentemente reclamada pelo PCP» e foi um «acto de justiça tardio, tanto mais que o próprio Governo já em 1991 tinha inscrito uma verba para tal efeito no Orçamento do Estado». No entanto, surgem

interrogações sobre se esta estrutura «ficará a ser o desejado pólo dinamizador da actividade teatral da cidade», ou se se tornará apenas numa «administração burocrática, que estende a manta generosa do orçamento a alguns filhos, deixando de fora uma maioria de enteados»?

A DORP pergunta ainda, a propósito da transferência da sede da Companhia Nacional de Bailado para o Porto, em 93/94, se «foram os seus membros ouvidos a esse respeito e que apoios e enquadramento vão ter outros grupos de dança existentes»?

Outras medidas da SEC, como o encerramento do Museu de Etnologia do Porto e a sua transferência para o

concelho da Maia, são alvo de críticas profundas da DORP, que alerta para o facto de não estarem esclarecidos «os meios financeiros disponíveis, sem os quais as promessas ficam por cumprir». Para já sabe-se que «os diversos departamentos da SEC no Porto viram diminuídos os seus orçamentos para 1992, em alguns casos em mais de 10 por cento».

Por outro lado, o PCP comenta a política de emprego da SEC, «que vai afectar a vida de muitas famílias de trabalhadores do Porto. Grande número de funcionários podem vir a ser despedidos, colocados num quadro de excedentes, e assim perder remunerações e

garantias». A esperança de serem readmitidos passará apenas pelo «convite dos chefes de serviço, de acordo com o perfil por eles determinado», sem concurso público nem regras claras.

O balanço é alarmante, uma vez que «é toda uma orientação que está em causa. Nas responsabilidades do Estado, na política de emprego, na reestruturação de serviços». A DORP caracteriza assim a política do Governo na área da cultura como «fechada ao diálogo com os agentes culturais, como aconteceu, mais uma vez no Porto, a servir a cultura espectáculo, a cultura de elites, cada vez mais estranha e inacessível ao povo português».

Guerras de interesses ensombram hospital de Aveiro

Apesar do recuo nas medidas prepotentes do actual administrador do Hospital de Aveiro, em consequência da luta dos médicos e outros trabalhadores, bem como dos protestos dos utentes do hospital, os problemas que enfermavam este estabelecimento mantêm-se lesando fundamentalmente aqueles que têm de recorrer aos seus serviços, denuncia o organismo do Sector da Saúde da Orga-

nização Concelhia de Aveiro do PCP, que acrescenta:

«Como o PCP insistentemente tem denunciado, por detrás desta citação estão as orientações e medidas do Governo PSD, cuja política é claramente virada para a liquidação do Serviço Nacional de Saúde, ou seja, é uma política que atenta contra um dos principais direitos dos cidadãos — o direito à saúde, consagrado na Constituição da República.

No caso concreto do Hospital de Aveiro, a acrescentar a esta política que engloba igualmente a partidização de cargos, há ainda a acrescentar as guerras de interesses entre as diversas facções do PSD, o que agrava toda a situação originária dos problemas que se abatem sobre o funcionamento do HDA. Por isso é legítimo questionar-se a nomeação do novo Director Clínico é de facto para resolver os problemas do Hospital, ou se esta nomeação não passa de uma mera operação de cosmética, mantendo-se a mesma política e perpetuando os «comissários políticos» nomeados pelo Governo.

Outra questão igualmente preocupante diz respeito às medidas tomadas de diminuição da área de influência do HDA, medidas essas que, para além de agravarem a assistência hospitalar às populações, acarreta uma diminuição da importância e do prestígio do Hospital, reduzindo-o a um hospital de âmbito concelhio.

O PCP está solidário com os protestos dos alunos e dos trabalhadores do HDA, nomeadamente com as posições neste âmbito defendidas pelos Directores dos Serviços, no sentido de ser revogada a circular de serviço 12/92 de 5 de Fevereiro, que reduz a área

de influência do HDA.

A imposição e agravamento das «taxas moderadoras», bem como as alterações das comparticipações nos medicamentos, são por outro lado o exemplo claro da política classista do Governo PSD de fazer pagar aos utentes o que é uma responsabilidade social do Estado.

Justifica o Governo estas medidas com objectivos de criar uma maior justiça social (!). Estranha justiça social esta que é tão mal compreendida pelos portugueses, como se deduz dos clamorosos protestos dos utentes dos estabelecimentos de Saúde.

De facto são medidas que, tal como o anunciado pagamento de internamentos e intervenções e a entrega de serviços públicos a entidades privadas, se enquadram numa estratégia que tem como objectivo último transformar o direito à saúde dos portugueses num campo de chorudos negócios para as seguradoras, as multinacionais e outras entidades privadas.

Para além da denúncia de toda esta política, o Grupo Parlamentar do PCP propôs já na AR a revogação do Decreto que estabelece, contra o que está inscrito na Constituição, as taxas ditas moderadoras.»

Presença e luta do PCP em Évora

No quadro da preparação do XIV congresso, a Comissão Concelhia de Évora do PCP promoveu, dia 30 de Abril, um debate cuja temática se prendia com a presença e a luta do PCP, na sociedade portuguesa.

Coube a Edgar Correia, da C.P. do C.C., a intervenção inicial de um debate em que ao longo de cerca de três horas se haveria naturalmente de falar sobre diversificadas questões da vida partidária.

Debate que contou com a participação de meia centena de membros do Partido, abordaria sobretudo aspectos do papel e intervenção dos comunistas na sociedade portuguesa. Análise e debate mereceram igualmente questões de carácter organizativo, assim como a intervenção do Partido no Plano Concelhio.

Oa Estatutos e o programa do partido foram objecto de análise, numa linha conduto-

ra do seu aperfeiçoamento futuro.

Na diversidade da abordagem das questões, particular atenção mereceu a área da informação, colocando-se a necessidade de encontrar caminhos que permitam uma mais eficaz intervenção.

Conhecedores dos aspectos positivos do seu trabalho, despertados para a realidade, na procura de encontrar as soluções adequadas, em final de Maio de novo os comunistas eborenses têm encontro marcado para discutirem questões do Poder Local. Área da vida local que é bemo exemplo de que, apesar de ventos e marés contrários, muito se tem feito (e bem) não apagando em nós a chama da modéstia que nos é peculiar, antes colectivamente procurar no estudo e discussão encontrar soluções que tornem mais digna a vida das nossas gentes.

CE faz o jogo dos Torres

A Comissão da Comunidade Europeia está arbitrariamente a pôr em causa a denominação de origem «Torres» dos vinhos de Torres Vedras, com mais de um século de história. Na base da questão está o facto de em Espanha existir a marca «Torres» pertencente ao espanhol Miguel Torres, que exerce pressão na

CE para preservar a sua marca.

Segundo a Comissão Concelhia do PCP, as populações estão preocupadas e descontentes com a «posição obscura do negociador português Castro Rego» na comissão comunitária, cuja inoperância indica a disposição de

Sondagem não respeita padrões

Em 20 de Dezembro passado, a DORP do PCP divulgou uma nota de imprensa noticiando que reclamara da Alta Autoridade para a Comunicação Social pela falta de cumprimento das normas legais aplicáveis no caso da sondagem de opinião publicada pelo jornal «Público» na sua edição do dia 17-12-91.

Acabamos de tomar conhecimento que a Alta Autoridade para a Comunicação Social deliberou por unanimidade recomendar ao «Público» a publicação da seguinte rectificação:

«Em 17 de Dezembro de 1991 o «Público» inseriu no seu suplemento «Local/Porto» uma sondagem de opinião sob o título «PS «perde» Gaia para o PSD e segura o Porto e Matosinhos», basea-

da num estudo realizado pela «DOMP — Desenvolvimento Organizacional, Marketing e Publicidade», que não respeita os padrões de rigor e qualidade exigidos pela Lei.

Com efeito, surgem como deficiências desse trabalho a imprecisão quanto à quantificação do universo abrangido, incorrecções na selecção da amostra e na supervisão da recolha de informações e a ausência dos valores relativos ao erro de amostra.

Nestes termos, as análises e, sobretudo, as conclusões baseadas neste estudo de opinião carecem de fundamento seguro e não permitem que delas se retirem as previsões efectuadas quanto ao comportamento do eleitorado dos concelhos que são objecto dessas sondagens.»

DORP do PCP

PCP contesta novo regime de feriados

1. O PCP manifesta a sua completa discordância e firme oposição ao novo regime dos feriados nacionais que hoje esteve em apreciação no Conselho de Ministros e que, segundo as notícias divulgadas, visa impor uma absurda e chocante transferência e alteração dos dias de efectiva celebração de importantes datas na vida nacional.

2. O PCP salienta que o novo regime proposto, mas ainda não aprovado, desvenda não apenas uma condenável insensibilidade mas, mais do que isso, uma indesejável hostilidade e desprezo do PSD perante o significado cívico, democrático e nacional de datas como o 25 de Abril, o 1.º de Maio e o 5 de Outubro e o deliberado propósito de, por esta via, tentar obscurecer e diminuir a sua relevância na sociedade portuguesa.

Só mesmo um Governo que é capaz de conceder pensões especiais a ex-agentes da DGS por «relevantes serviços prestados à Pátria» (e que se recusou a explicar na AR os fundamentos desta sua decisão) e de discriminar a última obra de José Saramago para tanto invocando publicamente critérios político-ideológicos, poderia ser capaz de pretender instituir uma tal alteração legal.

3. A respeito deste projecto e de muitas outras decisões do Governo do PSD, o PCP sublinha a indispensabilidade de uma resposta vigorosa por parte da opinião pública e das instituições democráticas que façam o Governo de Cavaco Silva perceber que não pode continuar a afrontar e insultar arrogantemente os sentimentos democráticos do povo português e os valores básicos do regime constitucional nascido da Revolução de Abril.

30.4.1992

O Gabinete de Imprensa do PCP

aceitar como um facto consumado a perda da denominação, a favor de um vinho que não tem mais do que 40 anos de existência.

Embora pareceres jurídicos favoreçam a manutenção da denominação de origem vitivinícola em Torres, a inquietação é grande já uma vez

perdida os vinhos desvalorizam e não poderão ser exportados. Reunida recentemente com dirigentes do PCP, a Comissão Vitivinícola Regional afirmou que irá pedir audiências a todos os grupos parlamentares da AR e PE, no sentido de serem preservados os interesses e o património dos agricultores.

Governo não compreendeu revés que demitiu Durão

«Não foram necessários sequer dois meses desde a demissão do ministro da Educação e da tomada de posse da nova equipa ministerial, para comprovar que o Governo Cavaco Silva não compreendeu as causas do seu grave revés político, nem mostra disposição para alterar o rumo da sua política educativa», afirma a comissão do PCP para as questões da Educação e do Ensino, num documento que divulgou em conferência de imprensa dada na semana passada

«Apenas com diferenças de estilo, marcado pelo regresso à demagogia de Roberto Carneiro, e de calendário de actuação, o ministro Couto dos Santos tem vindo a retomar as orientações fundamentais responsáveis pela grave crise em que o sistema educativo está mergulhado» - verifica a comissão.

Pela voz de Edgar Correia, da Comissão Política, António Filipe, deputado à AR, Augusta Brites, professora do secundário e membro do organismo de direcção dos Professores da ORL do PCP, e José Luís Casares, professor do ensino básico e membro da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, os comunistas voltam a chamar a atenção do País para alguns dos mais graves problemas existentes e para o desacerto da política que o Ministério da Educação pretende prosseguir. Ao mesmo tempo, apresentam análises e propostas do PCP «para a retomada do curso de uma reforma educativa democrática que assegure um ensino da mais alta qualidade para todos os portugueses».

Novos currículos

O PCP «vê com grande apreensão e considera necessário alertar para o facto de o próximo ano lectivo não estar a ser objecto de um esforço real de criação de condições para que a reforma curricular seja realizada com êxito, ou seja, de modo a assegurar um efectivo sucesso escolar dos alunos» - sublinha-se no documento divulgado no dia 30 de Abril, comentando o facto de o Governo pretender, no próximo ano lectivo, generalizar a todos os alunos que frequentarão o 2º, o 5º e o 7º anos de escolaridade, novos currículos, onde se incluem novos programas de ensino, um novo sistema de avaliação e a criação de áreas novas de aprendizagem como a área-escola.

«A poucos meses de um novo ano lectivo que se prevê que seja marcado por transformações significativas no trabalho de professores e alunos, está tudo por fazer», afirma a comissão, concretizando:

- não foi desenvolvida nenhuma acção no domínio da formação contínua dos professores que irão leccionar os novos programas;

- os textos dos novos programas são mal conhecidos: poucos exemplares foram enviados para cada escola e, na maior parte dos casos, as escolas não têm meios materiais para os reproduzir gratuitamente para os respectivos professores;

- além das inúmeras situações de carência e de degradação ao nível das instalações,

as escolas continuam, na grande maioria dos casos, pobremente apetrechadas em equipamentos didácticos, o que não é compatível com a concretização das novas metodologias de ensino e de aprendizagem propostas geralmente pelos programas novos;

- a chamada experimentação dos novos programas, que tem tido lugar em algumas escolas do País, tem sido mal apoiada, em termos de formação dos professores e de recursos educativos, e deficientemente avaliada por forma a que dela resultassem as correcções que a prática indicasse como convenientes;

- o novo sistema de avaliação dos alunos contém, no fundamental, disposições gravosas ao pretender mascarar o insucesso escolar e branquear as estatísticas, abolindo administrativamente as reprovações na escolaridade obrigatória - expediente de facilidade para quem não está interessado em combater eficazmente as causas do insucesso escolar dos alunos; não é difícil prever que os efeitos sociais do novo sistema de avaliação serão profundamente injustos e penalizados segundo as diferenças de

mento do sucesso escolar dos alunos. Além disso, «é forçoso e urgente que o Ministério da Educação reveja algumas das concepções já adoptadas, nomeadamente em matéria de avaliação dos alunos».

Regresso do autoritarismo

O recente despacho interno dos secretários de Estado dos Recursos Educativos e dos Ensinos Básico e Secundário anunciando que «serão criadas condições para a generalização, com sucesso, do novo modelo» de administração, direcção e gestão das escolas é «mais um passo no caminho da liquidação do sistema democrático de gestão das escolas, alcançado com o 25 de Abril e o restabelecimento de um sistema autoritário e de comando por parte do Governo». O PCP considera «significativo que uma legislação (Decreto-Lei 162/91) que foi prudentemente deixada no congelador durante um ano por parte do Governo - tão larga e generalizada foi a crítica e a oposição que suscitou por parte dos professores, dos estudantes e de muitas associações de pais - venha agora a ser incluída entre as prioridades dos mais recentes inquilinos do Ministério da Educação, que certamente pretendem adiantar a sua aplicação no período das próximas férias escolares».

Entre os aspectos mais graves do modelo de gestão que o Governo quer aplicar

do pessoal não docente e dos pais;

- e o facto de se pretender canalizar contra as autarquias locais as justas reclamações existentes em relação à falta de meios e às más condições em que funcionam muitas escolas por responsabilidade do Ministério.

Entendendo que «uma escola para o nosso tempo não pode deixar de ser um espaço de formação e de convivência democrática, não pode deixar de incluir nas suas finalidades o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, a promoção do crescimento moral das crianças e dos jovens e a própria valorização individual e social dos professores, como agentes e também sujeitos dessa mesma formação e vivência democrática», o PCP junta a sua voz à de quantos têm vindo a reclamar a revogação do DL 162/91.

Ao mesmo tempo, anuncia que apresentou na Assembleia da República um Projecto de Lei sobre Gestão Democrática dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e torna público que está a preparar e irá oportunamente apresentar um projecto legislativo que visa a criação de condições de efectiva participação das associações de pais na vida das escolas.

Luta dos professores

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, ao mesmo tempo que



que se mantêm ameaças de desemprego de professores actualmente em exercício, particularmente entre os das áreas tecnológicas.

A comissão considera que são de repudiar as medidas que o Governo se prepara para impor de despedimento de muitas dezenas de milhar de trabalhadores na função pública, em geral, e exige garantias de que também no ensino não se verifique desemprego.

Não ao aumento das propinas

O PCP manifesta o seu completo e frontal desacordo e oposição em relação ao anúncio feito pelo ministro Couto dos Santos de que irá aumentar as propinas do ensino superior público no próximo ano lectivo.

Para os comunistas, «trata-se, em primeiro lugar, de uma medida que faz tábuas rasas e que viola princípios constitucionais no domínio da política educativa que o Governo tem o imperativo de respeitar».

A Constituição, nos seus artigos 74º e 75º, estabelece que «todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar», que «o ensino deve contribuir para a superação das desigualdades económicas, so-

para quem frequente um estabelecimento público de ensino superior, o que, somado aos outros custos elevados que a frequência de um curso acarreta (alojamento, alimentação, materiais escolares) conduziria na prática à impossibilidade de prosseguir os estudos e ao seu abandono por parte de um número significativo de alunos».

As «promessas no plano da acção social escolar, com que o ministro Couto dos Santos está a procurar engodar os estudantes e a tentar quebrar a sua resistência em relação ao aumento brutal das propinas», os comunistas contrapõem o «nível extremamente baixo da acção social escolar existente em Portugal» e «os reduzidíssimos meios que o Governo lhe consagrou no Orçamento de Estado».

«O conceito de «justiça social» que o ministro Couto dos Santos utiliza pode assim ser configurado, sem atropelo pela verdade: quem puder pagar o aumento das propinas, paga, quem não puder... não estuda» - comenta o PCP.

O que se passa em países mais desenvolvidos, no que respeita ao preço das propinas, também não colhe como argumento favorável às intenções do Governo. O PCP citou os exemplos da Dinamarca, que apresenta um produto per capita seis vezes superior ao nosso, em que não há propinas, e da Alemanha, em que as propinas, em termos de produto per capita, se situam num nível médio próximo do que existe actualmente entre nós. O PCP sublinha que a política do Governo do PSD de mercantilização dos saberes e da formação, a criação de um mercado do ensino regido pelas regras e pela lógica do lucro, a prevalecerem, não significariam nenhum avanço no sentido do indispensável aperfeiçoamento do sistema e do aumento da qualidade do ensino. E é certo que representariam um brutal e histórico retrocesso na concretização dos direitos educativos do povo português e em particular da juventude, e um grave passo atrás no sentido de uma elitização ainda maior do ensino superior.

Por tudo isto, o PCP condena vivamente o propósito do Governo de proceder ao aumento brutal das propinas dos estabelecimentos públicos de ensino superior; defende a urgente adopção de medidas de reforço efectivo da acção social escolar para os alunos de todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, e anuncia que irá apresentar, proximamente, na Assembleia da República, um Projecto de Lei-Quadro da acção social escolar no ensino superior; exprime o seu apoio a quantos - estudantes, professores, autoridades universitárias, pais - têm vindo a manifestar por diversas formas o desacordo e protesto contra tal medida. O PCP renova o seu apelo ao desenvolvimento de um movimento de opinião contra os propósitos do Governo e pela efectiva democratização do ensino.



origem socioeconómica dos alunos e que os efeitos pedagógicos irão ser desastrosos.

Para o PCP «é absolutamente necessária uma reforma curricular que modernize de facto os actuais conteúdos e métodos de ensino e de avaliação, mas uma reforma curricular não se improvisa nem pode realizar-se por truques de magia».

Alertando para a grave incúria e irresponsabilidade de que o Governo tem dado provas neste domínio, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP advoga a não generalização dos novos currículos sem condições mínimas que façam prever o efectivo au-

nas escolas, os comunistas destacam:

- a concentração de poderes de direcção de cada escola num órgão unipessoal não eleito (o «Director Executivo») e o esvaziamento de poderes e a manipulação da composição do Conselho de Escola;

- a extinção do Conselho Pedagógico com a composição e funções de direcção que o sistema de gestão democrática sempre lhe conferiu e a sua transformação em mero órgão consultivo do Director-Executivo;

- a subalternização do papel dos professores na escola, em simultâneo com o esvaziamento de conteúdo e os obstáculos postos a uma real participação dos estudantes,

saúda a luta que os professores de todos os graus de ensino têm travado, considera um escândalo que grande parte dos objectivos dessa luta radique na necessidade de obrigar o Governo a cumprir legislação por ele próprio aprovada, em matéria de carreiras docentes, em 1989 e em 1990.

Embora alguns resultados positivos para a situação socioprofissional dos professores pareçam, finalmente, estar à vista, o PCP alerta: continuam ainda por solucionar problemas da maior importância quanto à regulamentação das carreiras; foi imposto um aumento salarial de 8 por cento, descaracterizando a revalorização material das carreiras alcançadas pelos professores em 1989, ao mesmo tempo

ciais e culturais», que «na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística (e) estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino» e que «o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população».

O PCP chama a atenção para que «o objectivo final do Governo não se situa no domínio de uma simples «actualização» de valores, mas sim da imposição do pagamento de propinas da ordem das centenas de contos anuais

Debate do PCP aborda toxicodependência em Portugal

O problema da toxicodependência e do narcotráfico em Portugal estará em debate no próximo dia 16 de Maio, às 16 horas, no Hotel Zuriq, em Lisboa. A iniciativa é promovida pelo PCP e conta com a participação alargada de técnicos, especialistas, dirigentes associativos, pais, professores, médicos e outros técnicos de saúde, juristas, dirigentes sindicais, autarcas e deputados, bem como de entidades oficiais e estruturas ligadas a esta problemática.

A propósito do debate António Filipe, deputado do PCP e Carlos Gonçalves, colaborador dos organismos executivos do Comité Central do PCP, prestaram depoimentos ao «Avante!», que publicamos de seguida.

Iniciativa inédita

«É uma iniciativa inédita na actividade do nosso Partido. Não sendo a primeira vez que por iniciativa do PCP o tema da toxicodependência e do narcotráfico é debatido, nunca até à data nos propusemos debater esta temática

com a profundidade que agora se pretende e nunca foi possível até ao momento um tão vasto leque de especialistas participantes e um conjunto tão vasto de perspectivas de abordagem.

«O interesse do PCP no debate sobre a toxicodependência não é novo. Como se sabe, na última Legislatura o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto de Lei de adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social do toxicodependente, que foi debatido em Plenário e aprovado na generalidade, mas que por falta de vontade política da maioria não chegou a ser debatido na especialidade antes do termo da Legislatura.

«A iniciativa de 16 de Maio tem também como objectivo dar sequência ao trabalho já iniciado com a colaboração desse Projecto e permitir, através do aprofundamento do debate sobre as várias vertentes do combate à droga, a apresentação de novas ini-

ciativas legislativas neste campo.

«Os objectivos desta realização vão, no entanto, mais longe. Trata-se de actualizar e aprofundar o conhecimento sobre a toxicodependência e o narcotráfico em Portugal e sobre os meios e estruturas disponíveis para enfrentar estes fenómenos e também, de avançar com a definição de linhas de apreciação política que contribuam para a elaboração de posições do Partido e possibilitem uma intervenção coerente e continuada no plano da acção geral do Partido e da intervenção dos seus militantes.

«O debate a realizar girará em torno de duas vertentes essenciais, que corporizam as duas secções existentes: A toxicodependência, suas causas e diversos níveis de prevenção. O tráfico de droga, a situação existente e o combate que lhe é, e deve ser, movido.

«Cabe naturalmente nesta temática a abordagem da prevenção primária do consumo de drogas, designadamente no meio escolar: do

papel dos serviços de saúde no tratamento da toxicodependência; da reinserção social; do papel do aparelho judiciário e prisional na reinserção social de toxicodependentes; dos mecanismos e da eficácia do combate ao tráfico de drogas.»

Combate ao tráfico

Na opinião de Carlos Gonçalves, uma componente do debate que vamos realizar e que o trabalho preparatório revelou indispensável, é «o tráfico de droga, situação e combate».

«O tráfico internacional de psicotrópicos ocupa, segundo dados da ONU já deste ano, o segundo lugar no volume de negócios, com estimativas de várias centenas de milhões de dólares ano.

«Em Portugal, em 1992, segundo algumas estimativas, o consumo de drogas rondará as 3 centenas de milhões de contos. Verificando-se a enormidade destes números, compreende-se melhor por que razão o narcotráfico se apoia na lógica do sistema, se exerce pelo mesmo tipo de aparelhos, os grandes conglomerados de empresas multinacionais, profundamente entrosadas com o poder político.

«Por outro lado, nos últimos anos no nosso país a situação tem vindo a verificar sérios agravamentos, afirmam-no as estatísticas apesar de o Governo gerir os números de forma a, tanto quanto possível, escondê-los ao País.

«Mesmo assim, com elevação do grau de certeza, serão di-



vulgados no Seminário numerosos espantosos sobre o aumento do tráfico e consumo em Portugal nos últimos anos e será caracterizada a previsível degradação galopante da situação.

«No Seminário serão divulgadas previsões sobre o número de jovens que, em 1992 serão vitimados directamente pela toxicodependência, bem como sobre os números do tráfico e consumo no nosso país.

«Os orçamentos dos Ministérios da Justiça e da Administração Interna são escassos no que se refere às Forças de Segurança, que continuam subaproveitadas e mal utilizadas, não se verificando, nem sequer a este nível, a necessária coordenação.

«Por outro lado, a indispensável coordenação policial internacional segue um caminho muito controverso, com perigo efectivo para as liberdades constitucionais, e não é certo que dela resulte qualquer sucesso significati-

vo no combate ao tráfico.

«Na minha opinião esta iniciativa do Partido, que se realiza na fase de preparação do XIV Congresso, pode contribuir para um conhecimento mais integrado da situação existente nesta área, chamando a atenção de especialistas e das populações em geral, para a gravidade dos problemas e para a necessidade de medidas políticas correctas para as enfrentar.

«Perante este estado de coisas, cuja discussão, causas e efeitos é necessário aprofundar no debate de 16 de Maio, ressalta imediatamente a questão do combate.

«Quais as capacidades do Estado para esta batalha, quais as políticas que têm sido implementadas.

«Na minha opinião as capacidades são escassas, mas sobretudo, a política do Governo é errada. Não são devidamente aproveitadas as capacidades governamentais de coordenação no combate à toxicodependência e ao narcotráfico.»

Ovelhas e cabras do Nordeste com mau tratamento sanitário

O sector pecuário de Trás-os-Montes, designadamente o ovino e o caprino, está com graves problemas causados pela seca mas também por deficiências ao nível de tratamento sanitário. A situação é denunciada pela Associação

dos Pastores Transmontanos num comunicado emitido após uma reunião realizada a 28 de Abril passado, onde se afirma que «é lamentável que a situação seja tão desoladora e que as suas causas não sejam só as de ordem natural».

Esta associação alerta para o facto de «os pastores, assim como outros agricultores, ainda não sabem quando e como vão ter alguma compensação pelos prejuízos da seca, atempadamente reclamadas», mas entretanto «outros problemas não menos importantes continuam sem resposta e sem que se vislumbre qualquer interesse, de quem de direito, em os solucionar».

Entre os problemas inventariados pelos pastores do nordeste, que se queixam da indiferença do Governo e do Ministério da Agricultura, está o tratamento sanitário dos rebanhos já que pastores e técnicos não têm os meios necessários para conseguir efectuar esse tratamento com a regularidade necessária, levando a que desde o momento em que se detecta a doença até que sejam retiradas as rezes afectadas, passa-se tanto tempo «que se a doença fosse de morte nenhum rebanho sobreviveria».

O pagamento das indemnizações compensatórias pelo abate sanitário demora meses, quando não anos, o mesmo sucedendo quanto a indemnizações sobre prejuízos causados por lobos.

Por outro lado o preço da lã tem vindo a descer todos os anos, situando-se neste momento em 400 escudos a arroba, preço que esta associação qualifica de «ridículo».



Ovinos e caprinos estão em situação difícil em Trás-os-Montes

Deficientes manifestam-se contra discriminação

A «insustentável situação no sector da saúde, traduzida na degradação da qualidade dos serviços, no aumento do preço dos medicamentos, na deterioração do atendimento aos deficientes orgânicos e na aplicação das taxas moderadoras» foram algumas das razões para um «dia de protesto contra a discriminação», concretizado na terça-feira pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD) que promoveu uma concentração, junto ao Centro Cultural de Belém, acompanhando assim acções internacionais que se realizaram num chamado «dia Europeu de protesto contra a discriminação e pela igualdade de oportunidades para os deficientes», convocado pela DPI - Disabled Peoples International - de que a APD é membro.

A iniciativa teve a colaboração do Grupo Europeu para a Vida Independente e acções semelhantes ocorreram em mais 13 países europeus, bem como em cidades africanas e dos Estados Unidos. Quanto à situação dos deficientes no nosso país, o destaque da APD, para além da degradação no sector da saúde, vai para «a crescente vaga de despedimentos, mesmo na Função Pública», que está a atingir os trabalhadores deficientes, registando-se

«uma ausência de medidas de promoção e protecção dos postos de trabalho».

«Para quando o Governo assume a responsabilidade pelo factor 8 e 9 importado sem ser previamente analisado e que deu origem a contrair SIDA a grande parte dos hemofílicos que o receberam? Para quando os serviços de hemodiálise a funcionar em todos os concelhos do país? No campo da reparação onde estão as prometidas próteses e ortóteses?», estas algumas questões posta ao Governo num comunicado da APD a propósito desta iniciativa.

A inexistência de um programa de supressão de barreiras arquitectónicas e a falta de promoção de transporte público adaptado são outras queixas dos deficientes portugueses que na terça-feira de manhã organizaram também uma manifestação simbólica na estação da Amadora, para protestar contra a falta de acessos próprios aos comboios em Portugal.

As acções de 5 de Maio ocorreram igualmente na Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, Dinamarca, Alemanha, Finlândia, Grã-Bretanha, Itália, Áustria, Suécia, Rússia, Hungria, País de Gales, Camarões e Estados Unidos.

INTERNACIONAL

GUATEMALA

Um juiz da Guatemala decidiu o encarceramento de quatro polícias que espancaram até à morte um rapaz de 13 anos, cujo assassinio se transformou num símbolo da brutalidade policial para com as crianças da rua.

A capital guatemalteca abriga dois milhões de pessoas, entre as quais milhares de crianças sem lar.

Grupos defensores dos direitos humanos afirmam que a campanha da polícia contra as crianças sem abrigo é tolerada pelas autoridades.

As crianças sem lar da cidade da Guatemala sobrevivem através do roubo e centenas são mortas ou gravemente espancadas todos os anos.

SALVADOR

A guerrilha salvadorenha afirmou que o processo de pacificação do país estava «em grande perigo» por o governo do presidente Alfredo Cristiani ter «violado» os acordos de paz assinados em 16 de Janeiro, no México.

Em conferência de imprensa, Shafick Handall, um dos cinco membros da direcção da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), denunciou a «simples troca de nome» de duas instituições, a Guarda Nacional e Polícia Aduaneira, cuja dissolução está prevista nos acordos que entraram em vigor em 1 de Fevereiro. O problema da redistribuição de terras é também um dos principais obstáculos ao processo de reconciliação nacional.

POLÓNIA

O antigo ministro das Privatizações do anterior governo da Polónia, Janusz Lewandowski, é acusado de ter feito das privatizações um instrumento de «roubo do património nacional» e «delapidação dos bens públicos».

A acusação consta de um relatório oficial do Ministério da Justiça polaco e do procurador-geral da República, divulgado no jornal «Nowy Swiat», periódico ligado ao partido do actual primeiro-ministro Jan Olszewski.

O relatório afirma que o Ministério de Lewandowski vendeu empresas públicas com boa saúde financeira e provocou dificuldades económicas noutras para as vender a baixos preços.

Em certos casos, as empresas foram avaliadas muito abaixo do seu valor de mercado e para as privatizar o Ministério dirigiu-se frequentemente a sociedades que tinham «ligações financeiras ou pessoais» com responsáveis pela privatização, segundo o relatório.

NUCLEAR

A China propôs à Comissão de Desarmamento da ONU a realização de uma reunião de todas as potências nucleares tendo como objectivo a eliminação total das armas nucleares.

Num documento de trabalho tornado público na ONU, a China avança 10 propostas, a primeira das quais consiste em reunir todas as potências nucleares, grandes ou não, reconhecidas ou não.

Para criar «condições favoráveis» à reunião, Pequim propõe que as potências nucleares «mais importantes» dêem o exemplo, parando os ensaios nucleares e a produção e instalação de todas as armas nucleares e reduzindo «muito sensivelmente» essas armas, na Europa e na Ásia-Pacífico, através da sua destruição. A China deseja igualmente que as grandes potências espaciais cessem a corrida aos armamentos no espaço, que os países se entendam sobre a não proliferação de armas nucleares, assim como sobre reduções substanciais de armamentos clássicos, incluindo as forças navais.

SARA

O representante especial do secretário-geral da ONU para o Sara Ocidental, Yacoub Khan, disse que a Frente Polisário manifestou a sua disposição para desbloquear a situação de impasse na questão do Sara Ocidental.

O referendo, previsto para o início deste ano, foi adiado indefinidamente devido às divergências entre Marrocos e a Frente Polisário, surgidas no final do ano passado em torno de quem estaria habilitado a votar.

A Frente Polisário defende que só devem votar aqueles que foram recenseados em 1974 pelas autoridades espanholas, de que consta uma lista de cerca de 74 000 eleitores, enquanto Rabat defende o alargamento do direito de voto aos sarianos instalados em Marrocos.

DESPEDIMENTOS

A Digital Equipment Corporation, terceiro maior grupo informático nos Estados Unidos, prevê a supressão de 10 000 postos de trabalho suplementares, até ao final do próximo ano fiscal que começa a 1 de Junho.

O grupo já anunciara em 1989 as medidas de reestruturação que compreendem uma supressão de 20 000 postos de trabalho de um total de 106 000.



A greve da função pública mobilizou centenas de milhares de trabalhadores alemães

Alemanha

Greve da função pública paralisa o país

As negociações para a revisão salarial dos funcionários públicos alemães recomeçaram quarta-feira em Estugarda, após mais de doze dias de greve — o que desde já pode ser considerado como um primeiro êxito da grande acção grevista. A administração dos serviços públicos anunciou estar disposto a regressar à mesa de negociações com novas propostas salariais. Entretanto o âmbito das greves foi mais uma vez alargado.

No mesmo dia em que o retomar das negociações era anunciado, pelo menos 120 comboios intercidades que ligam os principais centros urbanos alemães deixaram de circular. A greve intensificou-se também nos transportes públicos da Renânia-Westfalia, na grande Estugarda e em Berlim, onde a auto-estrada citadina ficou totalmente bloqueada pelo tráfego.

Os funcionários dos Correios, da remoção do lixo, das repartições de emprego e de finanças, dos hospitais, clínicas e infantários municipais também ainda não tinham retomado o trabalho em toda a parte ocidental da Alemanha.

O aeroporto de Frankfurt sobre o Meno, o maior da Europa, deixou praticamente de funcionar, devido à greve dos bombeiros, do pessoal das cargas e descargas e dos controlos.

A greve continuou também a afectar gravemente o tráfego aéreo nos aeroportos de Hamburgo, Colónia-Bonn, Berlim-Tegel e Berlim-Tempelhof, Hannover, Dusseldorf, Munique e Nuremberga.

Centenas de milhares de trabalhadores têm vindo a participar nestas greves, sendo de referir ainda a participação, não prevista, dos trabalhado-

res dos transportes públicos de Berlim-Leste, cuja contratação colectiva não está incluída neste processo negociacional.

A grande agitação laboral que se tem vindo a registar na Alemanha (esta greve dos serviços públicos é a primeira de há 18 anos para cá), deve-se à perda real do poder de compra dos trabalhadores, programada pelo governo ao pretender restringir os aumentos salariais a 4,5 por cento, ignorando os reais níveis de inflação e os anunciados aumentos de impostos. Isto depois de o governo se ter negado várias vezes a fazer «cortes» e «exigências fiscais» aos empresários que, de 1982 até agora, viram aumentar constantemente aos seus lucros.

Os sindicatos recusam igualmente a argumentação patronal e governamental de um congelamento dos salários para fazer face aos custos da unificação. Tanto mais quanto os aumentos salariais a Ocidente têm reflexos positivos nos salários dos trabalhadores da parte oriental (muito mais mal pagos).

Esta greve da função pública insere-se num significativo movimento grevista, desencadeado, há poucos meses, pelos trabalhadores siderúrgicos que, numa greve curta, conseguiram alcançar parcialmente os seus objectivos. Depois foram os bancos e caixas de aforro, um sector de baixa organização sindical, mas que também alcançou resultados significativos com a luta desenvolvida.

Outras greves já se anunciam, agora no sector dos metalúrgicos. A uma reivindicação de compromisso da ordem dos 9,5% de aumentos, os empresários responderam com uma contraproposta de 3,3 por cento, o que levou o

presidente do sindicato dos metalúrgicos a classificar de «provocadores sociais» os empresários da metalurgia.

Tudo isto se passa num quadro social em que o desemprego e a falta de habitações são graves problemas afectando parte significativa da população.

A crise no plano social e laboral decorre em paralelo com a crise política, de que um sintoma evidente foi a

demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher. Entretanto o governo federal anunciou que o chanceler Kohl manterá ainda este mês contactos com dirigentes do Partido Social-Democrata para discutir a situação política e económica do país, nomeadamente a política financeira e alterações à Constituição visando a redução da entrada de estrangeiros no país.



Encontro PCP-OLP

No dia 4 de Maio, no Centro de Trabalho do PCP da rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP encontrou-se com Farouk Kaddoumi, ministro dos Negócios Estrangeiros da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

No encontro participaram ainda, pelo PCP, Vítor Dias, membro da Comissão Política e, pela OLP, Abu Alaa, ministro da Economia, Shawikie Armalie, representante da OLP em Bruxelas e I. Beseisso, representante da OLP em Lisboa.

No encontro procedeu-se a uma ampla troca de opiniões sobre a situação internacional, designadamente no Médio Oriente, e sobre a luta do povo palestino pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais.

Álvaro Cunhal expressou a solidariedade do PCP para com o povo palestino na sua luta pela constituição de um Estado independente.

O encontro decorreu no ambiente de amizade e solidariedade que sempre caracterizaram as relações entre o PCP e a OLP.

EUA Revolta em Los Angeles contra discriminação racial

Um jovem negro americano — entre os 15 e os 24 anos — tem mais probabilidade de ser morto que um soldado norte-americano durante a guerra do Vietnam. Este um dado concreto do que na prática representa a discriminação racial nos EUA. Um dos mais violentos países do mundo, onde em algumas escolas, em particular em Nova Iorque, há pórticos detectores de armas para evitar que os alunos se matem entre si.

São factos que fazem parte do quotidiano dos Estados Unidos, normalmente ignorados sob o pesado manto propagandístico da defesa dos direitos humanos, e que agora vêm a lume por força da violência que irrompeu em Los Angeles, detonada pela absolvição de um grupo de polícias que selvaticamente espancou um motorista negro, há cerca de um ano.

Os incidentes tiveram início na quarta-feira da semana passada. Conhecido o veredicto, grupos de jovens negros manifestaram-se nas ruas contra a decisão do tribunal. Um protesto que posteriormente — com a clara entrada em cena dos bandos, alimentados pela miséria e o racismo, que proliferam pelas cidades dos Estados Unidos — degenerou em actos de violência, espancamentos, saques, pilhagens e centenas de incêndios.

Na repressão dos motins participaram soldados e outros elementos federais, incluindo guardas prisionais e fronteiriços, num total de 12900 homens.

Em consequência dos motins e confrontos morreram 47 pessoas, o número de feridos é superior a 2328, dos quais pelo menos 226 estão em estado considerado crítico. O número de detenções é superior a 9600, o total de edifícios muito danificados ou mesmo destruídos atinge os 5237 em Los Angeles.

Manifestações contra o escandaloso veredicto que absolveu os agentes da polícia registaram-se em várias cidades, nomeadamente Miami (Florida), Nova Iorque, S. José (Califórnia), Minneapolis (Minnesota), Tampa (Florida), Omaha (Nebraska) e Washington.

Os protestos e motins agora ocorridos em Los Angeles, superaram em violência os de 1965, provocados por razões idênticas e que causaram 34 mortos e mil feridos. Foram mesmo mais graves que os conflitos raciais registados no final da década de sessenta, até agora considerados os piores da história recente dos EUA, e em que se registaram 43 mortos e milhares de feridos na cidade de Atlanta.

Na raiz destas revoltas, a discriminação, a miséria, múltiplos e crescentes problemas sociais.

«Se tivessem um emprego, não tinham incendiado tantos edifícios e lojas comerciais», comentou o reverendo Lovely Haines, da igreja baptista de San Marcos, na zona centro-sul de Los Angeles, que afirmou também que as tensões raciais se têm vindo a agravar desde os anos 60.

Educação, emprego e habilitação são as prioridades apresentadas por dirigentes da comunidade negra a George Bush, para melhorar o nível de vida dos cidadãos de raça negra que, juntamente com os hispânicos, detêm os «recordes» de pobreza e violência. Mais uma vez, nestes dias de confrontos em Los Angeles, são negros e hispânicos a maioria dos mortos.

O desemprego entre os negros e hispânicos é quase o dobro do registado entre os brancos, enquanto um em cada quatro negros está preso ou tem qualquer problema com a polícia. 40 por cento dos condenados à morte são negros e 45 por cento da totalidade dos reclusos nos Estados Unidos é de raça negra.

Assim, de par da desigualdade no plano socioeconómico, ressalta a desigualdade perante a justiça. Uma comissão encarregada de analisar a discriminação judicial no Estado de Nova Iorque chegou à conclusão de que existem dois sistemas judiciais em funcionamento simultâneo — uma para os

brancos e outro para as minorias.

Conclusões que as sondagens realizadas estes dias indicam ser partilhadas pela maioria da população norte-americana. Uma sondagem da «USA Today», feita na quinta-feira da semana passada, revela que 81 por cento dos negros e 36 por cento dos brancos estão convencidos que o sistema de justiça tem preconceitos em relação aos negros.

Uma segunda sondagem, efectuada para a «ABC» e «Washington Post», mostrou que 78 por cento dos negros pensa que o veredicto de King, o motorista negro agredido pelos polícias entretanto absolvidos, «mostra que os negros não podem obter justiça no país».

Numa avaliação dos acontecimentos de Los Angeles, 61 por cento dos negros inquiridos e 47 por cento dos brancos afirmaram que os motins desencadeados na cidade, estando embora errados, eram compreensíveis.

Os acontecimentos em Los Angeles tiveram também significativos reflexos na Coreia do Sul, em consequência das destruições no bairro asiático de Koreatown. Milhares de estudantes e trabalhadores manifestaram-se em Seul e outras cidades para — mais uma vez — exigir a retirada das forças norte-americanas no país — cerca de 39 mil homens.

Desigualdade em números

● **Armas** — Mais de 200 milhões de armas foram recensadas nos Estados Unidos. O número de habitantes é de 352,6 milhões de habitantes.

● **Criminalidade** — Em 1989, a percentagem de assassinatos foi de 8,7 por 100 000 habitantes (71,9 por 100 000 habitantes em Washington e 25,8 em Nova Iorque). Aproximadamente uma em cada 150 pessoas é assaltada, assassinada, roubada ou violada em cada ano.

● **Prisões** — Entre as pessoas actualmente presas nos Estados Unidos, 47% são negros (enquanto a comunidade negra representa 12,5% da população total) e 15% são hispânicos (9% da população total).

● **Desigualdade** — Uma família média negra dispõe de apenas 58% do rendimento de uma família branca média, segundo o último relatório da National Urban League, uma das mais antigas organizações de defesa dos negros.



● **Pobreza** — O número de pessoas que vive abaixo do limiar da pobreza passou de 31,5 para 33,6 milhões de pessoas (o que corresponde a mais de 15% da população) entre 1989 e 1990. Uma em cada cinco crianças americanas vive abaixo desse limiar. Metade (47,5%) das crianças pobres são negras e cerca de um terço hispânicas. Cerca de 37 milhões de americanos, a maioria com um emprego, não gozam de assistência médica, que só é fornecida pelo Estado aos pobres e aos idosos.

● **Analfabetismo** — Segundo o departamento americano de educação, o número de analfabetos ou de semianalfabetos situa-se entre os 20 e os 27 milhões de pessoas (13% da população adulta).

Brasil

Bispos denunciam trabalho escravo

Os casos de escravização de trabalhadores nos campos do Brasil triplicaram em 1991, revela um documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

apresentado na Conferência Nacional dos bispos do Brasil.

De acordo com o documento, 4833 trabalhadores viviam em 1991 em fazendas agrícolas, onde trabalhavam sem receber salário (1599 casos descobertos em 1990).

O bispo de Picos, Nordeste do Brasil, denunciou na Conferência que «a conivência de políticos, autoridades policiais e judiciais facilita a acção de agenciadores de mão-de-obra escrava e incentiva a sua prática pelos fazendeiros».

Os trabalhadores escravizados são obrigados a pagar transporte e estadia, e não recebem salário. Noventa por cento dos camponeses brasileiros trabalham sem contrato e 80 por cento não chegam a receber o salário mínimo, revela outro documento divulgado na Conferência.

Um relatório da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA) afir-

ma que 70 por cento dos pequenos agricultores detêm 3 por cento da área cultivável, enquanto um por cento dos maiores proprietários está na posse de 50 por cento do total da terra arável do Brasil.

Calcula-se em seis milhões o número de famílias de agricultores sem terra para trabalhar.

Na mensagem aos trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio, a Comissão Pastoral Social da Conferência Episcopal Brasileira afirma que o governo brasileiro «se submete ao Fundo Monetário Internacional e às suas políticas de privatização e recessão».

Nestes mesmos dias a Federação Internacional dos Direitos do Homem denunciou a «existência de violações flagrantes e sistêmicas dos direitos da criança» no Brasil.

No Relatório, divulgado

em Paris, os autores do estudo salientaram que 4611 casos de morte violenta de crianças foram registados no Brasil entre 1988 e 1990, «apenas de acordo com números da polícia federal».

Só no Rio de Janeiro, «uma a duas crianças caem todos os dias, vítimas das balas de esquadrões da morte, sob pretexto de limparem as ruas».

Na maioria dos casos, refere o Relatório, estes crimes permanecem impunes, devido à protecção de que beneficiam os esquadrões da morte «a todos os níveis do aparelho repressivo, mesmo entre os políticos».

«Poucos inquéritos são abertos», salienta ainda o Relatório, contando que, na comarca do Rio, «70 por cento dos processos abertos por homicídio não têm seguimento».



A miséria marca profundamente a vida no Brasil

Encontro de Secções Internacionais de Partidos Comunistas

Ampla troca de informações e de opiniões

Terça-feira à tarde, no CT Vitória, foram apresentados à imprensa o conteúdo e os resultados essenciais do encontro (na foto, da esquerda para a direita: a intérprete, Stojan Spetic, Manuel Moreneo, Albano Nunes, Donis Christofinis, Orestis Kolozof e Jacques Denis)



Declaração de Albano Nunes à imprensa

Abrindo a conferência de imprensa realizada na tarde de terça-feira, no centro de trabalho Vitória, Albano Nunes, membro do Secretariado do CC e responsável da Secção Internacional do PCP, leu a declaração que aqui publicamos na íntegra.

A convite do Partido Comunista Português, reuniram-se nos dias 4 e 5 de Maio, no concelho do Seixal, na Área Metropolitana de Lisboa, representantes do AKEL-Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (Donis Christofinis, membro do Bureau Político e responsável das Relações Internacionais), do Partido Comunista de Espanha (Manuel Moreneo, membro do Secretariado do Comité Federal), do Partido Comunista Francês (Francis Wurtz, membro do Bureau Político e responsável da Secção de Política Externa, e Jacques Denis, membro do Comité Central), do Partido Comunista da Grécia (Orestis Kolozof, membro do Bureau Político e responsável das Relações Internacionais, e Babis Agourakis, membro do Comité Central), do Partido Comunista Português (Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central e responsável da Secção Internacional, Carlos Abom Inglês, membro do Comité Central, Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, e Manuela Bernardino, membro suplente do Comité Central) e do Partido da Refundação Comunista, da Itália, como observador (Stojan Spetic, membro da Comissão Política Nacional e da Secção Externa). Este encontro realizou-se ao nível das respectivas secções internacionais, para troca de informações e opiniões acerca da situação nos seus países, na Europa e no mundo, e exame de eventuais iniciativas sobre problemas de interesse comum.

de vida de largas massas, a atentados a conquistas e direitos históricos dos trabalhadores, ao preocupante surto de racismo e xenofobia e avanço das forças de extrema-direita, às contradições e dramáticos problemas que o capitalismo levanta à satisfação das justas aspirações dos trabalhadores e dos povos. Foram referidas e valorizadas importantes lutas populares que se desenvolvem em vários países.

Foram abordados os acontecimentos verificados na URSS e noutros países socialistas do Leste da Europa, suas consequências para os povos desses países e profundas repercussões na vida internacional. Independentemente de naturais diferenças na apreciação de tão complexa problemática, foi manifestada grande preocupação pelo processo de pauperização, tendências autoritárias e de violação dos direitos humanos, sociais e políticos, que afectam hoje largas massas dos povos desses países, e manifestada a solidariedade aos comunistas e outros democratas que são hoje alvo de perseguições revanchistas que ofendem elementares direitos cívicos

Os problemas da paz, da segurança e da cooperação foram também abordados. Manifestaram-se inquietações em face do reforço, alargamento e reorientação das alianças militares, nomeadamente da NATO e UEO (apesar do desaparecimento do Tratado de Varsóvia), assim como perante tentativas de instrumentalização do Conselho de Segurança da ONU e da CSCE, no quadro de uma pretensa «nova ordem» mundial hegemónica imposta pelos EUA.

Particular atenção mereceu a dramática situação de povos e regiões do Terceiro Mundo que se afundam cada vez mais no subdesenvolvimento, na fome, na miséria e na doença.

Foi dado especial relevo à degradação da situação ecológica e aos perigos que representa para o futuro da Humanidade.

Foi efectuada uma troca de opiniões acerca dos acordos de Maastricht e da situação na Europa da CE. Na pluralidade das opiniões respectivas, expressaram-se preocupações pelo avanço de planos de integração económica, política e militar, sem assegurar uma larga participação popular no processo de decisão e a intervenção das legítimas representações democráticas, e com intolerável secundarização da

coesão económica e social. Foi realçada a importância da solidariedade dos partidos comunistas e de todas as forças progressistas para com os povos vítimas de ameaças e ingerências do imperialismo, como, entre outros, Cuba, África do Sul, Palestina, Chipre, Timor-Leste.

Os participantes no encontro, no respeito da autonomia e independência política de cada partido, consideraram importante desenvolver as relações de solidariedade e cooperação entre si e com outros partidos comunistas e forças de esquerda, democráticas e progressistas, com o desenvolvimento de eventuais iniciativas e encontros bilaterais e multilaterais.

O encontro, cuja importância foi valorizada, decorreu num ambiente de franqueza, compreensão e camaradagem, sendo considerado útil dar-lhe continuidade no futuro.

Com consciência da complexidade da situação a enfrentar, manifestaram a sua confiança na luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e no futuro do socialismo, renovado na sua concepção e prática, de acordo com a experiência histórica, a reflexão teórica e as condições de cada povo, face às novas realidades e desafios que se colocam à Humanidade no limiar do século XXI.

e democráticos dos cidadãos e dos povos.

Os problemas da paz, da segurança e da cooperação foram também abordados. Manifestaram-se inquietações em face do reforço, alargamento e reorientação das alianças militares, nomeadamente da NATO e UEO (apesar do desaparecimento do Tratado de Varsóvia), assim como perante tentativas de instrumentalização do Conselho de Segurança da ONU e da CSCE, no quadro de uma pretensa «nova ordem» mundial hegemónica imposta pelos EUA.

Particular atenção mereceu a dramática situação de povos e regiões do Terceiro Mundo que se afundam cada vez mais no subdesenvolvimento, na fome, na miséria e na doença.

Foi dado especial relevo à degradação da situação ecológica e aos perigos que representa para o futuro da Humanidade.

Foi efectuada uma troca de opiniões acerca dos acordos de Maastricht e da situação na Europa da CE. Na pluralidade das opiniões respectivas, expressaram-se preocupações pelo avanço de planos de integração económica, política e militar, sem assegurar uma larga participação popular no processo de decisão e a intervenção das legítimas representações democráticas, e com intolerável secundarização da

coesão económica e social.

Foi realçada a importância da solidariedade dos partidos comunistas e de todas as forças progressistas para com os povos vítimas de ameaças e ingerências do imperialismo, como, entre outros, Cuba, África do Sul, Palestina, Chipre, Timor-Leste.

Os participantes no encontro, no respeito da autonomia e independência política de cada partido, consideraram importante desenvolver as relações de solidariedade e cooperação entre si e com outros partidos comunistas e forças de esquerda, democráticas e progressistas, com o desenvolvimento de eventuais iniciativas e encontros bilaterais e multilaterais.

O encontro, cuja importância foi valorizada, decorreu num ambiente de franqueza, compreensão e camaradagem, sendo considerado útil dar-lhe continuidade no futuro.

Com consciência da complexidade da situação a enfrentar, manifestaram a sua confiança na luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e no futuro do socialismo, renovado na sua concepção e prática, de acordo com a experiência histórica, a reflexão teórica e as condições de cada povo, face às novas realidades e desafios que se colocam à Humanidade no limiar do século XXI.

Representantes de seis partidos comunistas da Europa reuniram-se na Atalaia, a convite e por iniciativa do PCP. Este importante acontecimento permitiu aos responsáveis das respectivas secções internacionais do AKEL (Chipre), do PCE (Espanha), do PCF (França), do PCG (Grécia), do PRC (Itália) e do PCP (Portugal) uma ampla «troca de informações e de opiniões acerca da situação nos seus países, na Europa e no mundo e exame de eventuais iniciativas sobre problemas de interesse comum», como afirma a declaração de Albano Nunes, do secretariado do CC do PCP, divulgou à imprensa na terça-feira passada.

O encontro, realizado nas instalações da Quinta da Atalaia, onde os participantes passaram boa parte dos dias de segunda e de terça-feira, decorreu, como

também Albano Nunes afirmou, num «ambiente de franqueza, compreensão e camaradagem». Foi ainda na Atalaia, num intervalo dos trabalhos do primeiro dia, que o «Avante!» pôde recolher, dos representantes dos partidos, os depoimentos que hoje publicamos.

Na conferência de imprensa realizada no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, após o Encontro, Albano Nunes leu uma declaração que, como explicou, não é um comunicado conjunto mas uma informação que o Partido anfitrião foi encarregado de fazer, sobre o conteúdo e os resultados essenciais da iniciativa.

Por fim, na noite de terça-feira, os representantes dos partidos participantes foram recebidos pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

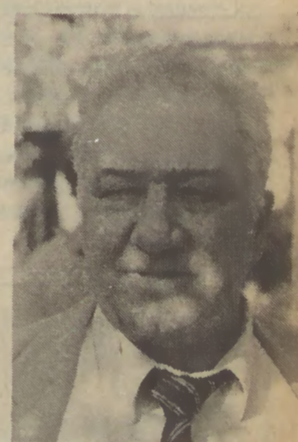
Depoimentos ao «Avante!» dos responsáveis das delegações estrangeiras

Donis Christofinis (AKEL-Chipre)

«Aplicar todas as resoluções da ONU»

Donis Christofinis, membro do Bureau Político e responsável das relações internacionais do Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL), começou o seu depoimento expressando o agradecimento dos camaradas cipriotas «ao PCP, por proporcionar esta oportunidade de nos encontrarmos aqui, neste lindo local, para trocarmos opiniões sobre os problemas dos nossos países e também sobre os problemas actuais do mundo».

Recordando que «aqui, na



linda cidade de Lisboa, se realizou há cerca de dez anos, com muito êxito, uma conferência de solidariedade e apoio à luta do povo cipriota», o camarada Christofinis fez questão de «expressar a nossa profunda gratidão ao Partido Comunista Português pelas suas posições firmes de solidariedade para com a nossa luta».

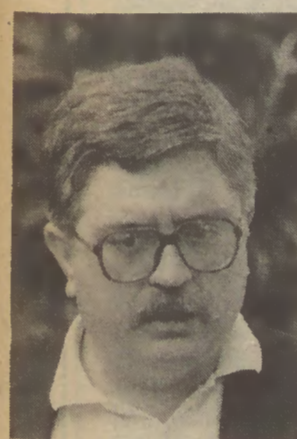
A concluir o breve depoimento, desejou «ao vosso partido e ao povo de Portugal muitos êxitos».

Manuel Moreneo (PCE-Espanha)

«Passar à contra-ofensiva política»

«A situação em Espanha está marcada, fundamentalmente, pela convocação da greve geral para dia 28, pela UGT e Comisiones Obreras, que convocaram ainda outra greve geral para depois das férias», lembrou o camarada Manuel Moreneo, membro do Secretariado do CC do Partido Comunista de Espanha.

Um acto que, como refere o dirigente comunista espanhol, «significou claramente uma afronta aos trabalhadores, foi a decisão de efectuar cortes nos subsídios de desemprego, o que obrigou os



sindicatos a darem uma resposta forte». Aquela decisão «foi acompanhada de uma nova lei da greve, restritiva, e por um conjunto de medidas extremamente negativas, no quadro de uma política neoliberal e conservadora».

«Nós apoiamos a greve geral com todas as nossas forças, para tentar que haja uma mudança de política», afirma Manuel Moreneo.

Francis Wurtz (PCF-França)

«Resultados encorajadores»

Favorecer o mais possível os encontros com as forças progressistas da Europa e no plano internacional — como nos disse o camarada Francis Wurtz, membro do Bureau Político e responsável da Secção Política Externa do PCF —, é um dos objectivos delineados pelo último Congresso do Partido Comunista Francês.

Encontros com comunistas, socialistas, cristãos, verdes, pacifistas — fez questão de enumerar — que possam favorecer convergências de posição e mesmo de acções entre todos. É neste espírito que esperamos oportunidade, em iniciativas bilaterais ou multilaterais com os partidos comunistas, de melhor se

ainda há quem olhe com estranheza o facto de os comunistas se reunirem. Para nós é muito importante que forças de esquerda de tradição democrática firme se possam reunir para discutir os problemas actuais e dar uma opinião que contribua para a sua resolução. Portanto, considero muito positiva a realização deste tipo de reuniões, talvez com mais tempo para os debates, por um lado, e, por outro lado, tornando-as mais normais, tirando-lhes o carácter de sensação pois os comunistas têm o direito e o dever de se reunir».

Para Moreneo «um bom resultado deste encontro seria abrir a perspectiva de uma recomposição da esquerda na Europa. Até agora temos, por um lado, um predomínio de governos conservadores, mas, por outro lado, uma esquerda dividida, sem projecto e incapaz de se mobilizar face aos problemas da humanidade e, em particular, da Europa».

«Pensamos que é necessário um esforço para nos embrenharmos muito mais na realidade europeia e mundial e, sobretudo, para tentar passar à contra-ofensiva política das forças de esquerda na Europa» — concluiu.

Francis Wurtz (PCF-França)

«Resultados encorajadores»

conhecerem e de examinar os encontros com as forças progressistas da Europa e no plano internacional — como nos disse o camarada Francis Wurtz, membro do Bureau Político e responsável da Secção Política Externa do PCF —, é um dos objectivos delineados pelo último Congresso do Partido Comunista Francês.

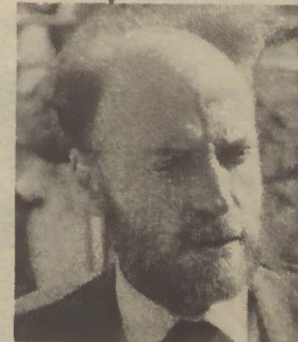
Encontros com comunistas, socialistas, cristãos, verdes, pacifistas — fez questão de enumerar — que possam favorecer convergências de posição e mesmo de acções entre todos. É neste espírito que esperamos oportunidade, em iniciativas bilaterais ou multilaterais com os partidos comunistas, de melhor se

conhecerem e de examinar os encontros com as forças progressistas da Europa e no plano internacional — como nos disse o camarada Francis Wurtz, membro do Bureau Político e responsável da Secção Política Externa do PCF —, é um dos objectivos delineados pelo último Congresso do Partido Comunista Francês.

Encontros com comunistas, socialistas, cristãos, verdes, pacifistas — fez questão de enumerar — que possam favorecer convergências de posição e mesmo de acções entre todos. É neste espírito que esperamos oportunidade, em iniciativas bilaterais ou multilaterais com os partidos comunistas, de melhor se

que exprimissem «outras coisas», mesmo que ainda confusa. Comentou de seguida o aparecimento de listas de interesses, como por exemplo, os da caça, da pesca, e outros. E a grande volubilidade desse eleitorado. E deu o exemplo, recolhido de sondagens, de 40 por cento dos eleitores que votaram verdes, tendo escolhido «à última hora, por falta de melhor», e de outros 40 por cento dos votantes, em 1989, nesse partido, que desta vez fizeram uma escolha diferente.

Destacou, por fim, a ligeira subida registada pelo PCF, sublinhando entretanto os 600 mil votos a mais e a grande participação em torno das listas comunistas. «O PCF foi o único partido, com os Verdes, que registou tantos votos, ou mais, do que nas últimas presidenciais», referiu. «Na actual situação decorrente da derrocada do Leste, e tendo em conta as dificuldades, os resultados do PCF são encorajadores», adiantou.



«Em primeiro lugar, quero dizer que este é um encontro muito importante, do ponto de vista do nosso partido», começou por afirmar Orestis Kolozof, membro do Bureau Político e responsável das relações internacionais do Partido Comunista da Grécia. Este «é um encontro em que o nosso partido tem a possibilidade de conhecer, durante esta discussão colectiva, quais são as posições dos outros partidos irmãos aqui representados, e de procurar possibilidades de cooperação e de coordenação das actividades dos partidos» — precisou.

Orestis Kolozof (PCG-Grécia)

«Contra forças estrangeiras nos Balcãs»

«Os comunistas gregos têm «um grande interesse neste encontro» também porque «o nosso país se situa numa região onde o perigo de desestabilização aumenta de

dia para dia. É uma região em que os resultados das mudanças que aconteceram nos últimos tempos no mundo têm tido consequências mais negativas do que noutros pontos do globo. A região encontra-se sob influência directa das grandes potências mundiais, como a Alemanha, os EUA e a própria Itália; actualmente, a situação sofre também os efeitos da dissolução da Jugoslávia, e há um

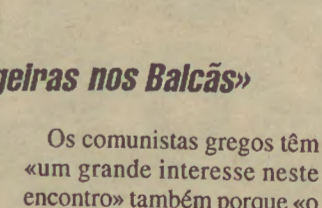


Aspecto dos trabalhos do encontro realizado na Atalaia

grande perigo de uma confrontação generalizada nos Balcãs. Por isso, estamos muito interessados em procurar possibilidades de alcançar uma política diferente na Europa, que seja capaz de alterar as tendências de desestabilização hoje existentes».

«Desejamos um sistema de segurança colectiva em toda a Europa e, no que diz respeito aos Balcãs, tentamos manter um conjunto de relações de amizade entre os povos e países da região», afirma o camarada Kolozof. Neste contexto, sublinha, «é neces-

«Mostrando-se favorável às relações com todas as forças e partidos progressistas, a começar pelos comunistas, Stojan Spetic, membro da Comissão Política Nacional e da Secção Externa do Partido da Refundação Comunista, da Itália, que participou no en-



contro como observador, sublinhou que o seu Partido é contrário a quaisquer formas de organização interpartidárias.

«Esta reunião», disse, «é uma forma de se falar, de auscultar, de ouvir as diversas motivações da nossa identidade comunista, de trocar impressões e ideias sobre a crise do socialismo, após as mutações ocorridas».

«Não se pode, em dois dias, chegar ao fim deste confronto de ideias. Mas podemos extrair dele alguns elementos comuns — a luta pela paz no Médio Oriente, a luta pela defesa das conquistas sociais do movimento operário, a luta contra o racismo e a xenofobia, formas de solidariedade para com os povos cubano, palestino e outros.»

Na sua opinião, estas tro-

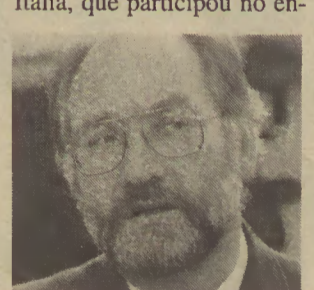
cas de experiências devem seguir a forma de iniciativas sobre temas específicos, e abranger outras forças de esquerda, socialistas e democráticas — com debates, seminários, etc. — e sem preconceitos.

O camarada falou em seguida do conjunto de parlamentares comunistas recentemente eleitos em Itália — 20 senadores e 35 deputados —, que «representam um elemento de força da esquerda contra a política autoritária e antipopular e um estímulo para a unidade das forças da oposição».

«Uma identidade comunista existe em Itália. Renovando-se, refundando-se», salientou.

Comentou depois os resultados eleitorais, sublinhando o facto de terem sido homogéneos, tanto no plano regional como no plano etário e entre a juventude. «Isto dá-nos a certeza de uma perspectiva», disse. «É um dado de partida. Estamos construindo a nossa presença nas instituições».

«Batemo-nos pela unidade da esquerda e contestamos as posições reformistas de apoio a uma formação entre socialistas e o centro», referiu. «Devemos partir das lutas sociais, dos jovens, das mulheres, levar essas lutas ao parlamento e contribuir para a unidade. É nisso que estamos empenhados e é para isso que trabalhamos».



«Uma identidade comunista existe em Itália. Renovando-se, refundando-se», salientou.

Comentou depois os resultados eleitorais, sublinhando o facto de terem sido homogéneos, tanto no plano regional como no plano etário e entre a juventude. «Isto dá-nos a certeza de uma perspectiva», disse. «É um dado de partida. Estamos construindo a nossa presença nas instituições».

«Batemo-nos pela unidade da esquerda e contestamos as posições reformistas de apoio a uma formação entre socialistas e o centro», referiu. «Devemos partir das lutas sociais, dos jovens, das mulheres, levar essas lutas ao parlamento e contribuir para a unidade. É nisso que estamos empenhados e é para isso que trabalhamos».

A propósito dos «rituais» e da «rotina»

Ponderando muito do que se disse e escreveu sobre o 25 de Abril e sobre o 1º de Maio, e sobretudo sobre as respectivas comemorações, não é possível deixar de constatar que assistimos este ano, sob coberturas e pretextos diversos, ao desenvolvimento e refinamento de velhas mistificações procurando obscurecer o significado profundo dessas efemérides e estabelecer linhas de pressão, de hostilização e descrédito das formas de massiva intervenção e participação popular que, em Portugal, desde há 18 anos lhes estão historicamente associadas.

Um editorial do «Diário de Notícias» de 2 de Maio ilustrou, de forma sintética mas expressiva, os grandes eixos de argumentação que estiveram presentes em numerosos comentários e intervenções públicas que, digamo-lo já, por muito que o procurassem disfarçar, foram em boa parte impulsionados por um profundo incómodo com as raízes populares das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, por um ostensivo desagrado com os valores e aspirações que através delas se afirmam na vida portuguesa, por uma visível inquietação perante a sua renovada projecção e articulação com os problemas da actualidade e com uma luta que continua, por um patente nervosismo causado pelo facto de a realidade ainda triunfar sobre os desejos, esquemas e os preconceitos dos seus autores.

Com efeito, o citado editorial entrava logo a matar, afirmando seca e peremptoriamente que «como era de prever, o 1º de Maio não diferiu do modelo rotineiro», proclamando na passada que «a verdade é que o 1º de Maio acabou há muito por cair na mesma rotina ensossa que já acontecera à celebração do 25 de Abril e que Soares, muito certamente, teve a frontalidade de denunciar no ano passado, com frutos já visíveis neste» e enfatizando depois «a necessidade de remodelar a chamada festa dos trabalhadores, sob risco grave de cada vez ser maior a desmobilização desses mesmos trabalhadores e, pior ainda, o divórcio entre a juventude e a data que se pretende um símbolo perene». E, num assinalável ímpeto de generosidade, o editorialista do «DN» concedia que as manifestações «se tivessem saldado pela afluência de alguns milhares de pessoas - até porque o tempo puxava para a rua e não abundavam os pólos de atracção» para, logo de seguida, sentenciar que «a celebração do 1º de Maio não pode continuar a ser uma mera repetição de chavões e referências de ano para ano rebuscadas no armazém do pronto-a-servir político» e que «é preciso ser mais qualquer coisa. Ser, sobretudo, alguma coisa de novo».

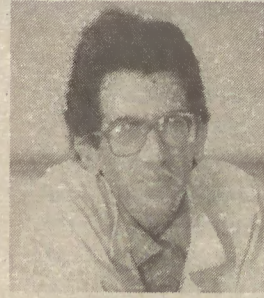
Neste editorial (escrito e composto em 1 de Maio, em quebra dessa «rotina» que consistia em nessa data, já antes do 25 de Abril, os operários gráficos não trabalharem, por força de regalia consagrada nos contratos colectivos) avultam de facto dois ingredientes básicos de numerosas «reflexões» e conselhos emitidos a propósito do 25 de Abril e do 1º de Maio: a emocionante preocupação com os perigos de divórcio destas comemorações em relação às jovens gerações e o comovedor e infatigável combate aos «rituais» e às «rotinas».

Sem a pretensão de esgotar o assunto e com a ressalva expressa de que a análise e desmontagem destes dois ingredientes básicos exige uma equilibrada consideração de diversos aspectos e nuances, cremos entretanto ser justo e adequado chamar a atenção para alguns factos e realidades que não podem deixar de, desde já, iluminar a apreciação destas questões.

Assim, em relação ao problema da informação de que as jovens gerações dispõem sobre o 25 de Abril (e que, fruto inocente do acaso ou de uma orientada selecção, um muito falado inquérito televisivo a jovens permitiu estabelecer uma generalização de todo em todo ilegítima e abusiva mas

que foi reverente acolhida por personalidades que não estão propriamente indefesas perante a televisão), creio ser muito significativo que nenhum dos órgãos de informação que exprimiu pungentes preocupações com esta matéria tenha tido a simples e óbvia lembrança de recolher os testemunhos e opiniões dos muitos e muitos jovens que participaram nos desfiles populares do 25 de Abril e do 1º de Maio, não para proceder a generalizações de sinal contrário, e que seriam igualmente ilegítimas e abusivas, mas para restabelecer uma diversidade de graus de informação e de opiniões que não é ilegítimo nem abusivo supor mais aproximada da realidade.

Por outro lado, doa a quem doer, é absolutamente necessário dizer que muitos (incluindo no campo democrático) dos que mais choram e se lamuriam com a «absoluta ignorância» da juventude em relação ao que foi o fascismo e o 25 de Abril estão desde há muitos anos profundamente envolvidos em operações de reescrita, de mistificação e de superficialização da história da revolução democrática e têm dado uma notável contribuição para que, não apenas na consciência de importantes segmentos juvenis, mas também na própria memória colectiva de parte da população que viveu directamente os acontecimentos, se instale a ideia e a imagem (aqui entra em cheio a RTP) de uma época consideravelmente tresloucada, dominante-



VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política

Quanto ao palavrório circulante contra os «rituais» e «rotinas» das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, justamente desconfiados com tanto desvelo e carinho, apetece, como primeiro e incompleto comentário, mandá-los pregar para outras freguesias.

ria de direitos cívicos, a remodelação progressista de aspectos fundamentais da ordem jurídica, o arranque na prática de um poder local democrático, a reparação de tantas injustiças e humilhações, etc., etc.)

Todo o interesse vai para tudo menos para restabelecer a verdade histórica de que em termos de balanço do processo da revolução democrática também é indispensável falar de um inesquecível impulso e movimento nacional de reconquista da dignidade cívica, de trabalho criador, de generosidade individual e colectiva, de espírito de serviço à comunidade, de sentido de responsabilidade e de eficácia

nas tarefas de democratização da vida nacional, de vasta e voluntária mobilização da dedicação e das energias populares para a solução dos problemas nacionais e para a construção de uma vida melhor em Portugal.

Quanto ao palavrório circulante contra os «rituais» e «rotinas» das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, justamente desconfiados com tanto desvelo e carinho, apetece, como primeiro e incompleto comentário, mandá-los pregar para outras freguesias.

Pela simples razão de que, começando logo pela própria orientação e critérios informativos dominantes em boa parte da comunicação social, a vida nacional está cheia de detestáveis «rituais» e «rotinas» que nunca mereceram nem um centésimo da atenção, da crítica e da condenação agora lançadas sobre os alegados «rituais» e «rotinas» atribuídos às iniciativas populares de comemoração do 25 de Abril e do 1º de Maio.

Dos variados «rituais» da Presidência portuguesa da CEE aos chocantes e insolentes «rituais» e cerimónias normalmente realizadas nos Palácios das Bolsas de escandaloso leilão e saque de vultuoso património do Estado às nefastas e impiedosas «rotinas» da política do Governo do PSD rotineiramente empenhada no agravamento das condições de vida da população, na acentuação das injustiças e desigualdades sociais, na ofensa a princípios e valores básicos da vida democrática e na recuperação e reabilitação de concepções, critérios e figuras do passado fascista, na perversão da democracia política consagrada na Constituição - não faltam pois bons e adequados alvos para os novos campeões da luta contra os «rituais» e as «rotinas».

E assim, utilmente ocupados, talvez possam fazer o favor de deixar em paz os democratas, os trabalhadores, os cidadãos de diversas gerações que - em suprema ofensa às sagradas sentenças dos novos bonzos - têm gosto, têm prazer, têm alegria, e logo sentem-se bem, por se manifestarem e desfilar em juntos para dar público testemunho da sua fidelidade aos valores e ideais democráticos, para revigorar a afirmação do valor do trabalho e do papel dos trabalhadores na vida nacional, para fazer ouvir as suas reclamações e reivindicações, para fazer valer a sua razão e a sua luta presente, para mostrar a verticalidade, a dignidade e a força de convicções com que se forjam os combates do futuro.



mente resumida a uma desagradável e agressiva sequência de conflitos e confrontos, de «bagunça», excessos e irresponsabilidade, de agitação, violência e intranquilidade, para já não falar no folhetim tão permanente quanto falso sobre o lobo mau (os comunistas) que quis não apenas desviar mas comer o Capuchinho (a democracia solidamente apoiada e defendida pelo PS, PSD e CDS).

E, nesta curiosa forma de contar a história, todo o interesse vai para o insistir na tecla dos alegados «excessos» dos trabalhadores e de algumas forças de esquerda, mas nunca há interesse em recordar a oposição, as manobras, as conspirações do grande capital e das forças reaccionárias e conservadoras contra o curso libertador do 25 de Abril.

Todo o interesse vai para os confrontos e conflitos, mas nunca há interesse em evocar a sua origem e a sua razão, isto é, as concretas causas, aspirações e interesses que uns defendiam e outros combatiam.

Todo o interesse vai para os momentos e episódios mais acidentados e convulsionados, mas nunca há interesse em recordar o largo espectro de direitos conquistados, a melhoria das condições de vida verificada, as profundas transformações políticas, sociais e económicas realizadas, as medidas de grande alcance social postas em prática (a generalização da segurança social e da contratação colectiva, a ampliação e generalização de importantes regalias dos trabalhadores, o salário mínimo, os avanços em maté-

1992
Avante!

Fumo sobre a História: queimadas anticomunistas

■ Pedro Ramos de Almeida

O comunismo morreu. Mas é preciso enterrá-lo todos os dias. Que o avanço científico e tecnológico; o agravamento universal das desigualdades e antagonismos entre ricos e pobres, homens, raças, nações, classes ou Estados; a retoma, em novas e velhas formas, da luta e consciência trabalhadoras; o conturbado e cruel envelhecimento das relações capitalistas na sua mais acabada e contraditória reestruturação monopolista e imperialista — não conseguem garantir a eternização, novo milénio afora, da sociedade burguesa mercantil. Não prometem netos que se alieiem das acções e das lutas pelo triunfo da liberdade sobre a necessidade...

Em 14 de Março de 1992, a *Olá-Semanário*, revista photomaton das Dadinhas e das Kukus da melhor sociedade portuguesa, anunciava o lançamento, no Museu do Azulejo, de uma dessas repetitivas celebrações fúnebres, de uma «coleção de ensaios», intitulada «Rumo à Memória — Crónicas da crise comunista», escritos e reescritos nos anos 80 e 90 por Carlos Gaspar e Vasco Rato, assessores, respectivamente, do Presidente da República, Mário Soares, e do ministro da Administração Interna, Dias Loureiro.

Presentes na solenidade (nalguns casos numa interpretação latamente polémica das suas funções), várias figuras gradas dos grupos sociais e políticos preponderantes. Entre eles o próprio Presidente da República; Diogo Freitas do Amaral e Narana Coissoró; António Barreto e José Manuel Durão Barroso; Pedro Ferraz da Costa, da CIP; Nuno Rogeiro, de «O Diabo», e Zita Seabra, da editora «Quetzal», responsável por este lançamento.

De certa forma, a cimeira presença de personalidades destacadas e experimentadas do anticomunismo português não foi um simples êxito da profusa distribuição de convites por correio azul. O que ela sobretudo indica é que a direita portuguesa, mau grado a sua aparente segurança, se vai dando conta da sua debilidade — ideológica, política, cultural e histórica — no novo contexto mundial, imperialista e neoliberal, de combate ao movimento trabalhador e popular, à democracia participativa, ao socialismo e ao comunismo.

Enesse quadro, exprime o voto, faz força por que novos livros e iniciativas prossigam esta obra, ultrapassando-lhe as suas claras limitações, e contribuindo para consagrar uma mais nítida aproximação e clarificação burguesas e imperialistas, que multifacetadamente barrem o caminho à convergência popular, democrática e patriótica.

As «Crónicas da crise comunista» são cerca de 350 páginas de irritação académica e de classe — mal brochadas, que de facto, facilmente se soltam e caem — sobre a vida do PCP, «escritas a quatro mãos» por quem pouco o conhece e muito o quer combater. Por quem até se queixa (!) de lhes serem inacessíveis os arquivos do PCP — e que entretanto sobre ele vai fazendo História... Que na História do PCP, o que conta são as ideias dominantes dos grupos sociais dominantes... As «provas» são apenas reforços(?) de argumentação que é conveniente invocar de longe em longe, designadamente nos momentos de exposição menos convincentes.

Nesta brevíssima apreciação do conteúdo destas «Crónicas», apenas será possível destacar seis dos seus mais importantes traços gerais:

● O PCP é um «Partido totalitário derivado» (p. 13), um «instrumento da política internacional» do PCUS (p. 14), de «vocação fidelíssima» (p. 18), «estrita vinculação ao centro [de comando] soviético» (p. 17); «formado para estabelecer em Portugal o modelo de sociedade que havia sido implantado na União Soviética» (p. 253), cuja «formação não faz sentido» sem o PC da URSS... (p. 306).

Será preciso comentar? Haverá algum antifascista a quem logo não acudam as velhas acusações pidescas e os acórdãos dos «Plenários»?

● A revolução democrática e nacional, que ainda chega a ser justamente referida como «o mapa que o partido comunista [letras minúsculas, claro...] usou para se orientar durante a revolução portuguesa» (p. 8), é depois sucessivamente apoucada como «síntese centrista» — leia-se, centro igual a URSS — (p. 26), como a via que «será posta em prática seguindo de perto o modelo checoslovaco» (p. 83), como «uma fase intermédia entre a revolução burguesa e a revolução socialista» (p. 101), ou ainda como o «elemento

fundamental» da «explicação da não-adoção por parte do PCP da opção eurocomunista» (p. 101)...

● O próprio 25 de Abril, antifascista e anticolonialista, uma revolução histórica nacional, uma das mais profundas e rápidas transformações da sociedade portuguesa, raramente ou nunca é apresentado como uma revolução (p. 9-?); é indefinidamente classificado como um «golpe militar» (p. 30), ou um «golpe de Estado» (p. 31), ou «um golpe de Estado militar» (p. 190); um «levantamento militar» (mas aqui citando o PCP (p. 108); «uma ruptura» (p. 139)...

O 25 de Abril não se lhes arruma claramente na cabeça!...

● Já as transformações nacionalistas, tantas vezes contra-revolucionárias e de fundo anti-socialista, que se verificaram na URSS e na Europa de Leste, essas, sim, são convertidas na «revolução russa de 1991» (p. 7), «revolução de 1989» (p. 234), «movimentos populares de 1989» (p. 253, 301), «revolução europeia de 1989» (p. 9, 310)...

● Quanto ao imperialismo e à sua crise, o livro é geralmente tão omisso que tudo parece indicar que a crise na criação de uma nova sociedade (socialista) possa apagar a crise final de outra (capitalismo/imperialismo)... E quando dele se fala, quando ele é «o processo que se tem verificado em toda a Europa Ocidental», é para sublinhá-lo como uma «derrota do PCP» (p. 153).

● Por último: como seria de esperar, este livro dá menos relevo à apreciação da vida e das iniciativas do PCP que à intervenção dos dissidentes que ao longo dos tempos, numa forma ou doutra, se vão opondo ao colectivo partidário. É como se a dissidência tivesse sido a mais profunda história do PCP.

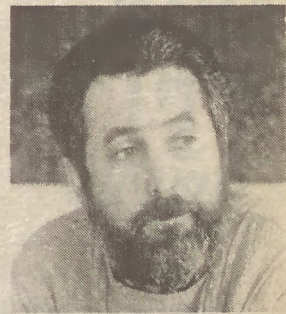
Na história antagónica dos homens, a história das ideias é sempre uma história parcial que acompanha uns e hostiliza outros. Cada livro escolhe sempre um campo e uma bandeira, por mais descolorida que seja. Este não optou pela análise cuidadosa do papel histórico desempenhado pelo PCP em grande parte do séc. XX, na resistência unitária antifascista e pela liberdade; na luta contra a guerra e a opressão coloniais; no combate à censura e ao obscurantismo; nas batalhas contra a exploração, os monopólios e os latifúndios; na defesa da democracia, da paz e da independência nacional, como vanguarda dos trabalhadores da cidade e do campo, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos civis e do povo fardado.

Diz um dos autores (V. R.) que, se «os comunistas portugueses são incapazes de formular respostas objectivas e eficazes (...) isto ocorre porque o PCP, continua refém do seu próprio passado!» (p. 124).

São opções. E são as opções que definem os homens e os seus movimentos. Que há partidos e homens que preferem ter experimentado um passado difícil de lutas ao lado do seu povo — mesmo quando ele lhes pode custar perseguições políticas e caluniosas acusações — que serem apenas escravos de mais-valias fáceis e bem servidas, mas de menos saudáveis e fecundas perspectivas históricas.



Leis eleitorais, memórias curtas e muita hipocrisia



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

1.

As teses e os argumentos - um único objectivo e muito fumo...

Um dos traços mais graves da actual ofensiva antide-mocrática do PSD é a tentativa de uma profunda e radical revisão da legislação eleitoral. Espaldado nos resultados eleitorais de 6 de Outubro, o PSD retomou as intenções e objectivos, há muito perseguidos e derrotados em 1991 pelo Tribunal Constitucional, de alterar o «núcleo duro» dos princípios eleitorais consagrados na Constituição da República, base essencial do regime democrático iniciado com o 25 de Abril.

Mas o grave, e novo neste processo, são as infelizes contribuições e estranhas convergências de forças da área democrática e de alguns que continuam a dizer-se de esquerda. Tudo secundado por abundantes prosas, em artigos de fundo ou em longas entrevistas de muitos bem pensantes e cronistas da nossa praça, da «esquerda liberal» à liberal «esquerda com futuro», que assim alegremente levam água ao moinho da direita. E se divergem as soluções e as propostas concretas para as alterações a efectuar nas leis eleitorais, há sem dúvida uma larga e significativa consensualidade, e mesmo identidade, em questões de fundo e na argumentação justificatória desenvolvida.

Três teses principais são argumentadas pelos adeptos da revisão das leis eleitorais:

- A monopolização da vida política do País pelos partidos
- A aproximação dos eleitos aos eleitores
- A estabilidade dos órgãos executivos: Governo e Câmaras Municipais.

Analisemos as teses e façamos uma breve reflexão sobre as diversas soluções propostas para «colmatar» os anunciados «défices» de cidadania, de «proximidade», de estabilidade.

Uma única é verdadeira e verdadeiro objectivo da direita, sendo as outras duas os «raminhos» que enfeitam a questão essencial: a do poder ao nível dos principais órgãos executivos do Estado português, Governo e Câmaras Municipais! Com uma minoria de votos obter confortáveis maiorias absolutas de mandatos e um determinante poder absoluto nos órgãos executivos.

Utilizando e manipulando problemas reais da vida política portuguesa, simplificando e anulando esquematicamente as diferenças de posicionamento social, forma e conteúdo da intervenção política, estrutura e programa, natureza e identidade dos partidos portugueses (todos igualizados a «aparelhos partidários»), falsificando o movimento real, complexo e contraditório, das forças políticas e sociais e dos cidadãos, confundido em geral com a imagem (muitas vezes desfocada e interesseira, e nunca neutra) transmitida pelos órgãos de comunicação social, com particular relevo para os *media* da imagem (visual/sonora) em directo, ao vivo (rádio e televisão), e sobretudo aniquilando a memória do já longo e acidentado percurso das instituições (formais e informais) políticas e sociais portuguesas, ao longo de todo o processo contra-revolucionário, fácil se torna extrair as conclusões, que se querem concluir!

Ocupemo-nos hoje da 1ª Tese.

2.

Quem determinou a monopolização da vida política portuguesa pelos partidos?

Um amplo e estranho leque político faz uma identificação «forte» e negativa deste problema: os partidos monopolizam a vida política. Esta tese começa no PSD que, recentemente, pela voz autorizada do ministro Dias Loureiro, defendia um sistema eleitoral em que «os partidos políticos não detenham o exclusivo da vida política» (1), atravessa o PS, o MDP, e termina, em afirmação categórica, nas Teses da Plataforma, «O regime político português está monopolizado pela instituição partidária» (2), e também «a coragem de romper com o monopólio partidário» (3)! Sublinhe-se a semelhança formal dos enunciados do PSD e da Plataforma de Esquerda (PE)!

Independentemente de justas críticas à «partidocracia» e do combate a uma «partidarização» absorvente da vida social, infiltrando de forma exclusiva as «divisões» e as «abordagens» partidárias em todas as tramas do tecido social, há que exclamar alto e bom som: «Santa hipocrisia,

como obscureces tu a memória das gentes?! Como é possível que a farsa da «monopolização pelos partidos da vida política portuguesa» seja encenada pelos seus autores?»

Vale a pena fazer alguma história a propósito da participação dos cidadãos na «coisa pública», no exercício dos seus direitos de cidadania, directa, ou indirectamente por via das múltiplas e diversas organizações que a Revolução de Abril pariu ou reformou, não confundíveis com partidos.

E cabe perguntar e pedir responsabilidades pela liquidação dos Conselhos Municipais. Foram o PS e o PSD que eliminaram do figurino orgânico do Poder Local esses órgãos, que asseguravam às organizações económicas, sociais, culturais e profissionais existentes na área do município uma representação e participação na gestão autárquica, numa vertente não partidária. As alterações realizadas estabeleceram o «monopólio partidário» sobre a vida municipal.

Cabe perguntar e pedir responsabilidades a quem obstatulizou e praticamente destruiu a riquíssima actividade das Comissões de Moradores, esse enorme potencial participativo e criativo das massas populares após Abril. Quem espartilhou a sua existência e funcionamento num molde legal, coarctando a espontaneidade e prontidão na resposta aos problemas das populações? Quem perseguiu e aniquilou os Conselhos de Aldeia, que se desenvolveram e tiveram particular importância em inúmeras freguesias do interior Norte e Centro do País, constituídas por um conjunto de aglomerados populacionais muito dispersos e isolados?

Tiveram particular responsabilidade neste processo de decapitação e «normalização» do movimento popular das organizações de moradores, em geral com uma forte dose de anticomunismo, o PS e o PSD, por vezes com a ajuda prestimosa de sectores esquerdistas.

Quem quer arrumar na prateleira da história as Comissões de Trabalhadores? Quem boicotou e negou ao longo dos anos o papel destas importantes estruturas dos trabalhadores no controlo de gestão das empresas, a sua intervenção na reorganização das unidades produtivas, a sua participação na elaboração da legislação do trabalho e de planos económicos e sociais, no gestão das empresas do Sector Empresarial do Estado? Quem tem marginalizado e substituído a sua acção? Sucessivos governos de direita do PS, PSD e CDS, com especial destaque para os governos do PSD/Cavaco Silva, além das tentativas da direita e do PS para «parlamentarizar, partidarizar e domesticar as Comissões de Trabalhadores» por via legislativa.

Mas também agora surgem os iluminados «refundadores da esquerda» a quererem «refundir» os objectivos das Comissões de Trabalhadores, ou mesmo pondo em causa a sua existência por representarem um pretensu «duplo canal» de representação.

Quem destruiu a Reforma Agrária e por esse meio liquidou a participação viva, criadora e produtiva dos trabalhadores agrícolas alentejanos no exercício de uma cidadania de corpo inteiro, económica, social e cultural? Os interesses e o ódio de classe dos ex-latifundiários, agora novamente latifundiários, interpretados na Assembleia da República e em sucessivos governos pelo PS, PSD e CDS?

Quem sistematicamente viola e afronta a Constituição da República e as leis, ao condicionar, limitar e constranger o legítimo exercício das suas funções aos representantes dos trabalhadores, dirigentes sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores, não hesitando no recurso à retirada de direitos e regalias económicas e com frequência mesmo ao despedimento? O patronato, acobertado no apoio e cumplicidade do poder político de direita. Recorde-se a existência de uma Inspeção Geral do Trabalho (4) tutelada pelo Governo e os porfiados esforços da direita na destruição das leis que protegem os direitos dos representantes dos trabalhadores. Esforços que culminaram no gravoso pacote laboral do Governo e da maioria parlamentar do PSD. Mas convém não deixar na sombra nesta matéria as enormes responsabilidades do PS, em particular quando foi governo, sozinho ou em aliança com os partidos de direita.

Quem transformou a CIP, a CAP, a CCP e mais meia dúzia de associações «amigas» com maior (real) ou menor (nula) representatividade, em monopolizadoras das relações institucionais e das opiniões dos diversos sectores de actividade económica, em beneficiários e intermediários quase exclusivos de milhares e milhares de contos de fundos comunitários e do Orçamento de Estado, reservando-lhes larga fatia dos espaços televisivos e de outros órgãos de comunicação social públicos, com exclusão da CNA, da CONFECOOP, da CPME, da própria CONFAGRI e de outras Confederações e Federações? Um papel principal nesta estranha defesa da «unicidade» de representação das organizações socioeconómicas cabe ao PSD, que utiliza os mecanismos do poder e, em particular, as verbas comunitárias, para aquele abusivo, antidemocrático e inconstitu-

cional posicionamento do Estado face à sociedade civil.

Quem marginaliza, subestima e quantas vezes exclui o papel de milhares e milhares de pequenas e grandes colectividades populares, de associações socioprofissionais, culturais, desportivas, de uma intervenção mais intensa, dentro da sua área de actividade, nas «coisas públicas»? Quem procura instrumentalizá-las e partidarizá-las através dos dinheiros do Estado? Quem lhes veda uma presença mais frequente na comunicação social pública?

Quem prosseguiu ao longo de todos estes anos uma evidente estratégia de partidarização da vida associativa estudantil, insistindo numa reprodução nas escolas das legítimas expressões político-partidárias juvenis? (Quem desde sempre contrariou essa situação?)

Quem liquidou a gestão democrática dos estabelecimentos hospitalares? Quem quer liquidar a gestão democrática das escolas? Quem substituiu uma e quer substituir a outra por uma gestão governamentalizada, partidarizada, por via dos gestores «profissionais» com cartão do PSD, para lá de uma retoma de uma estrutura de administração hierarquizada e centralista, por oposição à necessária descentralização e democratização com uma plena intervenção dos professores, dos cidadãos, das comunidades locais?

A resposta é sempre a mesma: a direita, hoje com perfeito desempenho pelo PSD e pelo Governo, do Professor Cavaco Silva, infelizmente seguida em alguns daqueles aspectos pelo PS e outras forças da área democrática.

3.

A hipocrisia dos que falando da participação dos cidadãos independentes lhes negaram ontem e negam hoje direitos constitucionais!

A participação directa dos cidadãos na vida política do País, sem querer aqui e agora retomar as velhas polémicas sobre a «democracia directa», é certamente um aspecto nuclear de uma concepção autêntica e integral da democracia nas sociedades. É essa a opinião dos comunistas. Assim a tem entendido o PCP na teoria e na prática.

Não tem sido esse o entendimento de muitos ou alguns dos que agora argumentam com «a monopolização da vida política pelos partidos» para sustentarem as suas propostas de revisão das leis eleitorais. Daí que muitas das lamentações sobre as altas taxas de abstenção nos actos eleitorais, ou o crescente desinteresse dos cidadãos pela «coisa pública», sejam lágrimas de crocodilo e a encenação com que encobrem o objectivo, bem mais comezinho, de uma garantia de «poder absoluto», à margem dos resultados dos actos eleitorais e da intervenção dos cidadãos.

Muitos são os factos, os procedimentos e as posições que denunciam a falsidade e a hipocrisia dos seus discursos. Lembremo-nos da brutal redução do número de eleitos autárquicos que significou o afastamento prático de milhares de cidadãos com, mas também sem, partido, de uma participação directa na vida das suas autarquias. Legislação da autoria do «bloco central» PS/PSD!

Recorde-se o esforço incansável do PSD na alteração da legislação eleitoral sobre as siglas e símbolos das coligações eleitorais, obrigando-as ao uso exclusivo e único das siglas e símbolos dos partidos componentes, negando a realidade irrefutável de milhares de cidadãos independentes, nas listas de candidatos das referidas coligações, que não se reconhecem nos partidos coligados e que alteram necessariamente a natureza exclusivamente partidária das coligações. Não era e não é, como repetidamente afirmámos, por receio de dificuldades eleitorais que o PCP admitia a ausência do seu símbolo e sigla na identificação das coligações em que participava: era o reconhecimento da evidente presença desses cidadãos que, não querendo assumir uma identidade partidária (nem a do PCP nem a de outros partidos), encontravam nessas listas, em que o PCP

EM FOCO



estava, o caminho para um exercício cívico e político, que de outra forma lhes era negado.

Outro aspecto desta problemática, que põe completamente a nu a notória falta de escrúpulos políticos do PSD, é o que se tem passado com o exercício do direito de Petição.

Recorrendo ao espantoso do Regimento e cerceando a disposição dos deputados de outros partidos de debate e resposta concreta (legislativa, fiscalizadora, etc.) aos petiçãoários, o PSD, manifestando um profundo e antedemocrático desprezo pela vontade e direitos dos cidadãos, tem desvalorizado e esvaziado o conteúdo daquela figura constitucional. As petições de milhares e milhares de portugueses, depois de uns meses de espera e de um «nada obsta» da Comissão de Petições, são «arrumadas» a grande velocidade com uma intervenção de quatro minutos por partido no Plenário da Assembleia da República, a que se segue o inevitável arquivo no (cesto dos papéis do) Arquivo Parlamentar! Assim se dá cumprimento formal e se viola materialmente uma garantia constitucional de participação directa e «por fora» dos partidos, dos cidadãos na «coisa pública». (5)

4.

Quem quer esquecer as condições políticas e materiais do exercício de cidadania?

O que hoje alguns «teóricos» esquecem ou fazem por esquecer, quando criticam «o domínio exclusivo do sistema político pelos partidos» (6), a «expropriação da cidadania» (7) ou a «autêntica expropriação do poder que deveria pertencer aos cidadãos» (8) realizada pela «eficácia da política profissional» (9) dos partidos, é o que faz «pinchar a bola» do activismo ou da simples participação, política, social e cultural.

Em primeiro lugar, a criação pelo PSD e pelas suas «cliques», pelo grande patronato, pela alta administração pública, pelos autarcas de direita, de um clima nos locais de trabalho, na vida quotidiana, inibidor e hostil à afirmação plena e integral da cidadania, seja na assunção de uma identidade e militância partidárias de esquerda, seja no exercício de qualquer actividade de representação sindical ou social, seja na prática, que devia ser tão natural como respirar, da crítica política e da acção fiscalizadora sobre os órgãos do aparelho de Estado.

Basta lembrar os obstáculos à promoção profissional, ou o arrumar na prateleira dos que não são da «cor», quando não, a intimidação e o despedimento. Basta reconhecer o que todos sabem e poucos afirmam em voz alta: muitos portugueses têm hoje, novamente, medo de afirmarem o seu partido, exercerem um cargo sindical ou dizerem em público muito simplesmente onde votaram. Isso pode custar-lhes o emprego!

Em segundo lugar a exiguidade de tempos livres, que uma prolongada jornada de trabalho (biscates, horas extraordinárias, 2º emprego, etc.), provocada pela pressão crescente que a satisfação das necessidades familiares (alojamento, alimentação, etc.) exerce sobre as classes assalariadas cujos rendimentos salariais correspondentes à jornada de trabalho normal, se mostram insuficientes. Assinale-se que a desigualdade progressiva verificada na distribuição do Rendimento Nacional, evidencia que os ganhos de produtividade e o crescimento económico dos últimos anos, tem beneficiado o capital, com reduzidas vantagens para o trabalho, segundo uma vincada política de classe.

Isto sem falarmos agora do espicaçar e desenvolver de necessidades pelo «consumismo», injectado por uma publicidade agressiva e mentirosa, pela «oferta» insidiosa de mercadorias pelas grandes superfícies (hipermercados), a par da promoção de valores e regras sociais (sucesso e êxito, competitividade e concorrência) que dificultam, e mesmo frustram, o desenvolvimento das necessárias solidariedades, fraternidades, no trabalho, na escola, na vizinhança. A falta de tempo das classes trabalhadoras para a «política» (para a «coisa pública», para o partido, para o sindicato, etc.) é, claramente, um dos aspectos mais perversos a que conduziu o processo contra-revolucionário e a que os governos de Cavaco Silva deram uma decisiva contribuição pela punção efectuada sobre os seus rendimentos e a desregulamentação e precarização de relações estáveis de trabalho.

Uma situação com uma forte marca de classe, porque as classes possidentes encontraram forma de desenvolver significativamente o seu exército (profissional) político!, reforçado com o forte crescimento do clientelismo (e da

corrupção), animado pelo volume e «facilidade» dos dinheiros comunitários.

Em terceiro lugar, cabe sublinhar o papel extremamente negativo que os grandes órgãos de comunicação social, com particular destaque para a RTP, em geral sujeita ao controlo e instrumentalização pelos partidos no poder (PSD, PS, CDS), desempenharam na absorção absolutizante da vida política pelos partidos e pelo exercício do poder. Com algumas honrosas e raras excepções, afunilaram a vida política na actividade dos governos (e nos últimos anos sobretudo nos passeios e inaugurações dos ministros), desvalorizaram a Assembleia da República (quantas vezes sublinhando a imagem negativa propagandada pela direita), insistiram (e insistem) numa bipolarização partidária artificial, empobrecedora e negada pelo real quadro político português, forçaram uma personalização excessiva do protagonismo político (bem ao jeito da actual e mediática forma de «aproveitar» a política), realçaram dos partidos fundamentalmente as suas querelas internas, privilegiaram o espectáculo da política e a política do espectáculo. Simultaneamente apagaram e minimizaram fortemente todo um outro conjunto de manifestações políticas, sindicais, cívicas, culturais, sobretudo quando constatarem sinais de hostilidade para com o poder, como acontece hoje com a luta dos trabalhadores e a luta social em geral.

A comunicação social, insiste-se, particularmente a RTP, tem hoje o enormíssimo poder de dizer se determinado acontecimento político existiu! E determina, portanto, da própria eficácia da acção cívica ou política dos cidadãos.

5.

O que faz a diferença hoje em Portugal, não são os partidos, mas o regresso dos Melo, Champalimaud, Espírito Santo...

O que esses pensadores da «esquerda» à direita pretendem fazer esquecer ou deixar de reconhecer é o resultado (e a própria existência) do processo contra-revolucionário: a liquidação do «reino da liberdade e da democracia» que as portas de Abril abriu. Pafs em que os trabalhadores e o povo se sentiam senhores do seu destino, em que se vivia com entusiasmo revolucionário, fraterno e solidário a construção de um Portugal liberto da opressão e da exploração! Em que participar significava construir. Em que intervir queria dizer poder decidir da «coisa pública»! O que não querem reconhecer é a verdade do axioma político, sempre enunciado pelo PCP: a liquidação das conquistas económicas e sociais da Revolução (nacionalizações, Reforma Agrária, direitos dos trabalhadores, etc.) e a reconstrução de velhos e novos grupos económicos, de restauração do poder monopolista e da soberania todo poderosa do dinheiro, caminhará a par das restrições, violações e retrocessos na democracia política e social. O que não querem reconhecer é a evolução profundamente negativa da correlação de forças sociais e políticas determinadas pelo posicionamento do PS, que culminou na maioria absoluta e confirmação no poder do PSD e Cavaco Silva em 1987. Maioria e poder solidificados desde então por uma estratégia cega e anticomunista do PS, que o vai fazendo mudar cabeças em vez de mudar de estratégia!

É evidente que para quem da situação política tem a avaliação superficial e ligeira de que o problema é o rótulo do Governo de Cavaco Silva, «liberal», «exclusivamente de direita», «thatcheriano» ou, de preferência «tendencial-

mente de direita com compromissos ao centro», ou de que é um governo «com preocupações sociais» (10), ou de que «o «cavaquismo» resultou da política parlamentar em época de crise económica» (11), não terá outra saída para explicar o desânimo e o desinteresse dos cidadãos que não seja «a monopolização», os «aparelhos partidários» e outras fraseologias e slogans. Quem não questiona o estado de «liberdade» e de «democracia», da sociedade, os

baixos níveis de satisfação das necessidades das portuguesas ou os avanços do grande capital; quem diz ser preciso aceitar pragmaticamente a realidade em que vivemos, «as novas realidades» (a reconstrução dos grandes grupos económicos, o fim da Reforma Agrária, o pacote laboral, ...) e considera inútil a oposição política e social a essas «novas» (?) realidades; quem não quer responsabilizar o PS para responsabilizar outros e no essencial o PCP (ou dividir salomonicamente as responsabilidades) pela situação a que se chegou, inevitavelmente será remetido ao chavão.

Aliás, é muito estranho que quem tinha da vida política a visão estreita da participação cívica dos cidadãos reduzida ao acto de votar e da intervenção dos partidos a paupérrima e redutora perspectiva de uma absolutizada actividade parlamentar e institucional, olhando o movimento de massas como um instrumento útil ao serviço da promoção de umas quantas inteligências bem pensantes e bem falantes, venha agora clamar que «a esquerda que faz falta» é «uma esquerda que rompa com o monopólio partidário e parlamentar das relações entre os cidadãos e o poder». (12)

Tarde pia quem acusava o PCP de subestimar o Parlamento, quem fazia dos resultados eleitorais o supremo critério de aferição da justeza das táticas e estratégias partidárias, quem tanto valorizava a «imagem mediática» e a «forma renovada» da intervenção política como caminho essencial para a obtenção de mais votos... mais deputados, mais lugares nos órgãos de poder! Afinal há outras coisas importantes na vida política, na vida dos partidos! Mas antes tarde do que nunca.

(1) Entrevista de Dias Loureiro no «Encontros DN», Diário de Notícias de 28 de Março de 1992.

(2) Tese 1 do sumário das «Dez Teses para uma esquerda com futuro», da Plataforma de Esquerda, Contacto, nº 1 de 20 de Fevereiro de 1992.

(3) Tese 6, idem.

(4) Independentemente do trabalho sério e criterioso de muitos profissionais da Inspeção Geral do Trabalho;

(5) Retenha-se a notícia publicada no Diário de Notícias de 23 de Abril de 1992: «Mais de cem petições dos cidadãos à Assembleia da República, das quais 16 deram entrada ainda durante a anterior legislatura, aguardam em monte a hora de serem apreciadas pela primeira vez para serem admitidas ou rejeitadas.» «De facto, desde o início da presente legislatura, deram entrada na Assembleia da República 94 petições. Destas, apenas sete foram admitidas, ou seja, foi verificado pelos técnicos de apoio às comissões que o podiam ser. Mas nenhuma delas foi ainda distribuída a qualquer dos deputados membros da Comissão de Petições para que elabore o respectivo relatório e seja dada resposta aos petiçãoários.»

(6) Artigo de JBMoura no Público de 29 de Janeiro de 1992.

(7) Tese 6, idem.

(8) Artigo de JBMoura, idem.

(9) Tese 6, idem.

(10) Conforme os dados do Banco de Portugal (1990) e apesar da recente e ténue progressão dos salários reais, estes encontram-se em 1990 ao nível de 1974, bastante abaixo dos valores registados em 1975 e 1976, e mesmo inferiores a todos os valores verificados entre 1976 e 1983. A produtividade progrediu regularmente entre 1974 e 1990, a um ritmo que, ultrapassando em 1981 os salários, se afasta a partir de então da linha de evolução destes, verificando-se um desnível máximo em 1990.

(11) Consideração de JLJudas na entrevista no «Encontros DN», Diário de Notícias de 4 de Janeiro de 1992.

(12) Tese 7, das «11 Teses para uma esquerda com futuro», Contacto, nº 2, de 20 de Março de 1992.

(13) Tese 7, idem.

CONSTRUIR A FESTA

**Todos
ao
trabalho!**

Jornada de trabalho na Atalaia a 16 e 17 de Maio



A primeira Jornada de Trabalho de carácter geral, preparatória da edição deste ano da Festa do «Avante!», é nos próximos dias 16 e 17 de Maio, ou seja, no fim-de-semana imediatamente a seguir ao próximo.

Carpinteiros, electricistas, serralheiros, montadores de tubo, canalizadores, pintores, ou mesmo gente sem formação específica mas com imensa vontade de ajudar a construir a «festa!», devem contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia. Assim se facilita a organização dessa Jornada de Trabalho para evitar os eventuais e sempre aborrecidos tempos mortos que de outra forma mais facilmente ocorrerão.

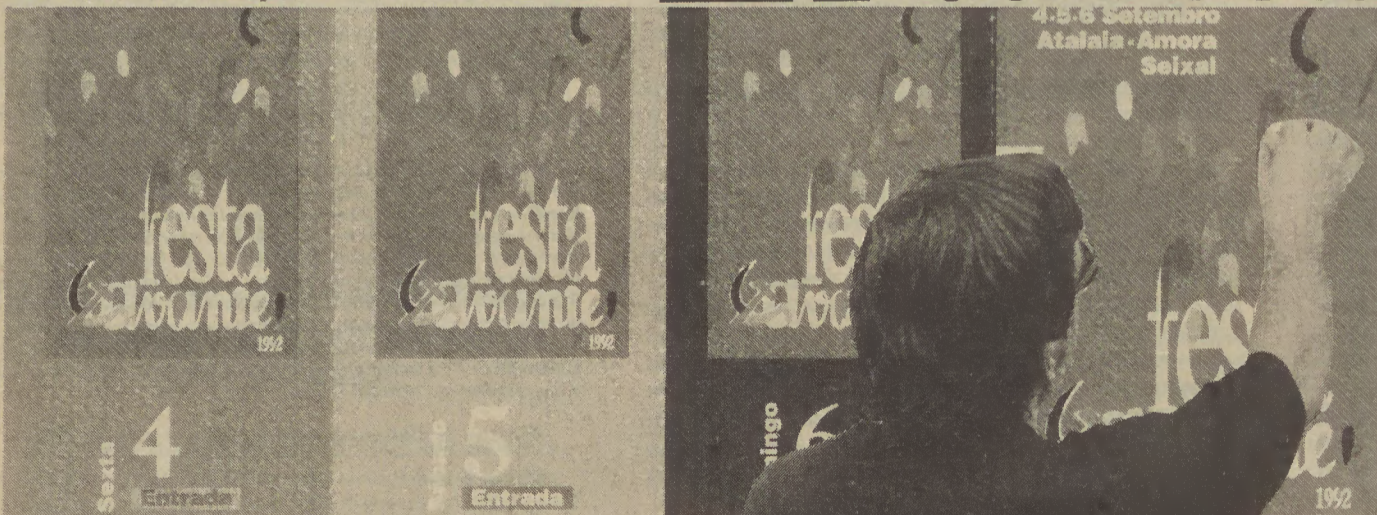
Esta primeira Jornada de Trabalho de carácter geral não significa que esteja tudo por fazer no terreno da «festa!». Mal andaríamos se assim fosse... Por exemplo, no fim-de-semana que começa depois de amanhã, haverá uma das muitas jornadas de trabalho específicas que têm vindo a efectivar-se de há alguns meses para cá, com o objectivo de terminar acabamentos em sanitários em construção.

Hoje decorre em Lisboa uma reunião nacional da organização da Festa do «Avante!» onde os múltiplos pormenores a ela ligados estarão em discussão, mas, nesta altura do ano, é natural que dela ressalte um apelo às organizações para a necessidade de reforçar a venda da EP (o único seguro de vida da «festa!») e para uma melhor organização e aumento de participação dos amigos e camaradas que generosamente ajudam, como é tradicional, a construir «a cidade dos três dias», nomeadamente neste tipo de Jornadas de Trabalho como aquela que a 16 e 17 de Maio se realiza.

Prioridade absoluta na preparação da Festa do «Avante!» deste ano é resolver esta questão: aumentar substancialmente o número de EPs - Entradas Permanentes na «festa!» - vendidas antecipadamente. Aqui se faz um apelo a todas as organizações do PCP para começarem desde já a apelar a todos os militantes para dinamizarem a compra e venda de EPs. É preciso definir metas e objectivos a atingir, discutir a forma de cumprir esses objectivos, ir mais longe, muito mais longe do que alguma rotina eventualmente estabelecida nos últimos anos permitiu alcançar.

Não se trata de uma questão menor. Já na semana passada dissemos aqui que só um bom resultado de vendas antecipadas de EPs facultarão atempadamente os meios necessários ao Partido para concretizar todos os com-

EP O seguro de vida da Festa do «AV!»



plexos (e dispendiosos) trabalhos preparatórios da «festa!».

É pois uma questão política da maior importância que todos temos de considerar. É que a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização da Festa do «Avante!», desta importante iniciativa política e cultural, resulta precisamente da venda antecipada das EPs. A receita assim obtida funciona como *seguro de vida* da própria «festa!».

A compra antecipada da EP é também um gesto de solidariedade para com esta iniciativa que mobiliza tantos milhares de pessoas.

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país ou nas mãos de dezenas de milhar de activistas.

Mesa-redonda em vésperas de Encontro Nacional do PCP

Os caminhos do Associativismo

«Contribuir para a análise da situação, dos problemas e das potencialidades actuais do movimento associativo» é, nas palavras de Carlos Rabaçal, da Comissão Executiva Nacional do PCP, o objectivo central do Encontro Nacional sobre o Associativismo, promovido pelo PCP e a realizar dentro de duas semanas. Para falar do assunto, organizámos uma conversa à mesa com membros do Grupo de Estudos sobre o Movimento Associativo e Popular do PCP, que integrou, além de Carlos Rabaçal, seu responsável directo, os camaradas Augusto Flor, por Setúbal, José Maria, pelo Porto, Leonor Barão, por Lisboa/Cidade, Euclides Pereira, por Lisboa/Distrito, e o dirigente associativo Victor Agostinho, que está à frente da «Voz do Operário», em Lisboa.

Embora o tema da conversa fosse o associativismo em geral, os nossos interlocutores abordaram-no em duas direcções: a das realidades com que cada um lida, e na perspectiva do próximo Encontro Nacional do PCP sobre a matéria. Carlos Rabaçal, aliás, completaria logo de entrada a sua explicação sobre os objectivos do Encontro, dizendo que com ele se pretende «formular um conjunto de propostas e sugestões de acção que constituam um contributo dos comunistas para o desenvolvimento, fortalecimento e afirmação do associativismo na sociedade portuguesa», bem como «melhorar a acção organizada do Partido nesta área e contribuir para o trabalho preparatório do XIV Congresso». Mais à frente retomaria o tema, mas entretanto José Maria falava do associativismo no Porto:

«Há cerca de dois anos que damos uma atenção particular a esta área, tanto na cidade como no Distrito do Porto, onde o movimento associativo tem um peso muito grande, sobretudo no Grande Porto (Porto, Gaia, Matosinhos e Gondomar, com cerca de 1500 associações). Assinale-se que o associativismo no Porto, para além da prática e das actividades de cultura, desporto, recreio, juventude, infância, etc., tem grande intervenção na resolução dos problemas da população, sobretudo o habitacional. Quanto ao Partido, assinale-se igualmente uma maior compreensão para esta área de trabalho, que hoje é discutida regularmente nas Concelhias, para além da DORP, onde existe um Grupo de Estudos para esta questão. Fruto dessa atenção do Partido, temos vindo a realizar uma série de reuniões e contactos com as associações em geral, discutindo, nomeadamente, o Projecto de Lei do PCP. Quanto ao



Victor Agostinho

Augusto Flor

Encontro Nacional do Partido, estamos a preparar a nossa intervenção».

Os frutos imediatos

Leonor Barão falou por Lisboa:

«Também estamos a dar atenção a esta questão. Desde o último Congresso foi constituída uma Comissão do Movimento Associativo da Cidade de Lisboa e neste quadro já foram realizadas duas grandes reuniões. Uma delas - um encontro aberto a todas as estruturas do movimento associativo da cidade - teve uma participação de 200 pessoas e como tema «O PCP no desenvolvimento desportivo da cidade». Note-se que existem 400 estruturas associativas só na capital, dando um forte contributo na ocupação dos tempos livres da juventude e no apoio a necessidades específicas das populações, como balneários públicos».

Mas a chegada do PCP ao executivo camarário da capital deu frutos quase imediatos, nesta área:

«Desde que o Partido tem responsabilidades no

pelouro do Desporto da CML, as estruturas do movimento associativo viram alguns dos seus graves problemas resolvidos, nomeadamente a reparação de instalações, a criação de espaços desportivos, arranjo de instalações, balneários, etc. - em suma: a criação de condições concretas para a prática do desporto na cidade. A nossa actividade tem-se pautado por uma ligação estreita entre a autarquia e o movimento associativo, particularmente através do pelouro do Desporto e das Freguesias. Pena é que na área cultural persistam as preocupações, pois continua a não existir um envolvimento das estruturas associativas na vida cultural da cidade».

As dificuldades da formação

Victor Agostinho, dirigente associativo sobejamente conhecido (dirige a «Voz do Operário», em Lisboa), derivou para o «saber de experiência feito»:

«Uma componente muito importante do movimen-



José Maria

Leonor Barão

to associativo é a da solidariedade social, uma frente associativa onde ainda não estamos muito à vontade mas onde também estão a ser dados alguns passos. É grande a importância destes movimentos associativos, envolvendo já um enorme número de profissionais e milhares e milhares de pessoas que usufruem os seus serviços. A grande dificuldade destas estruturas de solidariedade social (e do movimento associativo em geral) é a formação, quer dos dirigentes associativos, quer dos trabalhadores a elas ligados. Entretanto para se aquilatar da reconhecida importância deste sector, veja-se o Encontro Internacional sobre Economia Social, realizado há dias na FIL sob patrocínio da Comunidade Europeia».

E concluiu, retomando o Encontro Nacional do PCP:

«A organização do nosso Encontro criará condições para que os membros do Partido que dão o seu contributo nesta área se sintam melhor acompanhados no trabalho que prestam nestas organizações e contribuam mais activamente para a definição de uma linha de actuação dos comunistas».

Contra o «salve-se quem puder»

Euclides Pereira continuou a abordagem do Encontro Nacional do PCP sobre Associativismo, afirmando:

«Creio que este Encontro deveria abordar uma questão importante: a da necessidade de nós, comunistas, debatermos as formas de contrapor a esta política do «salve-se quem puder» que este Governo vem desenvolvendo (incutindo no espírito das pessoas e, sobretudo, dos jovens, o egoísmo e o individualismo) os princípios da generosidade, do amor à cultura, do horror à ignorância, da solidariedade. O movimento associativo é um espaço importante para defendermos, na prática, estes valores. Isto liga-se a uma outra preocupação, que é a da participação das pessoas. Também aqui o movimento associativo constitui uma boa área, não apenas para que os cidadãos usufruam o que ele lhe pode dar, mas para que participem na sua gestão, funcionamento e dinamização, havendo igualmente necessidade de ganhar o movimento associativo para a cooperação entre si. O Encontro devia aprofundar estas questões. Entretanto no plano do Partido ouve-se dizer que há dificuldade em arranjar gente para as direcções das colectividades, nomeadamente comunistas. Eu digo: o problema não é tanto levar militantes para lá, mas ganhar os que lá estão (e são muitos) para encontrarem no Partido o espaço indispensável para a discussão dos seus problemas, um espaço onde as suas

opiniões sejam consideradas e tidas em conta na actuação mais geral do nosso Partido».

As relações directas

Também do Encontro falou Augusto Flor, na perspectiva do Distrito de Setúbal:

Neste momento já é notória a maior importância que a Organização dá a esta frente - nomeadamente nos relatórios e projectos de conclusões apresentados por duas grandes organizações do Partido que vão realizar as suas Assembleias no mês de Maio (Barreiro e Almada), onde já se nota, nesta fase de preparação, uma maior sensibilidade às questões do movimento associativo.

Quanto à preparação do Encontro, a DORS estabeleceu uma linha de acções diversificadas, que passa por discussões e análises do movimento associativo ao nível de Freguesias e Concelhias, por encontros com associações e, ainda, colocando o movimento associativo como ponto central da sua reunião de 16 de Maio próximo. Nestas reuniões irão participar membros dos Grupos de Estudos.

Acrescente-se que encaramos hoje a participação no movimento associativo numa forma, digamos, não tradicional, ou seja: entendemos que essa participação não se deve limitar às relações do Partido com os militantes que participam no movimento associativo, estando, por isso, o próprio Partido a estabelecer relações directas com as associações.

O Governo que cumpra!

Finalmente Carlos Rabaçal rematou a nossa conversa sobre o associativismo:

São novos os tempos, novas as necessidades e interesses, o que exige o estudo de novas soluções. O Partido está empenhado neste contributo.

Entretanto, o Governo e o PSD estão empenhados no contrário, ou seja, em destruir as expressões organizadas das populações que levam ao convívio, à solidariedade, à vida colectiva, ao exercício da democracia participada e à intervenção directa das populações na definição das políticas culturais, políticas, sociais, etc. Daí a relação e actuação do Poder Central e de algum Poder Local para com o associativismo não ser de apoio e estímulo, quanto muito serão de instrumentalização política. Não há critérios de apoio, a fiscalidade agravou-se, o mecenato não resolve nenhum problema, o



Euclides Pereira

Carlos Rabaçal

estatuto de utilidade pública é insuficiente e desfasado das realidades, continua a não haver um estatuto social do dirigente associativo, criando-se imensas dificuldades à participação dos cidadãos na actividade associativa. Em suma: o Poder Central não tem uma postura correcta face ao movimento associativo, compatível com o seu notável trabalho pelo desenvolvimento do País.

Quanto a nós, comunistas, defendemos uma concepção de grande autonomia do movimento associativo face aos poderes constituídos - e essa autonomia é uma característica intrínseca do nosso movimento associativo. O que se exige ao Governo é que cumpra as suas responsabilidades face ao movimento associativo, aliás, como está constitucionalmente consagrado.

Importa dizer que o Partido está a olhar com grande apreço para o trabalho desses camaradas que participam activamente no movimento associativo, e está a fazer todos os esforços no sentido de criar condições para que esses camaradas participem também activamente na vida colectiva do Partido.

O pôr do Sol, a Oriente

■ Manoel de Lencastre

No chamado império do Sol nascente emergem sombras assustadoras e dolorosas. Pode comparar-se a um terramoto de proporções devastadoras o que, nos últimos meses, tem acontecido em Tóquio. E as preocupações da comunidade mundial causadas pelo inquietante resvalar dos mercados financeiros japoneses acham-se perfeitamente justificadas.

O descalabro da Bolsa colocou sob directa ameaça a posição dos Bancos nipónicos cujas estruturas de capital se baseiam, principalmente, nos respectivos «portfolios» de acções. A base do capital dos Bancos acha-se em perigo, conseqüentemente, e a instabilidade da sua situação financeira apareceu clara diante do mundo inteiro quando o valor desse capital representado por acções em companhias e corporações caiu em 40%, numa conjuntura onde o preço das propriedades reais descera também em mais de 30%. A isto, não é possível, com verdade, chamar-se menos do que um terramoto.

Era impressionante o poderio, era electrizante a actividade dos Bancos japoneses durante os anos 80. Na City, em Londres, estabeleceram-se para dominar o mercado. Empréstavam contra hipotecas a todos os níveis do sector das propriedades. O cidadão simples queria comprar uma casa? Dispunha dum vasto leque de instituições financeiras para a escolha do seu empréstimo e, entre elas, as do Japão, cuja oferta se sobrepunha à dos Bancos franceses, alemães e americanos. A propriedade comercial prosperava. Um Banco britânico, por exemplo o NatWest, oferecia um

Bank já perdeu 145 biliões de yen, o Industrial Bank of Japan, 98,5 biliões, o Fuji Bank, 96,4 biliões. Se o «Nikei» descer abaixo dos 15.000 pontos, quase todos os Bancos, e, principalmente, o «Dai Ichi Kangyo», o Sakura, o Sumitomo, o Fuji, o Sanwa e o Mitsubishi, verão os seus capitais em queda abaixo dos 8% requeridos pelos acordos internacionais da Basileia (1987) e o desastre estabelecer-se-á. O Sakura, para já, é o mais vulnerável.

Do ponto de vista japonês, é preciso, portanto, recorrer a medidas de emergência que restaurem a base do capital dos Bancos. Essas medidas, contudo, poderão trazer consigo a inevitabilidade dum desastre económico. Já se sufoca o acesso ao crédito. Diz-se que as principais empresas nipónicas carecerão de refinar empréstimos correntes cujo valor ascende a 100 biliões de dólares e quase todo esse dinheiro, como é evidente, deverá obter-se, em princípio, no sistema bancário do país. Mas onde se encontrarão os necessários fundos? As dívidas incobráveis aos Bancos parece que já constituem o melhor de 20 triliões de yen e, no Mitsubishi Trust, no Sumitomo Trust, no Yasuda, esas dívidas incobráveis sobem a valores superiores em 5% aos dos respectivos activos em balanço. Já se sabe que as dívidas incobráveis reduzem os resultados do sistema bancário, deprimem a possibilidade da retenção de reservas e impedem a formação interna de novos capitais.

Diz-se em Tóquio que a Primavera de 1993 será gélida e cruel. Não deixará esperanças a ninguém. A «Nissan» viu o seu crédito baixar de nível, recentemente, dado que as

afastando-se do local da batalha, procura refúgio em paragens desconhecidas. Esta é uma situação que nem os almirantes de Trafalgar, Nelson e Collingwood, se cá voltassem, seriam capazes de resolver.

A falência do grande homem de negócios australiano (inglês, de nacionalidade) Mr. Alan Bond foi oficialmente declarada a 14 de Abril. Entretanto, as acusações criminais de que é objecto continuam sob investigação. A «Bond Corporation» e a sua vasta rede de empresas associadas e subsidiárias controlavam cadeias de jornais, estações de TV, grandes fábricas cervejeiras como a «Castlemaine XXXX» e a G. H. Heilemann (USA). O tribunal de Perth confiscou a Mr. Bond o respectivo passaporte. Proibiu-o de possuir um carro de valor superior a 2500 dólares australianos e de realizar compras a crédito por somas superiores a 500 dólares. Já lhe venderam a mobília.

O grande Asil Nadir, em Londres, um dos favoritos de Margaret Thatcher, sabemos que se acha confrontado com 60 acusações de roubo e de falsas declarações contabilísticas. O imenso George Walker foi destituído de todos os cargos que desempenhava na sua empresa, a «Brent Walker». Quando a Robert Maxwell...

Estes eram todos grandes capitães nos famosos anos 80. Dizem-nos que o custo das aventuras dos capitães da modernidade, em ambos os lados do Atlântico, não deve andar longe dos 400 biliões de dólares, uma soma que não é inferior ao déficido orçamento dos Estados Unidos.

«Olympia & York», a maior empresa do mundo no sector da construção e das propriedades, os grandes empreiteiros no megalómano projecto do complexo conhecido como «Canary Wharf» nas antigas docas de Londres, é também proprietária de muito do que é verdadeiramente grande no centro de Nova Iorque. Tudo bem, como se diz em Português moderno. Mas, a grande «Olympia & York», com sede em Toronto, informou os seus 91 Bancos de que não se encontra em condições de fazer frente aos £7 biliões, iguais a 15 biliões de dólares canadianos ou a um bilião e 750 milhões de contos portugueses, que lhes deve. Eis mais uma gigantesca falência na qual alguns Bancos internacionais serão inevitavelmente arrastados e, em primeiro lugar, os canadianos.

Num próximo trabalho, desenvolveremos este espantoso assunto que, de momento, como que paralisa a acção da Banca internacional. E compreensivelmente. Neste momento, a famosa «O & Y» apenas roga que lhes arranjem um novo empréstimo de mais £110 milhões para que possa gerir-se no dia-a-dia. Já não se trata de dinheiro para trabalhar. É só para adiar o último suspiro.

A extraordinária situação internacional em que nos en-

contramos será, com efeito, para fazer-nos rir ou para fazer-nos chorar? Vejamos o que disseram certos influentes meios britânicos sobre o que se está passando na Alemanha:

«Os políticos alemães, tendo pago um preço exorbitante pela aquisição da Alemanha de Leste, seguiram as regras tradicionais e transferiram para os consumidores os respectivos custos. Mas, estes, que tão entusiasticamente haviam votado pela reunificação, revoltam-se agora perante a enormidade da factura. Para nós, britânicos, dantes conhecidos como «os homens doentes da Europa» será preciso possuímos um coração de pedra para não desarmarmos rindo às gargalhadas.»

E do peito de quem assina este papel, um filho e um amigo da Humanidade simples e sofridora, olhando o triste mundo que é o nosso e calando, ainda, uma vontade enorme de rir a bom rir face ao monumental espectáculo que se nos depara, um grito brota, verdadeiro:

Comunistas! O espectro da falência abateu-se, finalmente, sobre todos os grandes centros do imperialismo! Trabalhai unidos! Explicai a realidade aos povos! A vitória já é vossa!



valor «x» como empréstimo sobre uma determinada fábrica ou armazém. Logo aparecia, suponhamos, o Chemical Bank, atribuindo à transacção uma cotação superior. Depois, os japoneses ultrapassavam tudo e todos e eram eles quem acabava por realizar o negócio. Como resultado, caíram todos no fosso que eles próprios criaram e, agora, os armazéns estão vazios, as lojas estão para alugar, as fábricas abandonadas, os trabalhadores no desemprego. Tudo faliu. Os Bancos desapareceram.

Já, praticamente, não há japoneses na City. Contudo, continuam a deter importantes blocos de acções em múltiplos empreendimentos internacionais incluindo o Túnel sob o Canal da Mancha. E a mera possibilidade de que a situação interna nipónica force os Bancos à venda de todo esse papel acumulado, causa distintos calafrios em todos os meios financeiros mundiais. Será o ruir dum gigantesco castelo de cartas, com as mais tenebrosas conseqüências. Em fins de 1989, o «Nikkei» (índice estatístico do valor médio das acções cotadas na Bolsa de Tóquio) quase atingia os 40.000 pontos. No momento em que escrevemos, acha-se a 17.527 o que significa que a erosão do capital dos Bancos entrou numa fase de alarme. O Sanwa

respectivas dívidas já sobem a 7,5 biliões de dólares e as vendas no mercado interno, em Março, caíram em 8,6%. Por seu lado, na «Toyota», as vendas desceram em 2,8% e as exportações em 2,9%, também durante o mês de Março.

O último suspiro, a Ocidente

Na sequência da catástrofe que atingiu os Bancos britânicos, o Midland Bank, quase completamente descapitalizado, acha-se à venda, praticamente: os principais proponentes ao respectivo «take-over» são o «Hongkong & Shanghai Banking Corporation» (por 3,1 biliões de libras) e o Lloyds Bank (por 3,7 biliões de libras); o National Westminster, ainda há três anos o maior Banco britânico, declina e foge aos negócios; o Barclays sofre um golpe de estado palaciano ao mais alto nível que resulta na substituição do seu presidente do conselho de administração. A Banca inglesa assemelha-se a uma esquadra derrotada que,

Homenagem a uma pequena-grande Agência

■ Miguel Urbano Rodrigues

Do México chega-me a notícia de que a Agência Latino-americana de Servicios Especiales de Información — **Alasei** agoniza.

É uma notícia dolorosa. A **Alasei** foi criada em Outubro de 1983 na capital mexicana por desisão dos governos de onze países: Bolívia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, República Dominicana, Panamá, Venezuela e México. O acordo que lhe deu vida foi assinado também por três organizações não governamentais de prestígio continental: a Federação Latino-americana de Jornalistas, a Federação Latino-americana de Faculdades de Comunicação Social e a Associação Latino-americana de Pesquisas sobre a Comunicação. A Unesco deu o seu patrocínio à iniciativa, solidarizando-se com os seus objectivos.

A nova agência começou a funcionar numa atmosfera de esperança e foi saudada com entusiasmo pela esmagadora maioria dos jornalistas da América Latina.

Alasei nasceu ligada a um projecto regional voltado para a criação de uma nova ordem informativa internacional, verdadeiramente pluralista e democrática, que rompesse no espaço latino-americano a engrenagem desinformativa montada pelas quatro agências mundiais (AP, France Presse, Reuter e UPI). Em declaração de princípios os fundadores sublinharam que a nova agência pretendia ser na América Latina um instrumento informativo vinculado aos interesses da região, preparado para tratar com independência total a problemática dos seus países, na perspectiva do desenvolvimento integral autónomo e soberano.

Um projecto com essas características teria forçosamente de inspirar desconfiança em Washington. Foi mal recebido. Antes de iniciar as suas actividades, a **Alasei** já estava escrita na lista negra do governo norte-americano.

As metas da nova agência coincidem com grandes objectivos de defesa da unidade latino-americana enunciados mais tarde na Conferência de Acapulco e na Cimeira de Guadalajara.

Alasei — proclamou o grupo fundador — «está vocacionada para ser um instrumento de comunicação que melhore o conhecimento recíproco dos latino-americanos, fortaleça a unidade, os esforços de integração e a identidade cultural da América Latina, além de se constituir na voz do Continente perante o conjunto do Terceiro Mundo e os países industrializados para promover uma crescente cooperação Sul-Sul e um positivo diálogo Norte-Sul.»

Após uma demorada fase experimental, em que montou a sua rede de correspondentes na América Latina, EUA e Europa, **Alasei** iniciou a sua actividade em Janeiro de 1985, editando a «Carpetas Latino-americanas», publicação semanal com entrevistas, reportagens e análises.

Transcorrido um ano, a Agência lançou a «Semana Latino-americana», uma **News Letter** de 12 páginas, densa síntese de factos ocorridos sobretudo na região. Muitas notícias eram inéditas, mas todas recebiam um tratamento que iluminava aspectos de acontecimentos ocultados pelas demais agências.

A **Alasei** abordou na América Latina, com muita coragem, seriedade e espírito inovador, temas como a pobreza, a mortalidade, a dívida externa, os movimentos sociais e políticos, a destruição do ambiente, a droga, a corrida às armas, a identidade cultural, a dependência tecnológica, o militarismo, o genocídio das populações autoctones.

Em 1987 duas novas publicações, ambas mensais, vieram valorizar os

serviços da **Alasei**: uma sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e outra sobre questões ligadas à presença da Igreja no mundo latino-americano.

O prestígio da **Alasei** adquiriu rapidamente dimensão mundial. As publicações da Agência passaram a ser um instrumento indispensável para o acompanhamento da problemática da América Latina. O desagrado suscitado pelo conteúdo da informação e pela independência das análises, reportagens e entrevistas, esse, aumentou, porém, nos EUA. As pressões exercidas sobre os Estados cujos governos financiavam a Agência começaram a endurecer. A Unesco também recebeu recados, por vezes indirectos. O Departamento de Estado sentia-se ferido pelo patrocínio de uma organização das Nações Unidas a uma Agência que desmascarava os mecanismos da estratégia imperial dos EUA, que descia com frequência às raízes da crise estrutural da sociedade norte-americana e que tornava públicas verdades incómodas para Washington nos seus serviços sobre a vida em Cuba e na Nicarágua.

Falo por mim. Desde o dia em que, num congresso internacional de jornalistas, recebi das mãos do peruano Genaro Roque Carnero, primeiro director da **Alasei**, um exemplar de «Semana Latino-americana» tornei-me leitor assíduo das publicações da Agência. A sua informação diferente permitiu-me durante os últimos cinco anos acom-

panhar a marcha dolorosa da América Latina, superando as dificuldades decorrentes do distanciamento. Sem os serviços da **Alasei** não teria podido entender bem o desenvolvimento de situações de grande complexidade e trazer ao conhecimento da opinião pública portuguesa temas e factos omitidos ou deformados pela generalidade dos principais diários e semanários do nosso país.

*
* *

De acordo com o projecto dos fundadores e os compromissos então assumidos, a **Alasei** deveria ter como principais fontes de sustentação financeira as quotas anuais dos 11 países cujos governos criaram a Agência. Mas as pressões dos EUA funcionaram. Nos últimos anos somente a Unesco e três países pagaram as suas contribuições: o México — nação-sede — Cuba e Venezuela. A **Alasei** sobreviveu, sempre com dificuldades, graças a uma ajuda não esperada, bem expressiva das contradições do imperialismo. O Governo da República Federal da Alemanha decidiu atribuir à **Alasei** um subsídio que foi decisivo para

o seu funcionamento normal. Porquê? Não é fácil dar uma resposta segura à pergunta. Mas a má imagem da política norte-americana e do **establishment** que o serviço da **Alasei** transmitia e as informações sobre a profundidade da crise dos EUA, facilitam a compreensão da iniciativa da Alemanha, um país cujas transnacionais se mostram cada vez mais interessadas em ampliar a penetração na América Latina, olhada por Washington como área quase exclusiva.

A situação da **Alasei** agravou-se a partir do final de 1990. Cuba, atingida pelo terramoto no Leste Europeu e asfixiada pelo bloqueio norte-americano viu-se na impossibilidade de manter os pagamentos. A Venezuela atrasou os seus. Mais grave foi o fim da ajuda alemã; Bonn acabou por ceder às pressões dos EUA.

O funcionamento da **Alasei** passou a ser irregular. Os atrasos no pagamento dos salários dos trabalhadores acumularam-se. O pessoal foi reduzido.

No ano passado a **Alasei** parou durante algumas semanas. Depois voltou a funcionar. Mas somente foi mantida a **News Letter** «Semana Latino-americana».

Um belo e generoso projecto estava a morrer lentamente. Depois, a situação agravou-se.

Desde Dezembro que não recebo o envelope familiar da **Alasei**. Sinto a falta do serviço da Agência da América Latina. Traz-me à memória, noutra contexto, o que senti quando «o diário» fechou.

O jornal mexicano «El Dia Latino-americano» pergunta: «Quando tempo passará até que se concretize um novo instrumento informativo de vocação integradora?»

É uma pergunta oportuna.

No momento em que escrevo é praticamente inevitável o encerramento da Agência. Será uma derrota para os jornalistas da América Latina e para a opinião pública do Continente.

Como jornalista cumpro um dever ao evocar a curta vida da **Alasei**. A pequena-grande Agência deixa marcas inapagáveis na história do jornalismo noticioso da América Latina.



ENCRUCIJADA

AL: Integración y autonomía

Los tiempos corren rápido. La afirmación anterior no solamente es válida para Europa del Este y sus radicales transformaciones, iniciadas a fines del año pasado y a las puertas de concretar la unificación de Alemania.

Desde otra lógica, AL se encuentra inmersa en los inicios de un proceso que asegura grandes cambios económicos para la región. Las negociaciones para la firma de acuerdos comerciales están en el centro de los nuevos tiempos.

Autoridades mexicanas y chilenas han anunciado la firma de un Acuerdo de Libre Comercio (ALC), el primero que se firmará en la región, en la próxima visita del presidente Patricio Aylwin a la...

ción económica y política internacional es la presencia de un doble proceso: desintegración e integración.

El quiebre del llamado "campo socialista" en Europa, ya ya mencionada reunificación alemana, la efervescencia nacionalista en las repúblicas soviéticas y la discusión de un nuevo estatus de unidad, así como la Europa unida del 92 son los signos más significativos que se desarrollan fuera de América Latina.

Acá se presentan procesos que tienen ese mismo denominador. Allí está la crisis de los proyectos integracionistas creados en los años sesenta y setenta (Pacto Andino, Mercado Común Centroamericano) y su reverdecir en el último tiempo...

LOS PAISES
El Salvador
Cabildeo en
Naciones Unidas
Brasil
Dudas sobre el
programa nuclear
Colombia
Guerra de
comunicados
Argentina
¿Giro en la
industria militar?
Chile
Extremismo
gana posiciones
LA ENTREVISTA

Página 2-5



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

O decreto

Decreto-Lei 73 sai do bandulho.
Que diz o tal decreto fornecido?
Pois manda que o barulho
fique já proibido.

Remédio santo:
talvez ministros já não falem tanto...

Golfe

Mais um campo de golfe vem aí.
Oh, coisa fina, coisa de estalo!
Outros, mais outros, outros muitos, li
que em projecto já estão.

Tinha de ser.
Olha os macacos!
Que outra coisa podia o governo fazer
com os seus tantos buracos?

Drama

A ideia do Braga de Macedo
ideia de estalar
era fazer a inflação baixar
o mais cedo, o mais cedo.

Veio o IVA, vieram as mazelas
os seus compadres não estão seguros:
agora, ó deuses, é que vão ser elas
volta-se ao tempo de subir os juros...

O drama do carço:
ou se aperta o cinto ou se aperta o pescoço...

Os porcos

O governo português
foi muito repreendido
na CEE. Desta vez
porém, sem grande sentido.

Só porque entrou na jogada
de, sem dar nenhum sinal,
ter proibido a entrada
de porcos, em Portugal.

Pra mim, fez o que devia.
Se nele a maior questão
é haver tanta porcária
pra quê mais porcos, então?...

Rebate

De espanto se ficou a boca torta:
dava-se, por serviços competentes,
pensão a dois dos célebres agentes
da PIDE a quem o diabo abriu a porta!

Cresce a revolta, cresce em cada peito.
Não querem crer. Amigos, afinal
tanto espanto pra quê? É natural...
Repara bem, é tudo o mesmo jeito...

Quem finança perdeu, finança tem.
O antigo poder mostra o decote.
Zune de novo o gume do chicote
e bem se paga a quem os serviu bem...

Quero este verso um verso de combate:
toca a rebate, vá, toca rebate!

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



O cão e o dono

Quem tem medo compra um
cão.

Quem tem muito medo,
pelos seus teres, haveres e
privilégios, compra um cão
feroz.

Quem tem mais medo que
isso, juntando aos teres,
haveres e privilégios, uma
consciência culpada, treina
o cão - ou manda treiná-lo -
para maior ferocidade e
eficácia. Há instituições
para isso.

Arranja um cão que saiba
calar-se, pois quem ladra
não morde. Que saiba
obedecer, saltar à ordem,
morder à ordem, matar à
ordem. Um cão capaz de
tudo.

Põe-lhe rédea curta.
Acomoda-o numa casota.
Alimenta-o. Chama-lhe
eventualmente amigo.
O cão conhece o dono e os
seus segredos. Em silêncio,
arrisca-se por ele, morde por
ele, é capaz de matar por ele.
É um cão feroz.

Mas o dono não pode
queixar-se, mais tarde, se
tirar ao cão a casota, a
comida e a coleira, por não
precisar mais dele. O cão
continua a ser feroz, mas
pode deixar de reconhecer o
dono.

Os anões

Há dias um português exibiu
o seu génio empreendedor
numa discoteca de Póvoa de
Lanhoso. Em operação de
marketing tão bem planeada
que até atraiu uma
reportagem de meia página
do «Público», um tal José
Vieira inaugurou o que ele
chama o «1º Campeonato

Nacional de Lançamento de
Anões», jogo que, por
incrível que pareça, consiste
exactamente nisso: o
lançamento ao ar de um
anão por parte de «atletas»
nisto interessados. Trata-se
de uma invenção australiana
que o dinâmico empresário
lusitano achou estar na
altura de introduzir no nosso
país, aliando ao negócio
uma louvável intenção
terapêutica, explicando no
folheto que procura atrair
interessados ao lançamento
do anão: «Na vida
atribulada do nosso
quotidiano, quantas vezes
lhe apeteceu lançar alguém
a quilómetros de
distância?»
Quanto ao Vieira - arguto
intérprete destes novos
valores que a «democracia
de sucesso» cavacalmente
vai espalhando tão longe
que já nos chega de Póvoa
de Lanhoso - fervilha de
ideias e promete trazer a
Portugal mais duas
maravilhas: a maior
hipnotizadora do mundo e
um espectáculo com
mulheres a fazer amor.
Quanto a este novo Portugal
do ananismo, espera-o um
futuro trágico: um dia há-de
ficar tão anão que alguém,
de quotidiano atribulado, o
há-de atirar fora.

Capados

«Num país de capados», diz
a prosa viçosa de *O Diabo*,
«foi bom ver a frontalidade
com que Sousa Lara agiu
face ao livro do escriba
Saramago». Toda a gente sabia que
aquilo que *O Diabo* acha

bom é, inevitavelmente,
rasca; agora sabe-se porquê:
o desgraçado é da terra dos
capados.

Ah, bom!

Cavaco Silva escolheu
Madrid para dizer coisas:
«Fala-se da factura de
Maastricht, o que é uma
ideia errada, pois Maastricht
é a semente do progresso,
não uma factura».

Como a coisa não estava
muito clara, acrescentou:
«O tratado de Maastricht
representa uma síntese
equilibrada de uma
pluralidade de pontos de
vista, com custos e
benefícios para os Estados
membros. Não é uma etapa
final, mas sim a abertura de
um novo ciclo».

Arguto como é, Cavaco
Silva apercebeu-se que
ainda faltava qualquer coisa,
o golpe de asa, o toque final,
sei lá!, que lhe deixasse o
pensamento maciçamente
cristalino. Pragmático como
sempre, compreendeu que
os exemplos práticos
continuam a ser os mais
eficazes caminhos do
esclarecimento. Por isso
acrescentou:

«Discutimos o Mercado
Interno, no qual tem havido
avanços assinaláveis e o
objectivo de 1992 poderá ser
cumprido pela Comunidade.
Foi possível quebrar o
impasse no «dossier» de
política social e, nos últimos
dias, avançar algumas
directivas, como as dos
despedimentos colectivos e
tempo de trabalho».
Ah! Assim já percebemos
Maastricht!

frases
da
Semana

«O Evangelho Segundo
Jesus Cristo não foi conside-
rado na candidatura portu-
guesa por atacar princípios
que têm a ver com o patri-
mónio religioso dos cristãos
e, portanto, longe de unir os
portugueses, desunia-os»

☛ (António Sousa Lara,
Subsecretário de Estado da
Cultura — Assembleia da
República, 29.04.92)

«É a vitória da prepotência.
O triunfo da arrogância de
quem tem poder para tomar
decisões e as toma fora do
seu campo. É o regresso da
inquisição»

☛ (José Saramago — «La
Stampa», 29.04.92)

«A única incorrecção da
Secretaria de Estado do dr.
Lopes é apenas o nome. Cha-
mem-lhe SNI, que bate tudo
certo»

☛ (Ricardo França Jardim
— «Kultura?», «Público
Magazine», 3.05.92)

«O secretário de Estado não
palita os dentes (em públi-
co). Mas aparenta polimento
ligeiro, verniz estaladizo.
Veste com a elegância de um
fanqueiro: lencinho de
bolso, em suporte de pape-
lão»

☛ (Idem)

«Uma andorinha não faz a
Primavera»

☛ (Carlos Léllis, deputado
PSD, Presidente da Comissão
Parlamentar de Educação,
Ciência e Cultura, a propósito
do «contratempo Saramago»
ocorrido no debate sobre Cul-
tura na A.R. — «TSF»,
29.04.92)

«Na Madeira há «supera-
vit» democrático»

☛ (Jorge Castanheira Bar-
ros, advogado e criminólogo
— «O Diabo», 5.05.92)

«Não gosto de jogar à
suca»

☛ (Valente de Oliveira —
«Público», 2.05.92)

«Não sou loureirista nem
nogueirista. Sou a 3.ª via...»

☛ (Ferreira do Amaral, «O
Diabo», 5.05.92)

«(...) é graficamente confuso
e lembra muito a foice e o
martelo do PCP e das seitas
maoístas (...)»

☛ (Francisco Louçã, sobre o
«aggiornamento» do símbolo
do PSR — «Expresso»,
2.05.92)

«Pacote Delors II é esperan-
ça para Lisboa»

☛ (Título — «Diário de Notí-
cias», 3.05.92)

«Pacote Delors ameaçado
pelas «crises»»

☛ (Título — «Público»,
3.05.92)

Sexta, 8

● CACÉM

Debate sobre a situação internacional - no Centro de Trabalho, às 21.30.

● LISBOA

Debate-convívio de artistas plásticos com a participação de **Álvaro Cunhal**, promovido pelo Sector de Artes e Letras da ORL e Comissão de Artes Plásticas da Festa do «Avante!»: na Sala Veneza do Hotel Roma, a partir das 21.00.

● LOURES

Plenário de militantes de **Olival Basto**: às 21.30 no Centro de Dia da 3ª Idade.

Urbanismo e Bairros de Construção Ilegal - 1º debate da série «Pontinha - Presente e Futuro», com a participação de **Francisco Pereira e Ernesto Dinis**, vereadores na CM Loures: às 21.30, na Escola Preparatória do Bairro Falcão.

● PORTO

O Centro Histórico do Porto no limiar doséc. XXI - debate promovido pela Direcção das Zonas Ribeirinhas da ORP, a

Debate/Convívio com artistas plásticos promovido pelo Sector de Artes e Letras da ORL e a Comissão de Artes Plásticas da Festa do «Avante!»

Sexta-feira, dia 8, às 21h na Sala Veneza do Hotel Roma

com a presença de **Álvaro Cunhal**

Guimarães
Sábado, às 15h

1ª Assembleia da Organização dos Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado do PCP do Distrito de Braga

Na Escola Preparatória de Pevidém

partir das 21.30, na Casa da Cultura de Miragaia (Calç. das Virtudes, 2). Participam, entre outros, **Oliveira Dias, Vítor Ranita, Carlos Espain, Joaquim Nascimento**.

● PÓVOA DE VARZIM

O socialismo em Cuba e a nova ordem internacional - debate no Centro de Trabalho da Póvoa, às 21.30, com a participação dos cama-

radas **Domingos Lopes e Manuel Lopes**.

Sábado, 9

● BARREIRO

VI Assembleia da Organização Concelhia do Barreiro: a partir das 9.30, nos Penicheiros. Com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**, que intervirá na sessão de encerramento, marcada para as 17.30.

● BRAGA

1ª Assembleia da Organização dos Sectores Têxtil, Vestuário e Calçado do Distrito de Braga: a partir das 15.00, na Escola Preparatória de Pevidém (Guimarães). Participação dos camaradas **António Lopes e Henrique de Sousa**.

● ALMADA

Almoço-convívio no Centro de Trabalho do Laranjeiro.

Agenda

● AMADORA

Reunião da célula da Cometa: no CT da Amadora, às 15.00.

● CASCAIS

Reunião de activistas do Movimento Associativo do concelho de Cascais: às 15.00, na Associação de Educação Popular do Zambujal (S. Domingos de Rana), com a participação de **Carlos Rabaçal**.

● LISBOA

Almoço-convívio do Sector de Transportes da ORL na Quinta da Atalaia. Participa o camarada **José Soeiro**.

● MAIA

Assembleia da Célula da Siderurgia Nacional/Maia: a partir das 15.30. No final, jantar-convívio aberto a amigos e familiares, com a participação do camarada **Vítor Ranita**, no restaurante «O Sino» (junto à Igreja de Ermesinde).

● MATOSINHOS

«Que política municipal?» - debate promovido pela Comissão Concelhia, a partir das 15.00 no salão nobre da Junta de Freguesia de Matosinhos.

● MONTEMOR-O-NOVO

Plenário concelhio de Reformados, preparatório do próximo Encontro Nacional de Reformados: das 10.00 às 12.30, com a participação de **Felicidade Alves e Lino de Carvalho**.

● PORTO

3ª Assembleia da Célula dos STCP: no Centro de Trabalho da Boavista, com início às 9.30.

«Encontro de Primavera»: iniciativa de cultura e convívio promovida pelo Sector Intelectual do Porto nas instalações da Cooperativa Árvore. Música (actuação ao vivo de um sexteto instrumental), leilão de obras de arte. A partir das 15.00.

Domingo, 10

● MONÇÃO

Debate sobre a **Barragem de Cela**, promovido pela CDU: na Junta de Freguesia de Ceivães, a partir das 15.00. Com a participação de **Vítor Ranita (PCP), Luís Cardoso («Os Verdes»)**, **José Nogueira Gil (CDU/AM Caminha)** e dos convidados **António Enes, Rosamel Venade, Virgínia Barbosa**.

● MORA

Encontro Concelhio de Eleitos e Activistas da CDU. A partir das 14.30, com a participação do camarada **Diamantino Dias**.

Terça, 12

● LISBOA

Plenário de militantes do Sector Oriental de Empresas: no Centro de Trabalho de Marvila, às 18.45, com a participação do camarada **José Casanova**.

Debate inserido na preparação do seminário do PCP sobre Os Reformados e as Propostas do PCP (a realizar no próximo dia 23): no CT Vitória a partir das 14.30.

● ODIVELAS

Debate sobre a situação internacional, com a participação de **José Goulão**: às 21.30, no salão do Centro de Trabalho.

Quarta, 13

● LISBOA

Colóquio sobre o **Empreendimento de Fins Múltiplos do Guadiana (Alqueva)** promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP, com a participação de especialistas, autarquias, associações empresariais e sindicais, associações de agricultores, entre outras entidades: na Assembleia da República/Casa Amarela (Largo de S. Bento), com início às 17.30.



Sábado nos Penicheiros com a participação de **Álvaro Cunhal**

VÉRTICE



Ciclo de debates **Cultura e Democracia** na Casa da Imprensa

Terça-feira, dia 12, às 21h

AS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E O DEBATE CULTURAL

ENCONTRO SOBRE DIREITOS DOS JOVENS TRABALHADORES E A CARTA SOCIAL EUROPEIA
LISBOA
9 e 10 de Maio 92



Juventude Comunista Portuguesa

id COORDINATION OF DEMOCRATIC YOUTH



XIV ASSEMBLEIA DA PAZ

promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação

Sábado, dia 9, a partir das 9h30 no Hotel Roma/Sala Veneza

O CENTRO HISTÓRICO DO PORTO no limiar do século XXI

Debate:

- Que recuperação do Centro Histórico? E para quem?
- As condições de vida da população e o Projecto de Luta contra a Pobreza
- A desertificação do Centro Histórico
- A preservação da sua identidade cultural
- O papel das Juntas de Freguesia e das colectividades e instituições de raiz
- O papel do Estado
- A recuperação do Centro Histórico nos Planos de Actividade da Câmara e a realidade
- Propostas do PCP

Sexta-feira, às 21.30h na Casa da Cultura de Miragaia



Televisão

Quinta, 7

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Férias sem Programa
14.00 Brinca Brincando
14.35 Protótipo
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Rainha da Sucata
21.35 Os Simpsons
22.00 A Sombra dum Crime
22.55 Pós de Bem Querer
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.55 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.35 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Harry Connick
22.35 Loucuras da TV
23.00 Morte em Brighton
(ver «Filmes da TV»)

Sexta, 8

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Os Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 Lanceiros Negros
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Fuga para a Felicidade
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Mamma Mia
23.45 24 Horas
00.20 Remate
01.00 Não Me Importo
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Inglês
12.40 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino

19.30 Magazine de Turismo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Contos de Nadine Gordimer
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 Seguramente Vincent

Sábado, 9

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 O Quadro Roubado
14.20 Corações Jovens
15.10 Sinead O'Connor
16.05 Um Verão Apaixonante
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Clives James
18.45 Totoloto
19.00 Jornal de Sábado
20.00 Concurso Eurovisão da Canção
23.05 Casa Cheia
23.50 Araponga
00.50 Amantes Desconhecidos
(ver «Filmes na TV»)
02.40 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.10 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.50 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 10

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70x7
13.00 Notícias
13.15 O Castelo da Aventura
13.40 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.25 Top +
15.30 Um Anjo de Encomenda
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Hooperman
17.45 ET - Entretenimento Total
18.45 McGyver (últ.º epis.)
19.40 Os Golos da Jornada
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.40 Conversa Afiada
00.30 No Calor da Noite
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Especial Desporto
12.30 Primeiro Jornal
12.35 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
19.15 Crónica
20.10 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós Dois
22.05 Artes e Letras
23.00 Os Pássaros
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Tauromaquia

Segunda, 11

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia

11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Animais Selvagens
14.00 Brinca Brincando
14.35 Marca do Ódio
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 Grandes Desafios
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.40 A Morte de Mario Ricci
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Alemão
12.40 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 O Melhor dos Mundos
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 O Brilho da Dança
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.45 Teatro - «Henrique VI»

Terça, 12

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Os Comandos da Noite
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.10 Primeira Página
23.10 Carol & Companhia
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Francês
12.35 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.10 Eterno Feminino
19.10 Cinemagazine
19.40 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 Alexandria Agora e Sempre
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Pop Off

Quarta, 13

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Missa (transmissão de Fátima)
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Os Comandos da Força Z
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.15 Brinca Brincando

17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.25 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 O Vício do Jogo
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Inglês
12.35 Ao Ar Livre
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2

16.30 O Caminho das Estrelas
17.25 Mulheres no Mundo
17.55 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.35 Uma Questão de Palavras
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz:
«Quarta-feira»
22.45 Sinais do Tempo
23.45 Madrinha Europa

Filmes na TV



«Os Pássaros» — uma tremenda tremedeira...

Protótipo
«Prototype», (EUA/1983). Realização de David Greene. Interpretação de Christopher Plummer, David Morse, Stephen Elliott, Frances Sterhagen, James Sutorius, Alley Mills. Cor, 96 minutos.

Este telefilme de ficção científica, que as referências colocam acima da média, retoma o mito de Frankenstein contando a história de um cientista que cria um andróide e que posteriormente o «rapta» do Pentágono, receando a sua utilização numa missão destrutiva. O argumento é da parêntese Richard Levinson e William Link, que vêm creditados da autoria da série «Colombo».

Quinta, 14.35, Canal 1

Morte em Brighton
«Brighton Rock», (Gr.Bret./1947). Realização de John Boulting. Interpretação de Richard Attenborough, Hermione Baddeley, William Hartnell, Carol Marsh, Harcourt Williams. P/B, 89 minutos.

Sexta, 14.35, Canal 1

Baseado num romance de Graham Greene, o argumento do próprio Greene e de Terence Rattigan é uma das principais recomendações para este excelente «filme negro» de origem britânica, com o jovem David Attenborough em princípio de carreira dando corpo à personagem de um membro de um grupo de marginais, que casa com uma empregada de mesa para encobrir um crime e, posteriormente, tenta matá-la. Mas a cínica reviravolta do final do filme (que aqui, naturalmente, não revelamos) é notável e constitui um dos seus pontos altos. A ver.

Quinta, 23.00, Canal 2

Lanceiros Negros
«I Lancieri Neri», (It./Fr./

1961). Realização de Giacomo Gentilomo. Interpretação de Mel Ferrer, Yvonne Furneaux, Jean Claudio, Leticia Roman, Lorella De Luca. Cor, 94 minutos.

«Um grande espectáculo de puro entretenimento que vale sobretudo pela grandiosidade das sequências das batalhas bem como pela sua atmosfera de puro exotismo servida por um belíssimo elenco dominado por Mel Ferrer.» Seria difícil descrever com maior sentido do pudor (como necessariamente tem de o fazer o boletim de informação do Departamento de Antena da RTP) a mediocridade deste filme de aventuras de produção franco-italiana com argumento centrado nas desavenças entre senhores feudais em terras da Polónia - dois irmãos lutando pela conquista de um reino. Para entreter, e pouco mais.

Fuga para a Felicidade
«Le Choc», (França/1982). Realização de Robin Davis. Interpretação de Alain Delon, Catherine Deneuve, Philippe Léotard, Etienne Chicot, François Perrot, Stéphane Audran. Cor, 98 minutos.

Não era a primeira vez que Delon e Deneuve actuavam juntos. Mas a publicidade apostava no verdadeiro «choque» que o seu segundo encontro na tela, após 10 anos de interregno, provocaria junto do público. Tal não viria a acontecer. O filme, a cargo de produtores e realizador com pouca experiência nos circuitos profissionais e fortemente monopolizado por Delon, foi um fracasso, embora a história de um assassino profissional que pretende reformar-se, aproveitando-se da ajuda de uma antiga namorada para o proteger na sua fuga ao gang, tivesse potencial-

mente os ingredientes necessários para vingar.

Sexta, 21.30, Canal 1

Não me importo
«Don't Give a Damn», (Israel/1988). Realização de Shumuel Imberman. Interpretação de Ika Zohar, Anat Waxman, Leora Grossman, Shuel Vilogeni, Sholomo Tarshish. Cor, 89 minutos.

Ferido a tiro, um soldado fica imobilizado numa cadeira de rodas e interroga-se quanto ao seu futuro. Um melodrama israelita, de que pouco mais se sabe.

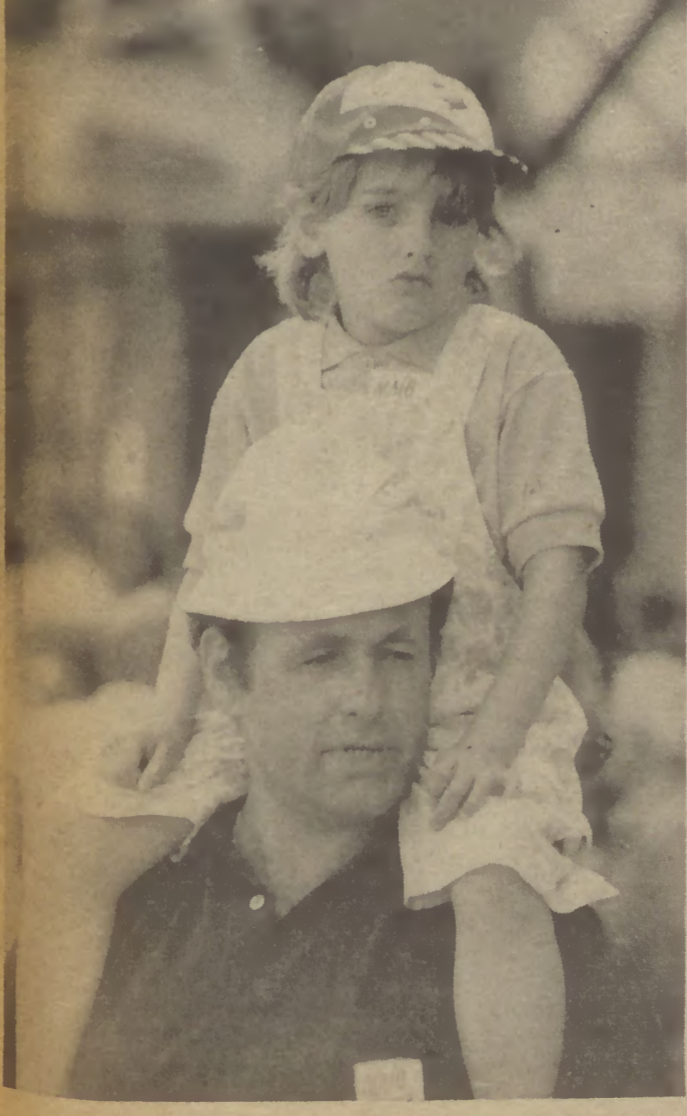
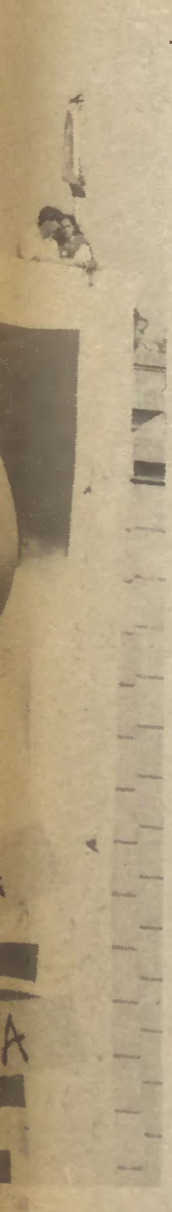
Sexta, 01.00, Canal 1

Um Verão Apaixonante
«Passionate Summer», (Gr.Bret./1958). Realização de Rudolph Cartier. Interpretação de Virginia McKenna, Bill Travers, Yvonne Mitchell, Alexander Knox, Ellen Barrie, Carl Mohner. Cor, 100 minutos.

Típico filme para a tarde de Sábado, este melodrama britânico, baseado no romance «The Shadow and The Peak», de Richard Mason, conta a história de um professor divorciado debatendo-se com a difícil escolha entre três mulheres que o atraem. Diz-se que foi rodado na Jamaica e que as «atmosferas são exóticas».

Sábado, 16.05, Canal 1

Amantes Desconhecidos
«Such Good Friends», (EUA/1971). Realização de Otto Preminger. Interpretação de Dyan Cannon, James Coco, Jennifer



Maio amadurece



Nem todos os maio serão maduros, mas todos são certamente o tempo por excelência dos trabalhadores. Nestes tempos conturbados em que vivemos, Maio parece ser o mês de todos os desconcertos.

Nos EUA, a revolta saiu à rua para pôr a nú a podridão de um sistema que se reivindica de defensor-mor dos direitos humanos, se arroga o direito de polícia do mundo, e se mantém como a barriga de todas as misérias.

Em África, milhões de seres humanos agonizam lentamente dilacerados pela fome, pelas secas, pelas guerras, pela exploração desenfreada dos seus amigos ricos.

A velha Europa assiste impotente ao renascimento de ódios antigos, às guerras fratricidas, ao desabar dos sonhos de paz e de justiça, num tempo em tudo se faz em nome dos mais elevados valores da democracia.

Entretanto, o Japão assinala pela primeira vez, o 1º de Maio.

E na Rússia, Ieltsin decreta a substituição do marco de um século de lutas proletárias pelo "dia da primavera".

Na próspera Alemanha de Kohl, onde afinal o preço da unificação está a ser bem mais elevado do que as promessas eleitorais deixaram supor, registam-se as maiores greves de sempre por aumentos salariais.

Um pouco por todo o lado, o racismo e a xenofobia espreitam, a par e passo com neo-nazismo e fundamentalismos vários. Portugal não podia ser, nem é, excepção. Também aqui se vivem tempos estranhos. Interesses velhos regressam à ribalta travestidos de futuro. Um poder eleito por confortável maioria governa o país contra os interesses nacionais.

No regime democrático conquistado com o 25 de Abril, o poder político recompensa com chorudas pensões os servidores do fascismo pelos "serviços prestados à nação" e mete na gaveta as merecidas pensões dos capitães de Abril; pretende desvirtuar o significado político de datas como o 1º de Maio e o 25 de Abril, remetendo os respectivos feriados para outros dias; vangloria-se de pactos sociais enquanto o país vive o maior e mais prolongado surto de greves dos últimos anos; tributa a cultura, a saúde, a justiça, o ensino, a habitação e tece a si próprio louvores pela entrega da economia nacional ao capital estrangeiro.

Por todo o lado se prega o fim das ideologias, das lutas de classe, das fronteiras políticas e económicas.

Por todo o lado se reacendem as fogueiras inquisitoriais, os radicalismos, o nacionalismo exacerbado, o confronto de valores, as concepções de ver e estar no mundo.

Dir-se-ia, nestes tempos que correm, que o mundo vive a sua própria ficção, sujeito activo de uma realidade e assistente passivo da caricatura que dela lhe transmitem os meios de comunicação oficiais e oficiosos.

Como se neste fim de século tivéssemos regressado em massa à caverna e nela nos mantivéssemos de costas para a entrada, rejeitando como loucos os arautos da luz e tomando como a única realidade as sombras na parede.

Há quem nos queira manter assim. Sempre houve.

Mas como sempre também, a luz acabará por ser mais forte e levar ao caminho da saída.

As multidões que saíram à rua no 1º de Maio, em todo o mundo, sabem disso. Outros lhes seguirão os passos. Maio amadurece.

a talhe de FOICE

As fotos

A acreditar nos jornais e restantes órgãos de informação, as comemorações do 1º de Maio em Lisboa tiveram duas expressões de equivalente importância: o desfile e concentração promovidos pela CGTP que levaram milhares de pessoas à Alameda D. Afonso Henriques e a festa promovida em Belém pela UGT. As fotografias publicadas pelo «Diário Notícias» e «Público» foram cuidadosamente escolhidas: no primeiro caso, privilegiou-se a presença dos dirigentes sindicais da central unitária, com um ângulo fotográfico que insinuava estarem eles escassamente acompanhados; no relvado de Belém optou-se por um ângulo de Herman José actuando para o que parecia ser uma apreciável audiência.

Naturalmente que é possível a afirmação de que as chefias que em ambos os jornais, em tão enternecedora coincidência de pontos de vista, optaram por aquelas imagens pretendiam minimizar a amplitude massiva da manifestação da CGTP e apresentar a concentração suscitada pela actuação de Herman José (e também Rui Veloso) como um sintoma da pujança e capacidade mobilizadora da perturbada organização do sr. Torres Couto.

É possível que seja verdade. Idênticas opções informativas permitem admiti-lo. Mas haverá talvez algo mais a dizer.

Alguém duvida que, a dar-se o caso dos organismos dirigentes da CGTP desfilarem Avenida Almirante Reis acima exclusivamente acompanhados por centena e meia de manifestantes, os fotógrafos do «Público» e do «Diário de Notícias» trepariam a desconhecidos oitavos andares para obterem o esclarecedor ângulo de uma avenida deserta atrás da Executiva da Inter?

Excitados, os chefes diriam que isso era notícia! Possessos de sofreguidão informativa diriam que o homem mordera o cão, que a lógica natural das coisas se invertira e, por conseguinte - havia notícia.

Assim, é uma chatice. No que se refere ao 1º de Maio da CGTP, as coisas parecem continuar a ter a naturalidade da realidade - e o «Público» e o «Diário de Notícias» não gostam.

Poder-se-á questionar esse padrão de exercício da actividade informativa que consiste em adoptar o princípio de que apenas a anormalidade, o insólito, o imprevisível constituem assunto de informação. Poder-se-á questionar — e é bom que se questione.

Na verdade, o padrão do que requer informação não é, não pode ser, o que é anormal e insólito: o padrão mestre é que a comunicação social deve e tem de informar sobre o que é socialmente relevante. Só nesse primado se pode, inclusive, encontrar a razão de ser a legitimidade de informar sobre o insólito e o anormal. O contrário é o sombrio deslizar para o sensacionalismo acéfalo, irresponsável e deontologicamente degradado e degradante.

Mas o que surpreende no caso das opções informativas sobre o 1º de Maio é a efectiva incapacidade para distinguir com clareza sobre a realidade. Porque a verdade é esta: as chefias do «Público» e do «Diário de Notícias» poderiam considerar que haver milhares e milhares de trabalhadores acorrendo ao apelo da CGTP é «normal», e portanto noticiosamente pouco interessante. Mas, pergunta-se: não é socialmente relevante? Não tem, por isso, de ser rigorosamente informado?

Mas há mais: qual é o padrão de normalidade que aqui é adoptado? Ao que parece, considera-se que é normal que, quando a CGTP apela, os trabalhadores correspondem. Ao que parece, considera-se normal o facto de o movimento sindical unitário ter uma ímpar capacidade de mobilização. Pode concluir-se que se entende adquirido que os dirigentes sindicais da CGTP, quando descem à rua, o fazem rodeados por milhares e milhares de homens e mulheres que constituem a efectiva e real base da sua representatividade e força.

Isto é normal em Portugal. É normal porque existe, porque existe há muito e se mantém existindo. E é normal que exista, é normal que exista há muito, é normal que continue existindo? Ou, pelo contrário, uma consciência profissional e social meramente apurada e atenta concluiria que é notícia que, contra ventos e marés, o movimento sindical unitário continue a ser em Portugal o que até já consideramos normal que seja? O jornalismo do mundo-cão estende estas armadilhas aos profissionais: que não se perceba o interesse noticioso da normalidade de os trabalhadores acorrerem em massa ao 1º de Maio da Inter e o interesse noticioso da anormalidade de uma organização sindical comemorar o 1º de Maio com vedetas da TV que a RTP, em precioso e ansiosamente desmobilizador desvelo, transmite em directo.

Resumindo: com tudo isto, a verdade é esta — o 1º de Maio em Portugal foi notícia.

■ RC

ÚLTIMAS

Reforma da PAC Portugueses e galegos protestam na Curia

Reformar populações inteiras e aumentar a dependência alimentar das regiões pobres parecem objectivos escondidos da nova PAC

Agricultores portugueses e da Galiza vão concentrar-se em 24 de Maio na Curia (Anadia) para protestar contra a situação em que se encontra a agricultura nas regiões periféricas do sul da Europa. A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - fez este anúncio depois de uma reunião a semana passada onde estiveram presentes dirigentes do sindicato agrícola galego (SAG). O objectivo desta manifestação é protestar também contra as perspectivas que se desenham com as negociações oficiais tendo em vista a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) dos países da Comunidade Europeia, cujo Conselho de Ministros da Agricultura reunirá nesse dia naquela localidade.

Num comunicado assinado pela CNA e a SAG, afirma-se que «a presidência portuguesa do Conselho de ministros da Comunidade tem protagonizado uma proposta de reforma da PAC ao serviço dos países ricos do norte em claro desfavor dos interesses dos agricultores das regiões periféricas do sul».

Transformar regiões em guetos «para turista ver»

As duas delegações dizem que a reforma da PAC que as regiões periféricas necessitam devia consagrar o direito à produção agrícola regional, garantindo os níveis de segurança alimentar e auto-suficiência mínima de 70 por cento dos bens alimentares.

Entre outras reivindicações, a CNA e a SAG defendem que a nova PAC deve ter como objectivos gerais «o desenvolvimento integrado concretizado na relação harmoniosa entre a agricultura, a floresta, a indústria e os serviços, com preservação do meio ambiente e manutenção de numerosas explorações agrícolas familiares ligadas à produção nacional», por outro lado deve igualmente «proporcionar a melhoria e desenvolvimento das condições naturais com vista a ultrapassar as condicionantes históricas» destas regiões.

Outras reivindicações são o financiamento total das regiões consideradas subdesenvolvidas com os fundos do FEOGA, o estabelecimento de preços de garantia compensadores em funções dos custos da produção e uma política de subsídios e prémios que estimule a melhoria e não o abandono de produções.

Os agricultores protestam ainda contra a «reforma» de populações inteiras que assim ficam à mercê da disponibilidade dos orçamentos de cada Estado e da Comunidade, transformando regiões inteiras em «guetos mais ou menos enfeitados para turista ver».

Consagrar o direito à produção agrícola regional e o direito à «boa alimentação como um direito social e não como um produto mecantil» são outras exigências dos agricultores portugueses e galegos.

Évora com a pior seca desde há mais de um século

Évora, Castelo Branco e Portalegre são as regiões do país mais afectadas pela seca, segundo dados fornecidos esta semana pela Divisão de Climatologia do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. A nível nacional a seca provoca uma situação que leva, por exemplo, à redução este ano, em pelo menos 50 por cento, da produção normal de arroz e tomate. O milho verá a sua produção reduzida em 25 por cento.

Preocupante continua a situação das reservas hídricas nas albufeiras. Dados referentes a meio do mês passado dizem, por exemplo, que os níveis de armazenamento úteis das albufeiras do Maranhão e Vale do Gaio são

extremamente baixos, respectivamente -6,3 por cento e 5,2 por cento.

Em termos gerais, e segundo dados da EDP, a norte do Tejo as barragens estão a 55 por cento da sua capacidade (contra 75 por cento há um ano) e a sul o registo é de 57 por cento (contra 95 por cento há um ano).

Com 28,8 por cento do nível pleno de armazenamento está a albufeira de Arade (Silves) e 29,7 por cento a de Odivelas.

Com valores muito baixos estão ainda as de Campilhas (34,7 por cento), Fonte Serne e Roxo (40,5 por cento) e Idanha (41,5 por cento).

Apesar desta situação calamitosa, a verdade é que os

agricultores alentejanos, a quem o Governo prometeu entregar vários milhões de contos para minorar os prejuízos causados pela seca, ainda não viram um tostão dessas verbas. Para além dos adiantamentos prometidos que afinal não foram entregues, há mesmo subsídios anteriormente concedidos cujo pagamento está atrasado.

Em Évora, desde 1876, não há conhecimento de uma situação tão grave e agora, com o fim da época das chuvas e a chegada do Verão, a estiagem tende a agravar-se cada vez mais, apesar de o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica admitir a hipótese de queda de algumas chuvas

até Junho.

A sul, devido ao facto de as barragens existentes terem muito menor capacidade de armazenamento que as albufeiras do norte do país, o abastecimento de água às populações está em perigo, se não se abrirem novas captações subterrâneas em quantidade e qualidade suficientes, pois muitos dos furos poderão aumentar a frustração devido à salinização de algumas dessas águas, outra das consequências da seca.

Regiões onde a situação é mais grave do que na pior das últimas secas, registada em 1981, são as de Bragança, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Portalegre, Lisboa e Évora.

Conflito laboral no Metropolitano de Lisboa CGTP quer solução negociada

Numa declaração em que começa por reafirmar que «as reivindicações dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa são justas», a Comissão Executiva da CGTP-IN revelou anteriormente que, «consciente das graves implicações decorrentes da manutenção da presente situação, dirigiu-se esta manhã ao primeiro-ministro, ministro da tutela e conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, tendo em vista o encontro de uma solução negociada» com os representantes do pessoal do Metro.

A central aponta «a indiferença e o abandono das nego-

ciações, em determinadas fases, por parte do conselho de gerência, a indiferença do Ministério da tutela face ao desenrolar do processo negociado e a falta de empenho do Ministério do Emprego na concretização da fase de conciliação» como «causa determinante do arrastamento do conflito laboral».

Denunciando o interesse das confederações patronais e forças políticas conservadoras na manutenção do conflito «para encenar pretextos com vista a atacar direitos fundamentais dos trabalhadores, como é o caso da lei da greve», a central afirma espe-

rar «sinceramente que o Governo e o CG assumam, de imediato, uma posição responsável, respondendo positivamente ao empenho que lhes foi manifestado, para a resolução do conflito do Metropolitano de Lisboa».

Eleições

Na semana passada tiveram lugar eleições para os corpos gerentes do STTLP (Sindicato dos Trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto), em que saiu vencedora uma lista de unidade e convergência. A lista B, que se apresentou ao sufrágio com o lema «Restituir o sin-

dicato aos trabalhadores», recolheu 2121 votos, enquanto a lista A, apoiada pela anterior direcção, obteve 1336. O STTLP tem cerca de 5 mil associados.

Nas eleições para o Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Sul, também realizadas recentemente, a lista única apresentada a sufrágio obteve 6341 votos, num total de 6462 votantes entre 13881 inscritos. Em relação às últimas eleições, houve mais 390 inscritos, mais 324 votantes e mais 387 votos na lista unitária. Esta foi, em termos absolutos, a maior votação de sempre.